

Rodrigo Duarte Ferrari

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM  
ESPORTE E LAZER: o caso do Repositório Institucional da Rede  
CEDES (RIRC)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Giovani De Lorenzi Pires

Florianópolis  
2012

Catlogação na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

F375g Ferrari, Rodrigo Duarte  
Gestão da informação e conhecimento em esporte e lazer  
[dissertação] : o caso do Repositório Institucional da Rede  
CEDES (RIRC) / Rodrigo Duarte Ferrari ; orientador, Giovanni  
De Lorenzi Pires. - Florianópolis, SC, 2012.  
171 p.: il., grafs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Desportos. Programa de Pós-graduação em  
Educação Física.

Inclui referências

1. Educação física. 2. Esportes - Lazer. 3. Gestão da  
informação. 4. Gestão do conhecimento. 5. Repositórios. 6.  
Arquivos abertos. I. Pires, Giovanni De Lorenzi. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Educação Física. III. Título.

CDU 796

Rodrigo Duarte Ferrari

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM  
ESPORTE E LAZER: o caso do Repositório Institucional da Rede  
CEDES (RIRC)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

Local, 16 de fevereiro de 2012.

---

Prof. Fernando Diefenthaler, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Giovani De Lorenzi Pires, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal De Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Ursula Blattmann, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais



Pelo amor, carinho e pela amizade, dedico  
essa dissertação de mestrado à Luciana  
Holanda.



## AGRADECIMENTOS

Sempre desconfie dos protocolos, primeiro se agradece a Deus, depois à família e os amigos. Mas eu me rendo a esse momento por inteiro, porque essa é uma situação que ultrapassa a mera formalidade. Como não seguir à ordem das coisas quando elas são verdades que brotam da nossa razão?

Nesse momento final de mais um ciclo na minha formação humana, entendo porque muitos agradecem a Deus quando conquistam algo especial. Deus é uma palavra polissêmica e na minha interpretação significa uma síntese que representa a nossa vontade de viver e enfrentar o incognoscível. Deus é amar incondicionalmente a vida e a morte, a incerteza criativa do próximo momento e a certeza de que tudo acaba e se transforma. Deus não pertence a nenhuma religião, é a história do universo, a força de uma explosão energética que nos reduz ao tamanho de elétrons aparecendo e desaparecendo, aparentemente, do vazio. Porém, apesar de toda grandeza de Deus ele é apenas uma invenção humana, um som ou uma imagem, mais uma ação que pertence à linguagem. Deus está entre nós porque ele não existe em outro lugar, por isso agradeço a Deus, um símbolo especial da vontade de viver humana e conforto diante da angústia que sentimos quando percebemos a nossa condição transitória como seres vivos. Obrigado, Deus.

Obrigado, Lindinha, por preencher de sentido minha existência com seu amor.

Obrigado, Pai e Mãe, por me ensinar a acreditar em mim mesmo e lutar pelos meus sonhos, por sempre apoiarem incondicionalmente minhas escolhas e me educarem com a medida certa de liberdade. Sempre cuidarei para que minhas palavras não sejam vazias e sem sentido! Nesse momento, tenho certeza absoluta de que a docência e a pesquisa foram as minhas melhores escolhas!

Obrigado, Cidinha, por cuidar da nossa família com tanto carinho.

Obrigado, Vini e Mi, por estarem sempre ao meu lado me ensinando a sorrir e a chorar com dignidade, humildade e respeito.

Obrigado, Bil, por me aceitar na sua família, por ser uma lição de simplicidade e vontade de viver.

Obrigado, Dona Lucimar, por cuidar de mim como uma mãe, por sua fé e feitiços que nos encantam.

Obrigado, Gio, por me ensinar que a razão é comunicativa. Você é o patriarca da minha terceira família, o LaboMídia, um mestre que superou a própria Teoria Crítica adorniana, pois você jamais será supérfluo para seus alunos. O seu caráter impecável, honestidade e generosidade fortalece meus propósitos. Sou grato a você e a todos os “LaboMidianos”.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina como instituição que me acolheu desde a graduação, e me proporcionou oitos anos de aprendizados e encontros inestimáveis. Também agradeço ao Ministério do Esporte por acreditar no trabalho do LaboMídia e à CAPES pelos dois anos de bolsa de estudos que me permitiram dedicação exclusiva ao PPGEF/CDS/UFSC. Ao amigo e colega do PPGEF, Guego, obrigado por abrir os caminhos do acesso aberto e *software* livre na educação física e me ajudar no projeto de desenvolvimento do RIRC. Obrigado à Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação – SeTIC/UFSC, na pessoa da Kathia Jucá, sua colaboração foi fundamental no desenvolvimento do RIRC. Aproveito para agradecer aos professores dessa casa, em especial o mestre e amigo Carlos Luiz Cardoso.

Obrigado aos membros da banca, Dra. Leila Mirtes S. Magalhães, Dra. Ursula Blattmann, Dr. Laércio Elias Pereira e Dra. Maria de Fátima Duarte, pela disponibilidade e contribuições no momento da qualificação e avaliação final dessa dissertação de mestrado.

Por último, obrigado aos meus amigos e amigas, Tobs, Vitão, Zinidini, companheiros de ciclovagens inesquecíveis; Nazola, Samir, Haical e Buningo, irmãos por opção; Fê (Queriquelli), Let e Cauê, Floripa não é a mesma sem vocês; Kiko, Jú, Cris e Fê (Fuschini), meus cunhados; Fê (Bitencourt), Cris, Huáscar, A40, Angelito, Xibabs, Rogério, Diego, Jaca-Mor, Paulinhas, Ly, Fê (Fauth), Bia, Ira, Mari, Angélica e Vero, camaradas do dia-a-dia no LaboMídia.

*Quem alcançou em alguma medida a liberdade da razão, não pode se sentir mais que um andarilho sobre a Terra – e não um viajante que se dirige a uma meta final: pois esta não existe.*

*Friedrich Wilhelm Nietzsche, 1844–1900*

## RESUMO

A partir da experiência de desenvolvimento e administração do RIRC, um projeto realizado pelo LaboMídia/UFSC com o apoio da Rede CEDES/Ministério do Esporte, delimitamos o uso desse repositório digital como objeto de pesquisa desta dissertação de mestrado. Dessa forma, organizamos esse trabalho com base nas discussões teóricas que envolvem a gestão da informação e do conhecimento no âmbito do esporte e lazer brasileiro, sobretudo, pelos princípios do movimento mundial a favor da promoção do acesso aberto à informação e conhecimento científico. Nesse contexto, investigamos como o RIRC era percebido pelos gestores e pesquisadores da Rede CEDES, durante os anos de 2011 e 2012. A delimitação deste problema de pesquisa criou condições para observar e refletir sobre o compromisso social e político dos integrantes da Rede CEDES em organizar e disponibilizar as produções dessa ação ministerial. Sendo assim, descrevemos, analisamos e refletimos sobre a percepção dos integrantes da Rede CEDES em relação ao RIRC, no escopo da gestão da informação e do conhecimento em esporte e lazer. Realizamos treze entrevistas com os integrantes da Rede CEDES no período de 19/11/2010 até 14/09/2011 e utilizamos algumas estatísticas do RIRC e da própria rede como dados. Por conta dessa estrutura, esta pesquisa se caracterizou como um estudo de caso qualitativo, entendimento que nos orientou durante a coleta, análise, discussão e interpretação dos dados. Após a construção dos caminhos teóricos e metodológicos definimos quatro eixos de discussão dos dados: a) Contexto sócio-histórico de construção da Rede CEDES; b) O processo de desenvolvimento do RIRC; c) O RIRC como política pública; e d) O RIRC no contexto da cultura participativa. O diálogo entre esses eixos e o referencial teórico fundamentam a apresentação dos achados desta pesquisa, dos quais destacamos inicialmente que o RIRC é percebido pelos integrantes da Rede CEDES entrevistados como uma iniciativa relevante no âmbito das políticas públicas em esporte e lazer no Brasil. Todavia, menos de 20% do potencial do sistema foi utilizado pelos integrantes da Rede CEDES no período em que realizamos essa investigação. Isso indica que há contradições entre um discurso pautado pelas qualidades ideais dos repositórios digitais e do acesso aberto em contraste com a prática efetiva que deveria materializar esse discurso. Entre outras reflexões, consideramos que o RIRC se configura como uma ferramenta que demonstra algumas necessidades relativas às possibilidades de mudanças culturais dos integrantes da Rede CEDES, no que se refere à produção e veiculação das informações e

conhecimentos da rede, para que a proposta se efetive a contento. Isso depende, principalmente, do Ministério do Esporte considerar a inclusão da gestão das informações e dos conhecimentos de interesse público em acesso aberto, como prioridade da política ministerial no campo do esporte. Com base na literatura científica e nos dados dessa pesquisa, compreendemos que a definição e o cumprimento de um mandado que garanta o auto-arquivamento no RIRC pelos pesquisadores da Rede CEDES poderia ser um primeiro passo. Todavia, o RIRC é uma proposta isolada na estrutura do ME e não foi desenvolvido para atender todas as demandas desse ministério. Esse fato subsidia nossa compreensão de que não podemos pensar na materialização de uma proposta de gestão da informação e do conhecimento em esporte, como política pública do ME, enquanto o RIRC for a única ação concreta com esse propósito no ministério.

**Palavras-chave:** Esporte e lazer, Gestão da informação e do conhecimento, Acesso aberto, RIRC, Auto-arquivamento.

## ABSTRACT

From the development and administration experiences of RIRC, a project undertaken by LaboMídia/UFSC with the support of CEDES Network/Ministry of Sports, we delimited the use of this digital repository as an object for research of this master's degree dissertation. Thus, we organize this work based on theoretical discussions that involve the information and the knowledge management in the fields of sport and leisure in Brazil, especially, with the principles of the worldwide movement that emphasizes the promotion of open access to scientific information and knowledge. In this context, we investigated how the RIRC was perceived by managers and researchers of the CEDES Network during the first year of the system's operation. The delimitation of this research's problem, created conditions to observe and to ponder over the social and political commitment of the CEDES Network's members, to organize and to make the results of this action accessible. Therefore, we describe, analyze and reflect on the perception of this CEDES Network members in relation to RIRC, in the scope of the information and knowledge management in sport and leisure. We conducted interviews with thirteen members of the CEDES Network and used some statistics of the RIRC and from CEDES Network as data. Because of this structure, this research is characterized as a qualitative case study, this understanding guided us during the gathering, analysis, discussion and interpretation of data. After the construction of the theoretical and methodological structure, we defined four axes of discussions: a) socio-historical context of the building process of the CEDES Network; b) The development process of the RIRC; c) The RIRC as public policy; and d) The RIRC in context of participatory culture. The dialogue between these axes and the theoretical framework legitimize the purpose behind the presentation of the research's findings, which initially highlight the fact that RIRC is perceived by the CEDES members as an important initiative in the framework of public policies in sport and leisure in Brazil. However, less than 20% of the system's full potential was used by the CEDES Network during the period which we perform this research. This indicates that there are profound contradictions between the discourses guided by the ideal qualities of digital repositories and open access, in contrast to the effective practice that should materialize these discourses. Among other considerations, we believe that RIRC is configured as a tool that demonstrates the need to change the culture of

the CEDES members, in regards to the production and dissemination of information and knowledge, in order to ensure that the proposal will come about appropriately. This depends mainly on the ME to consider, as a priority, enabling open access of all the information and knowledge of public interest and integrate that into the ministerial policies in the field of sport. Based on scientific literature and on the data from this study, we understand that the fulfillment of a mandate that ensures the self-archiving in RIRC by the researchers of CEDES Network could be a first step. However, the RIRC is an isolated proposal at ME's structure and was not designed to meet all demands of this ministry. This fact supports our understanding that as long as the RIRC is the only solid action in ministry, we can not consider the materialization of the sports' management scheme regarding information and knowledge, as a public policy of the ME.

**Keywords:** sport and leisure, information and knowledge management, open access, RIRC, self-archiving.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Convênios firmados e pesquisas (Total de 2008) desenvolvidas com apoio da Rede CEDES e distribuídos por ano.....	86
Figura 2 - Estrutura de funcionalidade do.....	109
Figura 3 - Página de Apresentação do RIRC.....	112
Figura 4 - Página principal do RIRC.....	112
Figura 5 - Página da Política do RIRC.....	114



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> - Metas da ação um da linha Ciência e Tecnologia da 3º Conferência Nacional do Esporte.....	83
<b>Tabela 2</b> - Distribuição das pesquisas nos nove eixos temáticos, representados em porcentagem.....	87
<b>Tabela 3</b> - Quantidade total de produtos da Rede CEDES no período de 2003/2008.....	89



# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....</b>	<b>27</b>
1.1. OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	36
1.2. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	37
<b>2. ESCOLHAS TEÓRICAS PARA REFLETIR SOBRE O RIRC.....</b>	<b>43</b>
2.1. O ACESSO ABERTO COMO RELAÇÕES DE DIREITOS E DEVERES.....	44
2.2. RACIONALIDADE COMUNICATIVA, CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGIA.....	51
2.3. ACESSO ABERTO: UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA.....	60
<b>2.3.1. <i>Software</i> livre e repositórios digitais.....</b>	<b>69</b>
<b>2.3.2. O auto-arquivamento na cultura participativa.....</b>	<b>76</b>
2.4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO NA COMUNIDADE REDE CEDES.....	81
<b>3. EIXOS DE DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>93</b>
3.1. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA REDE CEDES E DO RIRC.....	93
3.2. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO RIRC.....	108
3.3. O RIRC COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	116
3.4. O RIRC NO CONTEXTO DA CULTURA PARTICIPATIVA.....	129
<b>3.4.1. Desdobramentos do RIRC.....</b>	<b>142</b>
<b>4. CONCLUSÕES.....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>167</b>



## 1. INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

De acordo com o artigo 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “toda pessoa têm o direito de (...) participar do processo científico e de seus benefícios” (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Compreendemos que uma das ações necessárias para garantir a universalidade desse direito é investir na gestão da informação e do conhecimento científico, sobretudo, dos processos e produtos de pesquisas financiadas com recursos públicos. No mundo, o poder público de países democráticos, as agências de fomento à pesquisa, as universidades e os pesquisadores são os principais responsáveis pela produção científica, portanto, nosso entendimento é que deveria ser deles o dever de garantir o acesso à ciência para a humanidade. Diante desse cenário, optamos por refletir sobre a validade e as implicações envolvidas nessa relação normativa de direitos e deveres, a partir da teoria do agir comunicativo do filósofo alemão Jürgen Habermas.

O conceito habermasiano *Verständigung*, que traduzido do alemão para o português significa “chegar a um entendimento” (ARAGÃO, 1992, p.39), é o fundamento que orienta nossa reflexão inicial. Habermas (1989) trabalha esse conceito como parte da teoria da ação comunicativa e se sustenta na compreensão de que a validade do conhecimento depende da coordenação de ações entre pelo menos dois sujeitos em condições iguais, que alcançam, ou não, um consenso sobre determinada proposição.

Em contraste com a cognição ou a representação, alcançar um entendimento é um conceito normativo que supõe não-coercitividade. Não é um estado empírico que causa acordo factual, mas um processo de convencer mutuamente um ao outro, em que as ações dos participantes são coordenadas pela motivação por razões. Nessa comunicação espera-se alcançar um acordo válido, isto é, um acordo que satisfaça as condições de aquiescência motivada racionalmente ao conteúdo de um proferimento (ARAGÃO, 1992, p. 43),

O processo de convencimento sugerido por Habermas (1989) se desdobra nessa pesquisa em duas dimensões. A primeira é construir um argumento a favor da gestão da informação e do conhecimento científico como relação normativa de deveres e direitos. A segunda é a defesa de que o acesso sem restrições às produções científicas é uma das condições para que a noção de se chegar a um entendimento ocorra em igualdade de condições entre os cidadãos de sociedades democráticas. As duas dimensões que apresentamos acima desencadeiam outra via reflexiva, especificamente, a viabilidade política, econômica e operacional para garantir a universalização da informação e do conhecimento científico na sociedade. Além dessas reflexões filosóficas, alguns aspectos sociológicos descritivos sobre o papel da informação, conhecimento e tecnologias na sociedade contemporânea também fazem parte de nossas escolhas para construir esse trabalho.

O sociólogo Castells (2010) denomina a organização social, econômica e política que emerge por volta da década de 1980 de Sociedade em Rede. De acordo com essa definição, a globalização da economia, a informação, o conhecimento, o uso e desenvolvimento de

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ocupam o centro dessa recente configuração.

A mudança contemporânea de paradigma pode ser vista com uma transferência de uma tecnologia baseada principalmente em insumos baratos de energia para uma outra que se baseia predominantemente em insumos baratos de informação derivados do avanço da tecnologia em microeletrônica e telecomunicações (FREEMAN citado por CASTELLS, 2010, p. 107).

Segundo o autor, o Vale do Silício situado no condado de Santa Clara na Califórnia, Estados Unidos da América, é a origem geográfica que localiza o início desse fenômeno, reconhecido pelo sociólogo como berço revolucionário da tecnologia da informação. Na década de 1990, investimentos de alto risco em desenvolvimento de microprocessadores e pesquisas científicas no Vale do Silício foram os principais responsáveis pela criação dos computadores pessoais e da ampliação da internet<sup>1</sup> para a *World Wide Web*, traduzida em português como rede mundial de computadores, ou simplesmente *Web*. Esse padrão de desenvolvimento tecnológico se espalhou por todo mundo e assumiu diferentes especificidades em distintos continentes, países e cidades.

Na realidade, é mediante essa interface entre os programas de macropesquisa e grandes mercados desenvolvidos pelos governos, por um lado, e a inovação descentralizada estimulada por uma cultura de criatividade tecnológica e por modelos

---

<sup>1</sup> Antes de se tornar uma rede mundial de computadores, a internet, era um projeto restrito a militares (APRANET, 1969) e depois, 1983, foi aberta para outras comunidades de pesquisadores científicos. Em 1994 foi lançado o Netscape Navigator, o primeiro navegador da internet com interface gráfica que facilitou o uso da ferramenta (CASTELLS, 2010, p. 88).

de sucessos pessoais rápidos, por outro, que as novas tecnologias de informação prosperam (CASTELLS, 2010, p. 107).

Interpretamos que alguns aspectos desse campo de intersecção entre interesses econômicos, políticos, científicos e tecnológicos seja contraditório. De um lado observamos a prioridade dos países em criar políticas públicas orientadas pela necessidade de desenvolvimento econômico, isso significa investir em ciência e tecnologia. Por outro lado, nem sempre o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico é coerente com os interesses vinculados à construção de repúblicas federativas democráticas e o desenvolvimento social das populações menos favorecidas economicamente. No caso dessa pesquisa, essa contradição de interesses é representada por meio da própria cadeia produtiva de informações e conhecimentos científicos, especialmente, nas ações que abrangem o uso das TIC's na ampla socialização dos processos e resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos.

Para enfrentar os desafios dessa temática de forma mais objetiva, a comunidade acadêmica mundial mobilizou esforços e criou um movimento político conhecido como *Open Access*, traduzido nessa pesquisa como acesso aberto (HUNGIRA, 2002). Nesse primeiro encontro oficial do acesso aberto, foi redigido e assinado um documento em torno de dois princípios fundamentais: 1) As informações e os conhecimentos científicos, sobretudo, os financiados com recursos públicos devem ser disponibilizados para toda humanidade de forma irrestrita; e 2) A internet se configura como o meio tecnológico capaz de viabilizar o princípio anterior.

Segundo os preceitos do acesso aberto, Harnad (2004a) propõe que isso deva ser realizado por meio de periódicos científicos e pelo depósito das publicações dos pesquisadores em sistemas de informação chamados repositórios digitais. Segundo o autor, ambos devem ter políticas de uso claras e alinhadas com os princípios do acesso aberto. A primeira alternativa, a dos periódicos, é denominada de via dourada, a segunda, dos repositórios digitais, de via verde.

Outra iniciativa que soma forças ao acesso aberto é o movimento a favor dos usos e desenvolvimentos de *softwares* de código aberto. Segundo DiBona *et al* (1999) Richard Stallman é o criador desse projeto, popularmente conhecido no Brasil como *software* livre, por meio do projeto GNU / Sistema Operacional Linux. A proposta do autor estabelece que os códigos dos *softwares* devem ser públicos para serem utilizados, copiados, modificados e distribuídos livremente desde que respeitem a licença *GPL – General Public License*<sup>2</sup> e suas variações. O *software* livre acrescenta consistência operacional e política às iniciativas do acesso aberto, entre elas, o desenvolvimento de repositórios digitais<sup>3</sup>.

Segundo dados do *Directory of Open Access Repositories - OpenDOAR*<sup>4</sup>, os *softwares* mais utilizados para o desenvolvimento de repositórios digitais ao redor do mundo são o *DSpace* e o *EPrints*,

---

<sup>2</sup> Licença pública geral. Tradução do autor.

<sup>3</sup> Os repositórios digitais são ferramentas estruturalmente padronizadas e compatíveis entre si, isto é, interoperáveis por meio de protocolos, como o OAI-PMH (*Open Archive Initiative Protocol for Metadata Harvesting*), cuja tradução é protocolo para colheita de metadados da iniciativa a favor dos arquivos abertos.

<sup>4</sup> Diretório de Repositórios Acesso Aberto. Tradução do autor. Essa ferramenta está disponível no endereço <http://www.opendoar.org> e seu objetivo é listar de forma organizada e fornecer informações sobre os repositórios digitais em funcionamento ao redor mundo.

totalizando 786 e 325 respectivamente, de sistemas em funcionamento. Ambos são *softwares* livres e possuem estruturas operacionais semelhantes, com destaque para o auto-arquivamento, função definida pela possibilidade de cadastro e submissão de objetos digitais por múltiplos usuários que podem depositar suas publicações no sistema de forma autônoma. Esses usuários são organizados pelos administradores da ferramenta de acordo com permissões que gerenciam diferentes níveis de acesso e atribuições.

As políticas de uso dos repositórios digitais também obedecem a algumas propostas de padronizações, uma delas se refere à origem dos objetos digitais que abastecem os sistemas. Nesse sentido, Weenik *et al* (2008) sugere que os repositórios digitais organizadores de documentos de uma determinada instituição, por exemplo, uma universidade, sejam definidos como institucionais. Se a organização for determinada por temas, por exemplo, Educação Física, os repositórios digitais se caracterizam como temáticos.

Segundo dados do *OpenDOAR*<sup>5</sup> a Europa é o continente com mais repositórios digitais em todo mundo, são 956 sistemas cadastrados enquanto que na América do Sul o total é de 145, sendo que 60 são brasileiros. Interpretamos esses dados como um indicativo de que os repositórios digitais e o autoarquivamento ainda são práticas e conceitos novos entre os pesquisadores brasileiros. No país, os repositórios digitais, assim como outras ações vinculadas com o acesso aberto, são lideradas pela Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), uma unidade de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.opendoar.org/find.php>. Acesso em 26/09/2011.

Entre os 60 sistemas brasileiros listados pelo *OpenDOAR*, o Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC) representa uma iniciativa pioneira no campo do esporte e lazer no país. Essa ação foi subsidiada inicialmente pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte e Lazer da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte (DCTEC/SNDEL/ME)<sup>6</sup>. Isso é executado via o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)<sup>7</sup> e os Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES)<sup>8</sup>. O projeto foi concebido, proposto, implantado e é administrado pelo LaboMídia<sup>9</sup>, laboratório e grupo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC/UFSC).

O PELC é um programa finalístico, ou seja, funciona a partir do atendimento direto à população brasileira com os objetivos de “(...) ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a

---

<sup>6</sup> Uma nova configuração do ME foi implantada em 2011; a partir dela, a SNDEL foi extinta, sendo seus programas distribuídos entre outras secretarias do ministério. Esse contexto será abordado com mais detalhes no item 4.1. da pesquisa. Para efeito dessa pesquisa, será referida a antiga configuração do ME.

<sup>7</sup> No novo organograma do ME, o PELC passou a fazer parte da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

<sup>8</sup> Depois de ficar um bom tempo sem definição sobre sua destinação, finalmente em outubro de 2011 a Rede CEDES foi anexada à recém-criada Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica / Coordenação-Geral de Ciência, Tecnologia e Inovação, da Secretaria-Executiva do Ministério do Esporte.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.labomidia.ufsc.br>

inclusão social<sup>10</sup>». A Rede CEDES integrava o PELC e visava produzir conhecimentos no campo do esporte e lazer para subsidiar a criação, gestão e avaliação de políticas públicas, isso inclui “democratizar o acesso às informações e conhecimentos relativos ao esporte recreativo e ao lazer.<sup>11</sup>”

A Rede CEDES foi formada por convênios entre o DCTEC/SNDEL e universidades distribuídas pelas cinco regiões do Brasil, estrutura que desde 2003 resultou no apoio à produção de diversas pesquisas no campo do esporte e do lazer. De forma breve, foi esse o contexto que justificou a criação do RIRC como demanda institucional de organizar, preservar e disponibilizar em acesso aberto as produções científicas da rede e conseqüentemente a escolha do RIRC como objeto dessa pesquisa. Importa destacar logo no início desse trabalho, que houve uma discussão entre os integrantes da Rede CEDES que aprovou coletivamente o projeto do RIRC e o conseqüente compromisso de se cadastrar e autoarquivar suas produções no sistema.

De acordo com as recomendações<sup>12</sup> do IBICT utilizamos o *DSpace* para desenvolver o RIRC, que foi configurado a partir da seguinte estrutura lógica: 1) Comunidade (Rede CEDES); 2) Sub-comunidades (Universidades conveniadas); 3) Coleções (a. Projetos; b. Produções).

Também julgamos relevante realçar que a noção de rede, no sentido da construção de relações de trabalho integradas e colaborativas

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>. Acesso em 26/09/2011.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/diretrizesGerais.jsp>. Acesso em 26/09/2011.

<sup>12</sup> Disponível em: <http://dspace.ibict.br/>. Acesso em 26/09/2011.

é um dos pressupostos dessa ação ministerial, com isso, o RIRC se torna uma ferramenta que já foi idealizada de acordo com esse contexto. Todavia, construir a Rede CEDES e o RIRC implica coordenar um contingente de profissionais (gestores, pesquisadores, bolsistas, etc.) distribuídos pelas cinco regiões do país. Soma-se a essa realidade a pluralidade cultural e o tamanho do Brasil, as tensões políticas, as diferentes matrizes epistemológicas que orientam os trabalhos dessa diversidade de pesquisadores e pode-se, ao menos, imaginar a dimensão do desafio envolvido em criar e manter uma unidade de relações de trabalho em torno da Rede CEDES.

Por outro lado, o RIRC potencialmente sofre, de certa forma, menos os efeitos dessas considerações. O problema de garantir as interações de trabalho relacionadas com o RIRC, num país com dimensões continentais como o Brasil é solucionado a partir de pontos de conexão de acesso à internet e computadores. A maioria dos outros problemas pode ser solucionado a partir do estabelecimento de um consenso entre os pesquisadores, no sentido de assumir o compromisso de organizar e disponibilizar as produções resultantes das pesquisas financiadas pela Rede CEDES no RIRC, sobretudo, porque compreendemos que trata-se de um dever dos pesquisadores perante a sociedade, haja vista que os trabalhos são financiados com recursos públicos. Outro complemento desse argumento é a potencial contribuição dessas pesquisas no plano da formação acadêmica e profissional do campo do esporte e lazer, além de estar disponível para gestores públicos em diferentes níveis governamentais.

Com isso, delimitamos o seguinte **problema** de pesquisa: *como a proposta de desenvolvimento do RIRC é percebida pelos integrantes da Rede CEDES (gestores e pesquisadores), em relação ao compromisso social e político de tornar disponíveis, de forma organizada e permanente, as informações e conhecimentos produzidos pela rede?*

### 1.1. OBJETIVO E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Tendo em vista a problemática estabelecida para a pesquisa, foi necessário formular objetivos que pudessem orientar o desenvolvimento do estudo e a reflexão final diante dos resultados. O **principal objetivo** da investigação foi assim definido:

- descrever, analisar e refletir sobre a percepção dos integrantes da Rede CEDES relativa ao RIRC, considerando as características, propósitos e funcionalidades dos repositórios digitais como ferramentas para gerir informações e conhecimentos de acordo com as diretrizes do acesso aberto.

Para dar operacionalidade às etapas e tomadas de decisão referentes ao desenvolvimento da pesquisa, esse objetivo geral gerou as seguintes **questões de investigação**:

- Qual foi o processo histórico de construção do RIRC?
- Como o RIRC têm sido apropriado e utilizado pelos integrantes da Rede CEDES?

- De que forma o conceito de auto-arquivamento no RIRC têm sido compreendido pelos pesquisadores da Rede CEDES?
- Que avaliação fazem os integrantes da rede quanto ao RIRC, de acordo com as diretrizes da Rede CEDES e o movimento mundial a favor do acesso aberto?
- Quais os limites e as possibilidades do RIRC como ferramenta de gestão da informação e do conhecimento no âmbito do esporte e lazer brasileiros?

## 1.2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este trabalho pesquisou o processo de desenvolvimento e apropriação do RIRC no âmbito da gestão da informação e conhecimento do esporte e lazer brasileiro, considerando o movimento mundial de acesso aberto como contexto mais amplo para subsidiar este trabalho. O RIRC se configura como um sistema de informação criado como solução técnica para garantir a eficiência operacional em organizar, preservar e disponibilizar as produções científicas decorrentes das pesquisas da Rede CEDES. Esta rede é formada basicamente pela equipe de gestores responsáveis pela administração desta ação do ME, pelos coordenadores de projetos e núcleos assim como outros pesquisadores em diferentes estágios de formação. Desta forma, caracterizamos esta pesquisa como um estudo de caso, pois “consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (BOGDAN; BINKLEN, p. 89, 1991).

A técnica de pesquisa que utilizamos foi a observação participante<sup>13</sup>, escolha que nos permitiu estudar o RIRC e a comunidade de pesquisadores da Rede CEDES a partir e “por dentro” dela. Essa aproximação com o campo de pesquisa foi realizada gradativamente e com um envolvimento crítico, sobretudo, com os gestores e coordenadores de pesquisas da Rede CEDES que colaboraram com esse trabalho.

O instrumento principal de coleta dos dados foi a realização de 13 entrevistas semi-estruturadas<sup>14</sup>, realizadas com os gestores do ME e coordenadores de núcleos e projetos de pesquisas da Rede CEDES. No dia 19/11/2010 entrevistamos as três gestoras do ME: a secretária da SNDEL, Rejane Penna Rodrigues; a diretora da DCTEC/SNDEL, Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto; e a coordenadora da DCTEC/SNDEL, Patrícia Z. M. de Moraes.

Além das gestoras foram entrevistados dez pesquisadores da Rede CEDES<sup>15</sup>:

- 1) Dr. Fernando Mascarenhas: professor da Universidade de Brasília (UnB). Entrevista realizada 25/05/2011 (presencial).

---

<sup>13</sup> O projeto de pesquisa para realizar esse estudo foi aprovado pelo comitê de ética da UFSC, processo 1907. Este documento está anexado ao final da pesquisa.

<sup>14</sup> O roteiro utilizado para conduzir as entrevistas está anexado ao final da pesquisa. Um dos pesquisadores preferiu que nós mandássemos as perguntas na forma texto para que ele pudesse elaborar as respostas nesse formato, que era de sua preferência.

<sup>15</sup> Todos os entrevistados tomaram conhecimento e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além de autorizarem a utilização de seus nomes e vínculos institucionais.

- 2) Dr. Cesar Leiro: professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Entrevista realizada 26/05/2011 (presencial)
- 3) Dra. Gisele Schwartz: professora da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Entrevista realizada 20/06/2011 (presencial)<sup>16</sup>.
- 4) Dr. Nelson Carvalho Marcellino: professor da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Entrevista realizada 20/06/2011 (presencial).
- 5) Dr. Fernando Marinho Mezzadri: professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Entrevista realizada 06/07/2011 (videoconferência).
- 6) Dra. Ana Márcia Silva: professora da Universidade Federal de Goiás (UFG). Entrevista realizada 14/07/2011 (videoconferência)
- 7) Dra. Dulce Suassuna: professora da Universidade de Brasília (UnB). Entrevista realizada 27/07/2011 (videoconferência).
- 8) Dr. Giuliano Gomes de Assis Pimentel: professor da Universidade Estadual de Maringá (UEL). Entrevista realizada 30/07/2011 (texto).

---

<sup>16</sup> As Doutorandas Cristiane Kawaguti e Giselle Tavares, orientandas da Dr. Gisele Schwartz também participaram e contribuíram com a entrevista.

- 9) Dra. Silvana Goellner: professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Entrevista realizada 13/09/2011 (presencial).
- 10) Dra. Eustáquia Salvadora de Sousa: professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Entrevista realizada 14/09/2011 (presencial).

As entrevistas foram realizadas no período de 19/11/2010 até 14/09/2011. O critério de seleção das gestoras foi o vínculo direto com a administração da Rede CEDES. Os pesquisadores foram selecionados de acordo com a relevância e história de participação na rede, assim como a localização geográfica para abranger quatro-regiões do país<sup>17</sup>. Nove entrevistas foram realizadas presencialmente, três via videoconferência e uma por troca de correspondência eletrônica (email). Em média cada entrevista durou uma hora, todas foram gravadas em formato audiovisual, transcritas e enviadas para os pesquisadores aprovarem o conteúdo.

Diante dessa realidade, o desenho investigativo dessa pesquisa se caracteriza predominantemente como um estudo qualitativo. Segundo Goellner *et al* (2010) os desenhos de pesquisas qualitativas são muito abrangentes e utilizados de diversas formas no campo da Educação Física, especialmente nas investigações no escopo das ciências humanas, somando uma quantidade significativa de contribuições para o

---

<sup>17</sup> Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná); Sudeste (São Paulo, Minas Gerais); Nordeste (Bahia), Centro-Oeste (Goiás, Brasília). A ausência do Norte se justifica pela recente participação de universidades da região na Rede CEDES e com pequeno número de instituições conveniadas.

desenvolvimento da área. Porém, também trabalhamos com descrições analíticas e dados quantitativos da Rede CEDES e do RIRC. Esses dados foram coletados a partir da data de lançamento oficial do RIRC, 19 de junho de 2010 até 14 de setembro de 2011, pois essa foi data da última entrevista realizada e marcou o fim da fase de coleta de dados dessa pesquisa. Os dados quantitativos e qualitativos foram triangulados para alcançar os objetivos dessa investigação.

Bogdan e Binklen (1991) ressaltam que as entrevistas semi-estruturadas são instrumentos pertinentes para trabalhar com um padrão de dados provenientes de diferentes sujeitos, facilitando dessa forma a comparação e análise do conteúdo de forma mais coesa. Porém, essa estratégia limitou a aparição de outros elementos que nós não prevemos, contudo, avaliamos que foi mais proveitoso investir numa unidade maior dos conteúdos que foram coletados, pois isto possibilitou maior segurança para delimitar os eixos temáticos desta pesquisa. O roteiro de entrevistas foi estruturado e conduzido a partir dos seguintes eixos temáticos: a) Histórico e contexto dos entrevistados relativos ao RIRC e Rede CEDES; b) Ações e compreensões sobre o acesso aberto no âmbito das políticas públicas em esporte e lazer no Brasil; e c) usos, limites e possibilidades do RIRC.

Num primeiro momento as entrevistas foram tratadas individualmente de acordo com os eixos temáticos pré-estruturados no roteiro que utilizamos, depois as analisamos transversalmente. Seguimos as recomendações de Bardin (2009), ou seja, primeiro pré-analisamos o conteúdo das entrevistas realizadas, ocasião que definimos e exploramos os dados coletados com o objetivo de sistematizar e preparar o material

para os três passos seguintes, a exploração do material, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação.

Na pré-análise do material de campo, definimos quatro eixos temáticos empíricos, ou seja, temas recorrentes e com características semelhantes que puderam ser organizados como unidades de registro que surgiram a partir do conteúdo das entrevistas realizadas. São eles: a) Contexto sócio-histórico de construção da Rede CEDES e do RIRC; b) O processo de desenvolvimento do RIRC; c) O RIRC como política pública; d) O RIRC no contexto da cultura participativa<sup>18</sup>.

Esses eixos temáticos foram criados com base nos critérios que Bardin (2009) denomina como exclusão mútua, ou seja, definição de uma identidade clara e homogênea de cada eixo. Num segundo momento, os eixos definidos orientaram o estudo e a definição de referências teóricas capazes de fundamentar as discussões que propomos nessa pesquisa, assim como a interpretação dos dados de acordo com nosso problema, objetivos e questões de investigação deste trabalho.

---

<sup>18</sup> Nesse eixo foi incluído um sub-item, *Desdobramentos do RIRC*, porque apesar de se enquadrar no eixo *O RIRC no contexto da cultura participativa*, esse sub-item foi desenvolvido com uma unidade relativamente autônoma.

## 2. ESCOLHAS TEÓRICAS PARA REFLETIR SOBRE O RIRC

Neste capítulo, primeiro procuramos construir um argumento capaz de justificar e fundamentar o pressuposto de que o auto-arquivamento em repositórios digitais, de pesquisas financiadas com recursos públicos, se constitui como um dever moral dos responsáveis pela produção científica brasileira. Apresentamos essa ideia com a ajuda de Habermas (1989), sobretudo, por meio da teoria do agir comunicativo e do conceito de chegar a um entendimento proposto pelo autor. Complementamos essa reflexão ao defender outro pressuposto, que envolve o uso das TICs como meio para operacionalizar de forma eficiente essa relação de direitos e deveres. Porém, para garantir a coerência dessa proposta resgatamos as reflexões do autor que ampliam a compreensão da racionalidade para além do escopo das ações teleológicas e da redução do conceito de razão à esfera instrumental.

Em seguida, propomos a compreensão de que o acesso aberto deva ser considerado como prioridade no âmbito das políticas públicas que envolvem a gestão da informação e do conhecimento no Brasil. De forma mais específica, nos dedicamos a esta temática a partir dos repositórios digitais como um dos caminhos para viabilizar o acesso aberto. Isto exige a descrição e reflexão das novas possibilidades de construções culturais envolvidas em torno destas ferramentas, em especial às possibilidades colaborativas inerentes ao acesso aberto e repositórios digitais como elementos da cultura participativa (JENKINS, 2009). Por fim, articulamos estas reflexões ao cenário mais específico da Rede CEDES e do RIRC.

## 2.1. O ACESSO ABERTO COMO RELAÇÕES DE DIREITOS E DEVERES

A primeira referencia teórica que apresentamos visa buscar, a partir da teoria do agir comunicativo (HABERMAS, 1989), subsídios para refletir sobre o compromisso social e político dos pesquisadores em agir de acordo com a proposta de acesso aberto num âmbito normativo. Neste caso, o questionamento que nos guia nessa etapa do trabalho é: os pesquisadores da Rede CEDES devem disponibilizar suas produções científicas no RIRC? Admitimos o pressuposto a favor desse comportamento, conseqüentemente, isso exige a criação de um argumento que fundamente essa “verdade moral” e que o mesmo seja aceito pelos pesquisadores de forma consensual.

Discutimos questões práticas do tipo: “O que devo/devemos fazer?”, na pressuposição de que a resposta não possa ser qualquer uma; nós nos acreditamos capazes em princípio de distinguir as normas e mandamentos corretos dos falsos. Se, por um lado, as proposições normativas não são passíveis de verdade em sentido estrito, por conseguinte não no mesmo sentido em que os enunciados descritivos podem ser verdadeiros ou falsos, temos que colocar o problema de explicar o sentido de “verdade moral” (...) (HABERMAS, 1989, p. 77).

Nosso primeiro passo é reconhecer a diferença entre a verdade de um enunciado racional descritivo, por exemplo, os pesquisadores da Rede CEDES são financiados com recursos públicos, do enunciado racional normativo relativo ao dever desses pesquisadores em disponibilizar seus trabalhos em acesso aberto. Se o primeiro caso for

contestado, basta comprovar a origem pública desses recursos como propriedade objetiva, ou seja, que eles são provenientes dos impostos pagos pelos cidadãos brasileiros. Por outro lado, se um pesquisador da Rede CEDES não concordar que deve disponibilizar sua pesquisa em acesso aberto, como é possível afirmar que essa conduta não é correta? Segundo Habermas (1989), esse tipo de problema moral divide os filósofos do século XX e XXI em duas perspectivas antagônicas, os que defendem e os que negam a possibilidade de fundamentar a validade universal de normas e mandados<sup>19</sup>. O autor os denomina respectivamente de cognitivistas e céticos.

Habermas (1989) se associa aos cognitivistas e amplia a defesa dessa perspectiva com base nos trabalhos do psicólogo Lawrence Kohlberg e no conceito de chegar a um entendimento desenvolvido em sua própria teoria do agir comunicativo. Com isto, o autor apresenta uma possibilidade de compreensão da moral que se fundamenta tanto na filosofia, quanto na ciência. Primeiro, Habermas (1989) apresenta os fundamentos filosóficos da tradição do pragmatismo norte-americano implícitos à pesquisa de Kohlberg, depois descreve os resultados empíricos desse trabalho, por fim, retorna para o campo reflexivo da ética do discurso e da teoria do agir comunicativo para preencher algumas lacunas deixadas em aberto pela pesquisa de Kohlberg.

---

<sup>19</sup> Nesse trabalho estamos traduzindo a expressão *mandate* por mandado. De acordo com Harnad (2010b), os mandados são entendidos como um conjunto de normas que determinam os deveres e os direitos de uma determinada comunidade de usuários de um repositório digital. No Brasil, alguns autores preferem traduzir *mandate* como mandato. Compreendemos que os significados das duas palavras são bastante semelhantes, porém, segundo o dicionário online *priberam* (<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=mandado>) interpretamos que a palavra mandado é a única que denota de forma mais clara a ideia de um conjunto de normas.

“São três os principais pontos de vista a partir dos quais Kohlberg introduz as premissas tomadas de empréstimo à filosofia: a) cognitivismo; b) universalismo; c) formalismo” (HABERMAS, 1989, p. 146). O cognitivismo é o reconhecimento do pressuposto da capacidade dos sujeitos de distinguir entre juízos morais corretos e errados. Universalismo significa que os juízos morais possuem validade universal, ou seja, são iguais para todos os seres humanos. O dever ser associado às correções normativas e questões de justiça que são passíveis de serem racionalizadas compõe o que se distingue como formalismo. O autor acrescenta que essas premissas derivam de um princípio moral universal (U) da ética do discurso e que essa concepção se diferencia de outras perspectivas pelo seu caráter procedimental ao invés de se construir a partir de conteúdos normativos:

(U) Toda norma válida têm que preencher a condição de que as conseqüências e efeitos colaterais que previsivelmente resultem de sua observância *universal*, para a satisfação dos interesses de *todo* indivíduo possam ser aceitas sem coação por *todos* os concernidos (HABERMAS, 1989, p. 147).

Com base nesses princípios filosóficos, Kohlberg, pesquisou de forma empírica a ontogênese do desenvolvimento da consciência moral e sistematizou os resultados de sua pesquisa em três níveis, sendo que, cada nível é composto por dois estados. No primeiro nível, Pré-Convencional: 1) a pessoa considera apenas seus interesses e atua de forma egocêntrica; 2) a pessoa reconhece a tensão entre seus próprios interesses e os de autoridades. No segundo nível, Convencional: 3) a pessoa reconhece que existem interesses coletivos que superam seus

interesses individuais; 4) a pessoa reconhece os papéis e as regras do sistema social. No terceiro nível, Pós-Convencional: 5) a pessoa reconhece a validade dos contratos, acordos e do papel da imparcialidade nesses processos; 6) a pessoa reconhece a “premissa moral básica do respeito pelas pessoas como fins, não meios” (HABERMAS, 1989, p. 160).

Kohlberg compreende a passagem de um para outro estado como um *aprendizado*. O desenvolvimento moral significa que a pessoa em crescimento transforma e diferencia de tal maneira as estruturas cognitivas já disponíveis em cada caso que ela consegue resolver melhor do que anteriormente a mesma espécie de problemas, a saber, a solução consensual de conflitos de ação moralmente relevantes (HABERMAS, 1989, p. 154).

Um dos limites da pesquisa de Kohlberg, reconhecido por ele mesmo, foi a impossibilidade de verificar empiricamente o sexto estado, conseqüentemente, ele não define se o último estado é o produto do desenvolvimento psicológico natural do indivíduo ou se é uma construção filosófica. Por conta disso, Habermas (1989) expande o alcance desses dados e coloca em dúvida os resultados empíricos de todo terceiro nível, Pós-Convencional, pois os comportamentos do quinto estado que são orientados pela aceitação de leis e contratos sociais também estão sujeitos à relativizações. No nível Pós-Convencional, os indivíduos devem ser considerados como iguais no que se refere às condições de refletir sobre os fundamentos que legitimam, ou não, às questões do direito positivo e da moral. É a partir dessa noção que Habermas (1989) recorre ao conceito de chegar a um

entendimento para refletir sobre o nível Pós-Convencional desenvolvido por Kohlberg.

Nesse caso, ele começa expondo as diferenças entre as ações orientadas para o sucesso e as ações orientadas para o entendimento mútuo. Na primeira situação, as pessoas interagem estrategicamente para alcançar objetivos e metas pessoais independente dos interesses de outras pessoas. Nas interações caracterizadas como a busca pelo entendimento mútuo, as pessoas também orientam suas ações com base em objetivos e metas, porém, só estão dispostas a agir se um acordo coletivo for estabelecido em torno dos fins que perseguem.

Os processos de entendimento mútuo visam um acordo que depende do assentimento racionalmente motivado ao conteúdo de um proferimento. O acordo não pode ser imposto à outra parte, não pode ser extorquido ao adversário por meio de manipulações: o que manifestamente advém graças a uma intervenção externa não pode ser tido na conta de um acordo. Este assenta-se sempre em convicções comuns (HABERMAS, 1989, p. 165).

Essas interações ocorrem num espaço-tempo específico e em torno de determinados temas. Habermas (1989) reconhece essa configuração como uma situação de ação e de fala, em que as pessoas assumem os papéis de falantes, ouvintes e observadores orientados pelo entendimento mútuo, caracterizando de forma objetiva um tipo de relação, que o autor chama de intersubjetividade. As situações de ação e de fala ocorrem num contexto mais amplo e anterior a essas situações, um pano-de-fundo do mundo da vida, em que os atores são ao mesmo tempo produtos e produtores do conjunto das interações simbólicas que

eles pertencem. Os atores de uma situação de fala agem em busca de acordos sobre alguma coisa, ou seja, sobre o conjunto de coisas que todos reconhecem a existência, um conceito pré-estabelecido de mundo. Dessa forma, o mundo da vida é formado pelas representações de fatos, estados e acontecimentos do mundo objetivo; relações interpessoais do mundo social; representações de vivências pessoais do mundo subjetivo.

O entendimento é alcançado nas interações entre falantes quando as pretensões de validade da verdade, da correção e da sinceridade de um argumento são aceitas, ou não. Para que haja dissenso em determinada situação de fala, uma a uma essas pretensões de validade devem ser questionadas.

- que o enunciado formulado é verdadeiro (ou, conforme o caso, que as pressuposições de existência de um conteúdo proposicional mencionada são acertadas);
- que o ato de fala é correto relativamente a um contexto normativo existente (ou, conforme o caso, que o contexto normativo que ele realiza é ele próprio legítimo);
- e a intenção manifesta do falante é visada do modo como é proferida (HABERMAS, 1983, p. 167 e 168).

Diante da organização desse contexto teórico reunimos alguns elementos para fundamentar o acesso aberto como uma relação de direitos e deveres concernidos pelos integrantes da Rede CEDES. Partimos da descrição da Rede CEDES como uma ação do ME que financia pesquisas científicas em esporte e lazer com recursos públicos. Dessa forma, compreendemos que ter acesso aos processos e resultados das pesquisas da Rede CEDES é um direito de todo cidadão brasileiro. No âmbito normativo do direito positivo essa preposição se fundamenta

no inciso 37º do 5º artigo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que diz:

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Com base nesse inciso foi elaborado o projeto de Lei nº 41 de 2010<sup>20</sup> que está em tramitação no senado federal a espera de aprovação. Entre outras providências, o artigo 5º desse projeto de Lei atribui ao estado o dever de garantir o acesso a todos os cidadãos brasileiros à informação científica, sobretudo, as financiadas com recursos públicos e isso deve ser realizado de forma objetiva e eficiente. O 3º parágrafo do 3º artigo desse projeto de Lei indica que o uso de TICs para assegurar o acesso aberto é uma das diretrizes a serem seguidas nesse processo. Por último, pressupomos que o acesso aberto representa uma dimensão do exercício pleno da cidadania e construção de sociedades democráticas, assim como é indispensável para a formação humana e profissional.

Estes são os fundamentos que sustentam nossa compreensão de que os pesquisadores da Rede CEDES devem disponibilizar suas produções científicas no RIRC. Entretanto, para reforçar a coerência dos nossos pressupostos e argumentos, destacamos que a verdade desse enunciado não depende do conteúdo que apresentamos até este momento, mas da possibilidade de consenso sobre esta proposta entre os

---

<sup>20</sup> Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=76801&tp=1>.

Acesso em 14/10/2011.

integrantes da Rede CEDES. Além da legitimidade desse acordo, a viabilidade do acesso aberto envolve a dimensão operacional vinculada a esse processo. Todavia, antes de abordar esse tema de forma mais específica iremos nos dedicar a fundamentação filosófica implícita ao uso racional das tecnologias como um meio para se alcançar a democratização do acesso à informação e conhecimento científico.

## 2.2. RACIONALIDADE COMUNICATIVA, CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGIA

Para compreender as relações entre o conhecimento científico e as tecnologias na nossa sociedade nos apoiamos no conceito de racionalidade comunicativa proposto por Habermas. Esse caminho teórico parte da crítica sobre a razão iluminista realizada pela primeira geração da teoria crítica frankfurtiana<sup>21</sup>, nesse caso, iremos focar nos aspectos trabalhados por esses autores relacionados com a inversão do papel do conhecimento científico e tecnológico como um meio, para um fim em si mesmo. Após a apresentação dos fundamentos filosóficos desse diagnóstico, nos dedicamos ao resgate da compreensão do conhecimento científico e da tecnologia como produto da razão e como um meio para buscar a emancipação e a autonomia dos sujeitos na modernidade<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Theodor Adorno. A Escola de Frankfurt é “um movimento intelectual que buscou introduzir o pensamento marxista na Alemanha, depois da primeira Guerra Mundial – mas que acabou seguindo uma linha não ortodoxa em relação ao marxismo ‘oficial’ soviético” (ARAGÃO, 1992, p. 11)

<sup>22</sup> De acordo com Rouanet (1987), do ponto de vista social, ou seja, a economia e o estado; e do cultural, ou seja, o saber, a moral e a arte ainda não formam um

Para Adorno e Horkheimer (1985), a racionalidade que se desenvolveu no período histórico conhecido como Iluminismo, século XVIII, foi reduzida à dimensão instrumental e está a serviço apenas da dominação da natureza via a racionalização do trabalho. Os autores refletem sobre esse processo e sugerem que o movimento iluminista, edificado sobre a razão como possibilidade de desencantamento da natureza, acaba se igualando ao seu contrário, o mito. Segundo esses autores, essa noção se fundamenta no medo e a consequente vontade de dominar a natureza para se auto-conservar como sentido que alimenta o modo de produção da vida, tanto na antiguidade como na modernidade.

Uma das passagens dos autores alemães que representam esse entrelaçamento é o excurso I, denominado Ulisses ou Mito e Esclarecimento, fragmento filosófico que integra a obra Dialética do Esclarecimento (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), numa referência ao XII canto da Odisséia, em que a astúcia de Ulisses lhe permite ouvir a beleza do canto das sereias sem sucumbir à morte. O herói da narrativa de Homero ordena sua tripulação a tapar os ouvidos com cera e remar com toda força, enquanto Ulisses, amarrado no mastro de sua própria embarcação poderia contemplar a melodia das sereias e se manter a salvo. Adorno e Horkheimer (1985) comparam a condição da tripulação de Ulisses com os trabalhadores da sociedade moderna. “Alertas e concentrados, os trabalhadores têm de olhar para frente e esquecer o que foi posto de lado. A tendência que impele à distração, eles têm de se

---

conjunto de mudanças significativas que nos autorize a denominar o presente histórico (primeira década do século XXI) com a classificação de pós-modernidade. O aprofundamento dessa discussão não é relevante para nossa pesquisa, porém, compreendemos que é pertinente justificar o uso do termo modernidade como referência ao período histórico que iniciou no século XVIII e que ainda mantém suas características até a década de 2010.

encarniçar em sublimá-la num esforço suplementar. É assim que se tornam práticos” (p. 39).

Por outro lado, Ulisses é comparado com

(...) o senhor de terras que faz os outros trabalharem para ele. Ele escuta, mas amarrado impotente ao mastro, e quanto maior se torna a sedução, tanto mais fortemente ele se deixa atar, exatamente como, muitos burgueses, que recusavam a si mesmos a felicidade com tanto maior obstinação quanto mais acessível ela se tornava com o aumento de seu poderio (p. 39).

A atualidade dessa reflexão permanece, sobretudo, a partir da observação de que a busca irrefletida pelo progresso e desenvolvimento por meio da racionalização do trabalho se tornou um fim em si mesmo. Entretanto, precisamos ampliar essa reflexão ao considerarmos o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, em que o trabalho humano é substituído cada vez mais pela automatização e uso de máquinas. Nesse contexto,

(...) a ciência e a técnica transformam-se na primeira força produtiva e caem assim as condições de aplicação da teoria marxiana do valor-trabalho. Já não têm mais sentido computar os contributos ao capital para investimentos na investigação e no desenvolvimento sobre a base do valor da força de trabalho não qualificada (simples), se o progresso técnico e científico se tornou uma fonte independente de mais-valia frente a fonte de mais-valia que é a única tomada em consideração por Marx: a força de trabalho dos produtores imediatos têm cada vez menos importância (HABERMAS, p. 72, 2006).

De acordo com essa observação, o autor assume que o desenvolvimento da ciência e da técnica são consequências da racionalização do trabalho e conclui que elas se transformam na própria ideologia do capitalismo. Dessa forma, a busca pela ampliação do conhecimento científico e da tecnologia deixa de ser uma escolha e se torna um objetivo a ser perseguido independente da vontade humana.

Entre outros sentidos, isso significa que o conhecimento técnico-científico se tornou a mercadoria mais valiosa de nossa sociedade e o horizonte político que orienta o desenvolvimento de países apenas a partir de uma perspectiva econômica. A radicalização dessa realidade é definida como tecnocracia, segundo Habermas (2006) isso ocorre via a invasão da racionalidade instrumental sobre o âmbito das normas sociais, substituindo-as por regras técnicas. Dessa forma, a sociedade é administrada e dirigida por decisões políticas como um sistema auto-regulado pelas leis de mercado, uma máquina que depende do conhecimento científico e tecnológico para se retroalimentar. Nesse sistema, a reflexão e o questionamento sobre o tipo de sociedade que desejamos viver e construir são substituídos por índices e fórmulas matemáticas cada vez mais complexas e dependentes da manutenção do próprio sistema.

Por exemplo, observamos que o crescimento da economia mundial, impulsionado pelo conhecimento científico e tecnológico não pode parar de crescer, mesmo que essa dinâmica aumente as desigualdades, misérias, destrua o planeta e continue dependendo da exploração de milhões de seres humanos em contraste com enriquecimento de uma pequena elite de empresários. Interpretando Habermas (2006), compreendemos que é nesse sentido que o projeto

iluminista de emancipação e autonomia dos seres humanos foi desviado e está longe de ser alcançado.

A consciência tecnocrática é, por um lado, menos ideológica do que todas as ideologias precedentes; pois não têm o poder opaco de uma ofuscação que apenas sugere falsamente a realização dos interesses. Por outro lado a ideologia de fundo, um tanto vítrea, hoje dominante, que faz da ciência um feitiço, é mais irresistível e de maior alcance do que as ideologias do tipo antigo, já que com a dissimulação das questões não só justifica o interesse parcial de dominação de uma determinada classe e reprime a necessidade parcial de emancipação por parte de outra classe, mas também afeta o interesse emancipador como tal do gênero humano (HABERMAS, p. 80, 2006).

Assim como na medicina, em que o diagnóstico de uma doença é o primeiro passo para sua cura, compreendemos que essas reflexões podem nos orientar na busca pela transformação desse cenário. Dessa forma, seguimos o trabalho de Habermas acreditando que mais do que possível, é necessário e urgente a retomada do projeto de construção da modernidade guiada pelos princípios de emancipação e autonomia dos seres humanos. O primeiro passo do autor foi ampliar o conceito de racionalidade, que foi apresentado até esse momento apenas como dimensão instrumental e teleológica, para a noção ampliada de racionalidade comunicativa.

Em busca da fundamentação desse entendimento, Habermas (2006), partiu da crítica fenomenológica de Husserl que questiona a objetividade do conhecimento científico como dependente de um

exercício intelectual capaz de alcançar a essência dos fenômenos. Nesse caso, o conhecimento objetivo da realidade é teórico e não empírico. O caminho seguido por Habermas é outro, ele defende o argumento da existência de interesses que precedem o conhecimento e derruba a neutralidade pressuposta em ambas as noções de conhecimento objetivo, no caso, o empírico e o teórico.

Regressamos assim à crítica de Husserl ao objectivismo das ciências. Só que agora o motivo vira-se contra Husserl. Se presumimos uma conexão inconfessada de conhecimento e interesse, não é porque as ciências se tenham desprendido do conceito prático de teoria, mas porque dele se não libertaram ainda inteiramente (HABERMAS, p. 136, 2006).

Segundo Aragão (1992), o interesse que antecede às ciências empírico-analíticas é o êxito das operações técnicas no âmbito do trabalho, nas ciências histórico-hermenêuticas o interesse prático é orientado para interpretação dos sentidos que guiam o agir por meio da linguagem. Importante destacar que ambas, tanto as ciências empírico-analíticas quanto as histórico-hermenêuticas são consideradas por Habermas como parte da racionalidade instrumental, “(...) porque torna possível ao sujeito o controle teórico e prático sobre a natureza (externa, social ou interna)” (ARAGÃO, p. 26, 1992). Por fim, o interesse das ciências críticas é a emancipação, ou seja, o enfrentamento das relações de dominação sociais em direção ao esclarecimento e autonomia. De acordo com Habermas (2006), essa relação entre conhecimento e interesse mostra que o acesso a uma realidade objetiva independente do sujeito cognoscente é uma noção equivocada.

Apesar da relevância de *Conhecimento e Interesse* (HABERMAS, 2006) no campo epistemológico, de acordo com Fensterseifer (2001) esse trabalho é considerado pelo próprio Habermas como limitado, porém ele foi decisivo na concepção da mudança paradigmática adotada pelo autor. Habermas abandona o paradigma da consciência fundado no sujeito cognoscente que age sobre o mundo, ainda presente em *Conhecimento e Interesse*, e baseia suas reflexões subsequentes nas atividades linguísticas de pelo menos dois sujeitos, migrando para a compreensão de um mundo objetivo e uma razão subjetiva para a noção de razão intersubjetiva. Para o autor a razão centrada na ideia de subjetividade é instrumental, pois visa o domínio teórico ou prático do objeto, enquanto a razão intersubjetiva é orientada pelo entendimento entre pelo menos dois sujeitos.

[ou o paradigmático é] a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo, que pode ser representado e manipulado (...), [ou o paradigmático é] a relação intersubjetiva que estabelecem os sujeitos capazes de linguagem e de ação quando se entendem entre si sobre algo (HABERMAS citado por BOUFLEUER, 1997, p. 29).

Como observamos no item 2.1 dessa pesquisa o conceito de chegar a um entendimento depende da pressuposição de um pano de fundo que se configura como um cenário onde os sujeitos possam interagir na linguagem. Estamos nos referindo ao mundo da vida.

O mundo só ganha objetividade quando conta como um e mesmo mundo para a comunidade de sujeitos falantes e agentes. O conceito abstrato de mundo é uma condição necessária para que os

sujeitos, agindo comunicativamente, alcancem entendimentos entre si sobre o que acontece no mundo ou deve nele ser produzido. Através dessa prática comunicativa, se asseguram ao mesmo tempo de suas relações de vida comuns, de um mundo-de-vida intersubjetivamente partilhado. Este mundo está limitado pela totalidade de interpretações pressupostas pelos membros como conhecimento de pano-de-fundo (HABERMAS citado por ARAGÃO, p. 44, 1992).

Novamente nos fundamentamos nesses dois conceitos, porém, agora o objetivo é apresentar nossa compreensão de que o conhecimento científico e tecnológico possa ser retomado como ferramentas para a construção de um projeto de sociedade emancipadora, sob a luz do paradigma da racionalidade comunicativa. Segundo Aragão (1992), o mundo da vida é formado pela cultura, sociedade e personalidade, sendo que a condição dessas interações é anterior as dimensões econômicas e estatais da sociedade administrada, denominada por Habermas de sistema. Porém, a racionalidade instrumental e o funcionamento da sociedade como um sistema auto-regulado invadiu o mundo da vida, submetendo-o a essa lógica.

(...) a invasão de formas de racionalidade econômica e administrativa em esferas de ação que se opõem à mudança para os meios dinheiro e poder, porque eles são especializados em tradição cultural, integração social e educação e permanecem direcionados ao entendimento como mecanismo de coordenação de ações (HABERMAS apud REESE-SHÄFER, p. 58, 2009).

Segundo Aragão (1992) a ciência e a tecnologia são sub-sistemas da sociedade, portanto, essas duas dimensões estão a serviço da

reprodução material da vida. Entretanto, a dimensão sistêmica da sociedade não é um problema em si mesmo, pelo contrário, ela deve ser compreendida como possibilidade de soluções no âmbito do viver humano. O sistema se torna um problema quando ele se hipertrofia e causa a atrofia do mundo da vida; inclusive, para Habermas segundo Aragão (1992), esse é o desequilíbrio que ameaça a integridade da nossa sociedade como um todo. A autora explica que a busca pelo equilíbrio das dimensões entre o mundo da vida e o sistema estão presentes na própria obra de Habermas, pois o autor concentra seus esforços compreensivos tanto no campo filosófico quanto no científico<sup>23</sup>.

Em consenso com a coerência dessa proposta, optamos por essa perspectiva para fundamentar o seguinte argumento: compreendemos que o conhecimento científico e tecnológico são meios eficientes e indispensáveis para equilibrar as dimensões sistêmicas e do mundo da vida em nossa sociedade. Porém, eles devem ser orientados pelo ideal de emancipação e não pela promessa falsa de um progresso econômico, científico e tecnológico impulsionado pelas forças ocultas de interesses mercadológicos e políticos cada vez menos comprometidos com os interesses emancipatórios da humanidade.

Na sequência iremos apresentar e refletir sobre os repositórios digitais e o auto-arquivamento, respectivamente como solução tecnológica, compromisso social e político dos pesquisadores, para operacionalizar o acesso aberto.

---

<sup>23</sup> Isso é exemplificado na reflexão que fizemos no item 2.1 dessa pesquisa ao apresentar as relações de direitos e deveres a partir da teoria do desenvolvimento cognitivo da consciência moral proposta por Kohlberg e a sua complementaridade com a teoria do agir comunicativo.

### 2.3. ACESSO ABERTO: UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA

Segundo Harnad (2010a), o acesso aberto é uma proposta política revolucionária no âmbito do compartilhamento mundial de informações e conhecimentos científicos. Nesse sentido, primeiro iremos apresentar de forma breve o processo histórico desse movimento político, para depois refletir sobre alguns dos atuais desafios da consolidação do acesso aberto como política pública no Brasil.

O termo acesso aberto surgiu em 2001 na *Budapest Open Access Initiative – BOAI* (HUNGRIA, 2002)<sup>24</sup>. Porém, Harnad (2010a) recorda que esse fenômeno é mais antigo e está diretamente associado com o início da própria popularização da internet em meados da década de 1990, pois um dos primeiros usos da internet objetivava facilitar a comunicação entre pesquisadores com interesses comuns. Em 1994, a proposta subversiva de transformar todos os periódicos científicos em formatos digitais e disponibilizar essas publicações em acesso aberto na *Web*, assim como o desenvolvimento dos primeiros projetos de repositórios digitais e práticas de auto-arquivamento começavam a se estruturar.

É com base nesse momento histórico que Harnad (2004a) descreve os caminhos para alcançar o acesso aberto e os diferencia com as cores dourada e verde, fazendo referência aos periódicos revisados por pares e os repositórios digitais respectivamente. Em coerência com o objeto e campo empírico dessa pesquisa, nosso foco se concentra no

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>

acesso aberto a partir da via verde. Costa (2008) aprofunda ainda mais a definição do conceito de acesso aberto:

Acesso aberto, nesse sentido, deve remover tanto barreiras de preço quanto de permissão (de uso). Recentemente, Peter Suber, (2008) e Stevan Harnad (2008), dois dos maiores defensores do movimento, propuseram dois modos de tratar o acesso aberto, com base nas experiências desenvolvidas ao longo dos últimos anos. A abordagem dos autores tenciona distinguir acesso aberto propriamente dito de acesso livre de algumas barreiras, mas não totalmente aberto. O tema permanece em discussão, mas os autores centram o foco na questão sobre o que é, efetivamente, aberto e livre de barreiras tanto de preço quanto de permissão de uso (COSTA, 2006, p. 220).

Em 2000 a Universidade de Southampton criou o *Eprints*, que segundo Harnad (2010a) possibilitou que toda universidade utilizasse o sistema para disponibilizar em acesso aberto as produções de suas respectivas instituições. Foi assim que surgiu o termo repositório institucional e na sequência vários deles foram desenvolvidos, entretanto, o autor recorda que a maioria permaneceu quase vazio, pois estima-se que 85% dos pesquisadores não auto-arquivavam suas produções mesmo após a criação de repositórios digitais. Por meio deste e de outros exemplos, o autor compreende que garantir o auto-arquivamento é o maior desafio do acesso aberto e a solução que pode gerar os maiores impactos em direção à universalização do acesso à informação e ao conhecimento científico. Não por coincidência, esse é o tema central desta pesquisa.

Harnad (2010b) não hesita em afirmar que o mandado é a única forma de garantir o sucesso pleno do auto-arquivamento. Esse argumento se fundamenta em pesquisas como a de Swan (2006), que aplicou questionários para conhecer a opinião de pesquisadores de diferentes disciplinas sobre como eles se comportariam se suas universidades e agências financiadoras de pesquisas solicitassem que eles auto-arquivassem suas publicações em repositórios de acesso aberto. Os resultados da pesquisa realizada pela autora apontam que 81% auto-arquivariam suas respectivas publicações em repositórios de acesso aberto se fossem obrigados por mandados, 14% seriam contrários ao mandado mas se submeteriam à exigência e 5% não auto-arquivariam.

Todo mandado funciona a partir da lógica de exigências e deveres relacionados com o cumprimento de determinadas condutas, sob a ameaça de retaliações objetivas e imparciais caso os acordos não sejam cumpridos. Isso deve ser definido e estipulado pelos gestores das instituições que desenvolvem seus próprios repositórios e de início formam um dos principais problemas inerentes aos repositórios digitais. A questão que se impõe é: quais são os critérios mais adequados para exigir e controlar o auto-arquivamento? Compreendemos que não existe uma resposta padrão para esse problema, sendo que cada caso deve ser pensado de acordo com suas próprias especificidades.

Apesar de concordar com a necessidade dos mandados, essa obrigatoriedade pode representar uma contradição, devido ao fato ter que se criar uma normativa que obrigue o indivíduo a fazer um bem para si mesmo. A justificativa dessa observação se fundamenta no trabalho de Harnad e Brody (2004b), que demonstram o aumento do impacto das

publicações em periódicos restritos quando eles são disponibilizadas em acesso aberto pelos pesquisadores que auto-arquivam seus trabalhos em repositórios digitais. Para além dessas comprovações empíricas, essa lógica também pode ser sugerida a partir da simples ideia de que a facilidade de acesso aumenta a possibilidade de uso de qualquer pesquisa, conseqüentemente potencializa o impacto da mesma.

Todavia, o auto-arquivamento não representa apenas um benefício particular para os pesquisadores e se estende para as instituições vinculadas a eles, com destaque para as universidades e agências de fomento. O primeiro benefício social e político que destacamos é a facilidade nos processos de prestação de contas dos pesquisadores com a sociedade, o segundo é o aumento da visibilidade e promoção dessas instituições.

No Brasil, o IBICT é o órgão que lidera o planejamento e a construção do caminho verde do acesso aberto, principalmente, pelas seguintes iniciativas:

- 1) definição de políticas institucionais pelas universidades e unidades de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia como requisito para a implantação dos seus respectivos repositórios institucionais;
- 2) discussão por parte da Câmara dos Deputados, por intermédio de algumas de suas comissões, de um projeto que estabelece a obrigatoriedade das universidades construírem os seus repositórios institucionais e torna obrigatório aos pesquisadores dessas universidades o depósito da sua produção científica (KURAMOTO, p. 212, 2009).

Sobre a primeira iniciativa realçamos o lançamento de um edital<sup>25</sup> pelo IBICT que contemplou inúmeras instituições de ensino público superior com computadores/servidores pré-configurados para o desenvolvimento de repositórios digitais. Paralelo a essa iniciativa, a instituição sistematizou um conjunto de informações e conhecimentos para fundamentar e guiar esse projeto de desenvolvimento no Brasil (LEITE, 2009).

Na segunda proposta de ação, enfatizamos outro projeto de Lei nº 41 de 2010 que propõe a regulação do acesso aberto no Brasil. De acordo com o 1º artigo desse projeto de Lei, os ministérios do governo federal, assim como as universidades públicas e privadas que recebem financiamento de recursos públicos estão subordinadas ao regime desta Lei. Segundo os incisos II e III do 3º artigo fica determinado que as informações de interesse público devem ser divulgadas sem necessidade de solicitações e com a ajuda de tecnologias de informação. Compreendemos que a aprovação e o cumprimento dessa Lei será um salto quantitativo e qualitativo na consolidação do acesso aberto no país e criará subsídios legais para a criação e aplicação de mandados vinculados ao auto-arquivamento.

Com base no trabalho de Harnad (2011), apontamos mais dois desafios relacionados com o acesso aberto no âmbito das políticas públicas: a) tensões entre os direitos referentes à propriedade intelectual e o acesso aberto; b) possibilidade dos repositórios digitais e do auto-arquivamento ameaçarem o sistema de publicação em periódicos com revisão por pares.

---

<sup>25</sup> Disponível em: [http://www.ibict.br/anexos\\_noticias/edital\\_kit\\_dist\\_pcal-xbdb\\_2009\\_dou\\_3.pdf](http://www.ibict.br/anexos_noticias/edital_kit_dist_pcal-xbdb_2009_dou_3.pdf)

Apesar de Sale *et al.* (2012) considerarem que os impedimentos do acesso aberto relacionados com a violação dos direitos sobre a propriedade intelectual já estarem solucionados, julgamos pertinente fazer algumas considerações sobre o tema. O foco de nossa reflexão se concentra nesse momento na disponibilização de livros digitais em acesso aberto na internet sem prejudicar e impedir a comercialização da versão impressa da obra.

Segundo Lemos (2005), a internet causou um movimento de enrijecimento dos direitos autorais, sobretudo, pelos interesses comerciais da indústria do entretenimento. Um dos exemplos que o autor cita é a condenação pela corte suprema estadunidense do site de compartilhamento de músicas, Napster, que foi obrigado a se retirar da internet em 2001. A *Creative Commons*, traduzida nesse trabalho por licença criativa, surge como contra-movimento desse processo.

Nesse contexto, a proposta do Creative Commons é simples: criar um universo de bens culturais que possam ser acessados ou transformados, de acordo com a autorização voluntária do autor. Isto é feito mediante uma série de licenças de direito autoral que funcionam como uma caixa de ferramentas para o criador. Por meio delas, um autor de um filme ou canção pode dizer ao mundo que ele não se importa com alguns usos do trabalho dele, enquanto mantém reservados todos os outros direitos autorais sobre a obra. A força motriz da iniciativa é voluntária: só participa do Creative Commons quem quiser, só autoriza alguns usos da obra quem quer (LEMOS, 2005, p. 184).

As licenças criativas são ferramentas eficientes para enfrentar os desafios da propriedade intelectual no universo digital brasileiro. De

acordo com a Lei 9.610 de 1998, toda criação cultural e científica está automaticamente protegida pela Lei dos direitos autorais, sem que o autor precise requisitar essa proteção. Portanto, todos os cidadãos brasileiros que desejarem compartilhar suas obras devem autorizar o seu uso e isso pode ser feito de maneira bastante simples e eficiente com a ajuda das licenças criativas. Longe de ser uma solução definitiva, as licenças criativas podem contribuir com o desenvolvimento criativo e cultural brasileiro enquanto a Lei 9.610 não é modificada.

Porém, mesmo que o autor de um livro se convença de que deve publicar sua obra sob uma licença criativa, apenas metade do problema está resolvida. O passo seguinte é convencer as editoras comerciais de que essa opção não diminui as vendas dos livros, mas as potencializa<sup>26</sup>. Portanto, compreendemos que esse é um caminho para que as versões digitais de livros com licenças criativas possam ser disponibilizados em acesso aberto por repositórios digitais sem impedir a comercialização da obra no formato impresso.

O segundo desafio é expandir a compreensão de que os repositórios digitais não concorrem com o sistema de publicação do conhecimento científico por meio de periódicos avaliados por pares. Retomando a proposta de Harnad (2010b) sobre as diferenças entre as vias dourada e verde do acesso aberto, o autor reposiciona o problema entre esses dois caminhos. A meta do acesso aberto é garantir a

---

<sup>26</sup> Segundo estudo de O'Rilley (2007) a disponibilização para download sob uma licença criativa do livro *Asterisk: The Future of Telephony* é um exemplo de que a disponibilização de versões digitais de livros não diminui as vendas dos produtos em formato impresso, ao contrário, potencializa as vendas. Disponível em: <http://radar.oreilly.com/archives/2007/06/free-downloads.html>. Acessado em 27/10/2011.

universalização do acesso à informação e ao conhecimento científico através da internet e isso exige mudanças nos modelos de negócios das editoras científicas. Por exemplo, segundo Harnad (2010c) os periódicos de acesso restrito devem acabar com os custos de assinaturas para submeter e acessar artigos em formato digital disponibilizados na *Web*. Os únicos custos que ainda se justificam são exatamente os relativos aos processos de avaliação por pares.

Esse tema é muito complexo e polêmico, inclusive depende dos diferentes contextos culturais e políticas de ciência e informação de cada país. Nosso foco não objetiva aprofundar e discutir os detalhes dessa questão, mas marcar o posicionamento de Harnad (2010c) que a via verde do auto-arquivamento forma a estratégia política mais eficiente para consolidar a universalização do acesso aberto. O fundamento desse argumento é objetivo: se os pesquisadores auto-arquivarem suas produções em repositórios digitais de acesso aberto, não faz sentido que os periódicos continuem cobrando taxas de acesso a essas publicações.

Para concluir, destacamos e concordamos com Harnad (2011), que compreende o acesso aberto como um tema de interesse da comunidade de pesquisadores e não dos editores de periódico científicos. Segundo o autor, o mercado de publicação científica é um negócio lucrativo e são os pesquisadores que mantém essa estrutura. Todavia, eles continuam pagando para publicar seus trabalhos e acessar as pesquisas de seus pares. Isto é a maior das incoerências.

Ao contrário de outros autores que publicam seus textos para obterem retorno econômico, os pesquisadores publicam os resultados de suas pesquisas para que eles possam ser aplicados e também utilizados por outros pesquisadores. É a aplicação e o impacto das pesquisas que sustentam o progresso da ciência e a carreira dos cientistas. Os pesquisadores submetem suas publicações para periódicos de graça, em troca de terem seus trabalhos avaliados pelos pares da área e para se certificarem que o trabalho alcança os padrões de qualidade do periódico que publicaram. Os avaliadores (que também são pesquisadores) fazem esse trabalho para o periódico de graça. Os periódicos administram a avaliação por pares por meio do trabalho de um editor qualificado (nem sempre pago) que seleciona os avaliadores e define os critérios para aceitar ou não um artigo para publicação (HARNAD, 2011)<sup>27</sup>.

Evidentemente que a polêmica e os argumentos para fundamentar o acesso aberto como política pública não se esgotam com essas reflexões que apresentamos, mas interpretamos que elas são suficientes para encaminhar as discussões provenientes do campo de investigação dessa pesquisa. Na sequência exploramos outro aspecto político e operacional ligado às propostas de acesso aberto, um recorte sobre o uso de *softwares* livres para desenvolver repositórios digitais no que tange a criação de infraestrutura para construir a via verde.

---

<sup>27</sup> Tradução do inglês para o português feita pelo autor.

### 2.3.1. *Software* Livre e Repositórios Digitais

Antes de apresentar os aspectos conceituais e técnicos específicos dos repositórios digitais, vamos contextualizar essa tecnologia de informação com foco numa perspectiva crítica guiada pelo uso de *softwares* livres no âmbito das políticas públicas brasileiras. Estamos nos referindo às práticas colaborativas inerentes em torno do desenvolvimento de *softwares* que surgiram a partir da livre distribuição dos códigos fontes do sistema UNIX criado por Ken Thompson em 1969 (AGUIAR, 2009, p.13). Essa iniciativa é formada por tecnólogos profissionais e entusiastas, denominados de *hackers*<sup>28</sup>, que ao longo de mais de 50 anos continuam trabalhando em diversos projetos colaborativos de *softwares* livres. De acordo com o autor, o movimento *software* livre cresceu mundialmente até se tornar uma comunidade colaborativa sólida de desenvolvedores de sistemas e usuários. Para termos uma noção do tamanho dessa comunidade, em 2007 mais “(...) de 140.000 projetos de *softwares* livres estão registrados em apenas um dos maiores repositórios de código-aberto do mundo, o site sourceforce.net” (AGUIAR, p. 13, 2009).

Logo no início da primeira gestão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 2003 à 2006, o desenvolvimento e uso de *softwares* livres passou a integrar as políticas públicas do país.

---

<sup>28</sup> Segundo Aguiar (2009), o termo hacker não pode ser confundido com o termo cracker, sendo que apenas as ações do segundo grupo estão associadas com práticas ilícitas no âmbito tecnológico, por exemplo, invasões de computadores de órgãos públicos e privados. Os hackers são indivíduos que buscam soluções coletivas e agem de acordo com os princípios do software livre, portanto eles repudiam qualquer forma de violação de sistemas e leis.

As principais motivações do governo brasileiro para desenvolver um programa de implantação de *software* livre estão ligadas às questões da macro-economia brasileira, à garantia de uma maior segurança das informações do governo, à ampliação da autonomia e capacidade tecnológica do país, à maior independência de fornecedores e à defesa do compartilhamento do conhecimento tecnológico como alternativa para os países em desenvolvimento (BRANCO, 2004).

- a) **Questão macro-econômica:** o Brasil gasta mais de um bilhão de dólares anualmente em decorrência do uso de *softwares* proprietários, ou seja, a promoção do uso e desenvolvimento de *softwares* livres representa uma economia significativa. A primeira consequência é a facilitação e o aceleração da inclusão digital no país (BRANCO, 2004).
- b) **Segurança das informações:** se o governo não pode acessar o código-fonte de um software, isso se torna um problema de segurança, pois não é possível saber o que o *software* pode fazer ou quais são suas falhas. Portanto, os *softwares* livres são as opções mais seguras, sobretudo, no âmbito da gestão pública (BRANCO, 2004).
- c) **Autonomia e independência tecnológica:** para se integrar na Sociedade em Rede descrita por Castells (2010) é preciso ter acesso ao principal capital contemporâneo, o conhecimento digital. Para isso é preciso superar a condição

brasileira e dos brasileiros de consumidores para produtores de tecnologia (BRANCO, 2004).

- d) **Independência de fornecedores:** é só a partir do acesso ao código-fonte que o governo brasileiro pode ter certeza do que está comprando e utilizando, assim como não fica dependente dos fornecedores de *softwares* proprietários caso o governo deseje adaptar, reutilizar e melhorar o sistema (BRANCO, 2004).
- e) **Compartilhamento de conhecimentos:** o Brasil deve superar sua dependência histórica relativa ao conhecimento, isso implica na revisão das leis de propriedade intelectual para que elas deixem de ser reservas de mercado e realmente promovam a liberdade de criação (BRANCO, 2004).

O *DSpace* é o *software* livre usado para desenvolvimento de repositórios digitais mais utilizados em todo mundo e recomendado pelo IBICT por sua eficiência na gestão de informações e conhecimentos científicos institucionais. Tansley *et al.* (2005) contam como foi o processo de transição do *DSpace* para um projeto de *software* livre, e pontuam algumas possibilidades e desafios dessa escolha. A primeira delas é o exemplo de enfrentamento das questões de licenciamento e direito autoral (Copyright). Atualmente os direitos autorais dos códigos-fontes do *DSpace* são de propriedade da fundação *Duraspace* sob a licença BSD (*Berkley Software Distribution*)<sup>29</sup>, uma derivação de

---

<sup>29</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Licen%C3%A7a\\_BSD](http://pt.wikipedia.org/wiki/Licen%C3%A7a_BSD)

licenças para *software* livres<sup>30</sup>. Essa permite a redistribuição do código-fonte do *software*, modificado ou não, desde que os créditos dos autores sejam mantidos.

Outro processo importante relatado por Tansley *et al.* (2005) é o crescimento gradativo do processo colaborativo de desenvolvimento do sistema, que se fortaleceu por meio da abertura espontânea do primeiro núcleo de programadores. Como meio para organizar esse trabalho cooperativo, a comunidade *Dspace* se apropriou do *sourceforce.net* para disponibilizar o *software* e sua respectiva documentação; de listas de emails com temas específicos de discussões; uma Wiki<sup>31</sup>; e o site *dspace.org* como apresentação, suporte e canal de comunicação. Na sequência, apresentamos algumas definições conceituais e operacionais relativas aos repositórios digitais.

Etimologicamente, repositório designa um espaço que RE-PÕEM algo. Nas Ciências da Informação é usado como sinônimo de coleção, repertório, conjunto, compilação. O verbete “repositório” aparece no Dicionário de Terminologia Arquivística como depósito, “no sentido de ação pela qual documentos são colocados sob a custódia de uma instituição arquivística” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 67).

Masson (2008) define os repositórios digitais a partir das seguintes características:

---

<sup>30</sup> Modelo de licença BSD disponível em:

<http://www.opensource.org/licenses/bsd-license.php>

<sup>31</sup> Disponível em: <https://wiki.duraspace.org/dashboard.action>

- a) São tecnologias de informação que foram desenvolvidas para organizar, coletar, disseminar e preservar informações e conhecimentos;
- b) São ferramentas criadas para contribuir com o avanço de pesquisas;
- c) Possuem arquitetura em forma de rede, são interoperáveis, possibilitam novas formas de avaliação das produções científicas e do desempenho dos pesquisadores, facilitam a interação e democratização do acesso à informação e conhecimento, potencializam a colaboração entre pesquisadores e a sociedade em geral;
- d) São ferramentas flexíveis que podem ser adaptadas às constantes e rápidas mudanças da sociedade contemporânea;
- e) São sistemas que surgem no contexto emergente da convergência tecnológica digital, em que a internet é considerada como o centro desse processo.

Essas características foram surgindo conforme a história de desenvolvimento dos repositórios digitais. As primeiras propostas sistematizadas surgiram numa conferência realizada em Santa Fé, outubro de 1999 - Novo México. O resultado desse encontro, o 1º da *Open Archive Initiative - OAI*<sup>32</sup> (Iniciativa a favor dos Arquivos Abertos), definiu as primeiras estratégias para consolidar os repositórios digitais em escala mundial. O primeiro passo foi definir alguns conceitos e um modelo estrutural que funciona da seguinte forma: arquivos digitais abertos são produtos em formato digital

---

<sup>32</sup> Disponível em: <http://www.openarchives.org/meetings/>

disponibilizados sem restrições e de preferência na internet<sup>33</sup>. Esses arquivos digitais abertos devem ser descritos com metadados, ou seja, informações sobre os conteúdos neles presentes.

Para materializar a organização e disponibilização desses arquivos digitais abertos em larga escala, eles devem estar associados a um mecanismo simples de submissão num provedor de dados<sup>34</sup> capaz de preservar os mesmos durante longos períodos. Os processos de submissão, preservação e disponibilização dos dados devem ser normatizados por meio de uma política de uso transparente e objetiva. Por último, os arquivos digitais, seus respectivos metadados e os provedores de dados devem obedecer a um padrão operacional que permita a integração com provedores de serviços, sistemas que colhem e disponibilizam informações alocadas em outros provedores de dados (SOMPEL, 2000).

O elemento técnico principal de funcionamento desse modelo que descrevemos é a interoperabilidade, estrutura que garante a capacidade integrativa de comunicação operacional entre provedores de dados e serviços na internet. Entre outros padrões que viabilizam a interoperabilidade, destacamos as contribuições da OAI que criou o protocolo OAI-PMH<sup>35</sup> (*Open Archive Initiative - Protocol for Metadata Harvesting*). Em síntese, os padrões de metadados garantem a

---

<sup>33</sup> Por exemplo, um artigo científico em *Portable Digital Format* (PDF) disponível na internet em Acesso Aberto.

<sup>34</sup> Nesse caso, os repositórios digitais são denominados de provedores de dados, haja vista que podem ser configurados para funcionar como provedores de serviços.

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.openarchives.org/OAI/openarchivesprotocol.html>

interoperabilidade e tornam mais eficiente a recuperação, gestão e uso de informações disponíveis internet.

Os esquemas de metadados devem descrever semanticamente os objetos digitais, assim como possuir uma estrutura sintática compatível com as linguagens de programação da internet. São essas características, semânticas e sintáticas, que assumem padrões para aumentar a eficiência da recuperação da informação na rede mundial de computadores (TAYLOR; JOURDREY, 2009). Segundo Taylor e Jourdrej (2009), entre os diversos padrões de metadados existentes, o *Dublin Core*<sup>36</sup> é o mais utilizado, por ser abrangente e eficaz ao descrever qualquer objeto digital (textos, imagens, mapas) a partir de 15 elementos: Título, Assunto, Descrição, Fonte, Idioma, Relação, Cobertura, Criador, Publicador, Colaborador, Direito autorais, Data, Tipo, Formato e Identificador.

Esses são os aspectos centrais para compreender os repositórios digitais como *softwares* livres e infraestrutura para construir a estrada verde do acesso aberto no âmbito das políticas públicas brasileiras. Entretanto, compreendemos que é preciso refletir sobre a necessidade de construção de uma cultura para o auto-arquivamento entre os pesquisadores brasileiros. Isso implica em pensar nas transformações culturais necessárias para atuar nas esferas sociais, econômicas e políticas da gestão da informação e do conhecimento científico.

---

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.dublincore.org/>. Acesso em 12/11/2011.

### 2.3.2. O Auto-Arquivamento na Cultura Participativa

Do ponto de vista moral, argumentamos com o auxílio de Habermas (1989) que o dever dos pesquisadores em disponibilizar suas produções científicas em acesso aberto é uma proposta normativa legítima. Sobretudo quando desenvolvidas com verbas públicas, em países, como o Brasil, com tantas carências na área de ciência e tecnologia. Também concordamos com Harnad (2011) que o mandado é o caminho mais rápido e eficiente para promover o auto-arquivamento. Porém, avaliamos que o investimento numa proposta compreensiva das transformações culturais orientadas pelo acesso aberto, uso crítico e criativo das TIC's também ajuda a tecer um sentido político e social para o auto-arquivamento.

O auto-arquivamento<sup>37</sup> é definido como o depósito efetuado pelos próprios pesquisadores de suas respectivas produções científicas em repositórios digitais de acesso aberto. Esse comportamento é caracterizado pelo compartilhamento de informações e conhecimentos científicos no formato digital, que surgem no ciberespaço.

Eu defino o ciberespaço como um espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (ai incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes

---

<sup>37</sup> Disponível em: <http://www.eprints.org/openaccess/self-faq/>. Acesso em 01/11/2011.

digitais ou destinadas a digitalização (LÉVY, 2010, p. 95).

A digitalização da informação e do conhecimento é o fenômeno central que amplia nossas possibilidades cognitivas, de interação e comunicação. Segundo o autor, o ciberespaço já se configura como um dos principais locais de preservação da memória humana, interação e comunicação no início do século XXI. Esse processo continua crescendo, sobretudo, com a operacionalização da convergência digital no âmbito das TICs, em que a quantidade, qualidade e acessibilidade de variados aparelhos possibilitam o consumo, a produção e veiculação de conteúdos digitais em larga escala.

Torna-se possível, então, que comunidades dispersas possam comunicar-se por meio do compartilhamento de uma telememória na qual cada membro lê e escreve, qualquer que seja sua posição geográfica. Uma outra função importante do ciberespaço é a transferência de dados ou upload. Transferir um arquivo consiste em copiar um pacote de informações de uma memória digital para outra, geralmente de uma memória distante para a de meu computador pessoal ou aquela do local onde trabalho fisicamente (LEVY, 2010, p. 96).

Dessa forma, partimos da compreensão de que o ciberespaço, o compartilhamento digital das informações e do conhecimento na *Web* expandem tecnicamente as possibilidades de interações e trabalhos colaborativos. Entretanto, precisamos observar com cautela os desdobramentos concretos dessa convergência técnica no âmbito

cultural. Segundo Jenkins (2009), o ciberespaço vem transformando a maneira como a indústria midiática produz e veicula conteúdos nos meios de comunicação, porque a fronteira técnica que separava emissores de receptores foi extinta. Isso significa que qualquer pessoa com acesso à internet pode produzir e veicular informações para todo mundo e isso gera novas necessidades de formação, especialmente nas emergentes possibilidades de exercício da cidadania no ciberespaço. O autor denomina essas relações de cultura participativa e uma de suas potencialidades é a capacidade de resolução de problemas de forma colaborativa, que no caso desta pesquisa é representada pela construção e qualificação de políticas públicas em esporte e lazer no Brasil.

Jenkins (2011) categoriza algumas habilidades e competências necessárias para a formação de cidadãos capazes de atuar criticamente no contexto da cultura participativa, das quais destacamos duas: a) cognição distribuída; b) inteligência coletiva. Segundo o autor a cognição distribuída é definida pela transição de uma noção de cognição centrada apenas no indivíduo, para um modelo cognitivo que considera outras pessoas, o ambiente e situações. Isso se materializa no ciberespaço e os repositórios digitais de acesso aberto são exemplos de ferramentas que possibilitam a distribuição cognitiva. No âmbito das políticas públicas isso significa que gestores, pesquisadores e cidadãos podem formar um complexo sistema cognitivo potencializado pelas TICs.

A distribuição cognitiva cria condições para o surgimento da inteligência coletiva, caracterizada pela coordenação de ações em redes de trabalho e utilização de informações e conhecimentos distribuídos no ciberespaço para buscar soluções coletivas para problemas comuns à

uma determinada comunidade (LÉVY, 2010). Porém, a inteligência coletiva é uma noção recente frente aos modelos tradicionais de educação e formação humana, fato que gera a necessidade de conceber e experimentar novas transformações de nossas relações com o conhecimento. Paradoxalmente, Jenkins (2011) observa que muitos jovens com acesso ao ciberespaço já operam nessa lógica em ambientes externos ao da educação formal, enquanto, os adultos têm dificuldades para transitar nessas novas configurações culturais. Essa divisão não é estática e rígida, mas representa que as novas gerações tendem a fluir mais facilmente no ciberespaço e na cultura participativa.

Considerando que a maioria dos professores e pesquisadores atuantes na comunidade científica mundial pertencem a gerações anteriores à essas transformações que estamos descrevendo, supomos que é preciso investir na formação desses profissionais para atuar no ciberespaço e na cultura participativa. Isso exige respeitar as particularidades disciplinares inerentes à estrutura de divisão do conhecimento científico, por exemplo, precisamos considerar que os pesquisadores das ciências sociais e humanas geralmente utilizam menos as TICs em comparação com os pesquisadores das ciências exatas e naturais.

Segundo Antelman (2004) dados demonstram que realmente há uma menor porcentagem de artigos em acesso aberto europeus nas áreas das ciências sociais, 29%; filosofia, 17%; em comparação com engenharia eletro-eletrônica, 37%; e matemática, 69%. O trabalho de Allen (2005) completa esses dados. O autor pesquisou o auto-arquivamento dividido por disciplinas em 25 repositórios digitais do Reino Unido e conclui que:

O uso de repositórios digitais varia consideravelmente entre as universidades, muitos deles com poucos documentos distribuídos em pequenas quantidades de departamentos, como das artes, humanidades e ciências sociais. Por outro lado, os maiores repositórios digitais – de fato todos, menos um, com mais de 200 documentos – contém predominantemente documentos das áreas técnico-científicas e médicas<sup>38</sup> (ALLEN, p. 53, 2005).

Com base nessas pesquisas, Costa (2006) acrescenta que a diferença de comportamento entre pesquisadores das ciências exatas e naturais para os das humanidades, ocorre pelo tipo de relação histórica com a tecnologia que predomina em cada área. Também corroboramos com essa proposta explicativa da autora, apesar de não termos encontrado dados e pesquisas para nos subsidiar com relação a essa problemática no Brasil. Considerando que as pesquisas da Rede CEDES são predominantemente vinculadas com as ciências sociais e humanas, compreendemos com o auxílio de Antelman (2004), Allen (2005) e Costa (2006) que é preciso investir na formação desses profissionais para atuar na cultura participativa do ciberespaço via o auto-arquivamento. Portanto, iremos refletir sobre o grau de coerência dessa suposição dialogando com os pesquisadores e gestores da Rede CEDES,

---

<sup>38</sup> The use of repositories varies considerably between universities, with many of those with few documents being dominated by a small number of departments, sometimes from the arts, humanities or social sciences. However, the larger repositories – in fact all but one with more than 200 documents – are dominated by documents from STM fields (ALLEN, 2005, p. 53). Tradução do autor.

entretanto, antes vamos apresentar a proposta de gestão de informação e conhecimento dessa ação ministerial.

## **2.4. Gestão da Informação e Conhecimento na Comunidade Rede CEDES**

Pereira (1998) foi o pioneiro no uso da internet como meio para organizar e democratizar o acesso a informação no campo da educação física e ciências do esporte no Brasil. O autor participou da criação do Sistema Brasileiro de Informação e Documentação Esportiva (SIBRADID)<sup>39</sup>, sendo também o responsável pela pesquisa e desenvolvimento do Centro Esportivo Virtual (CEV)<sup>40</sup>, duas das principais iniciativas brasileiras no campo da gestão da informação na área da Educação Física. Ainda que não tenha conseguido cumprir integralmente com seu propósito, o SIBRADID nasceu como um sistema indexador de referências e metadados de publicações da área da Educação Física. Já o CEV é um portal de gestão do conhecimento que reúne comunidades em fóruns de discussões temáticos, *linka* outros sítios na internet com informações relevantes para área, por exemplo, uma lista completa de periódicos *online*.

Também destacamos outras duas iniciativas na área da Educação Física, vinculadas ao IBICT/MCT: a adoção do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) em 11 periódicos da

---

<sup>39</sup> Disponível em: <http://www.bu.ufmg.br/index.php/base-dados/sibradid.html>. Acesso em 22/12/2011. Na data em que realizamos essa pesquisa a base de dados do SIBRADID não estava disponível para consulta, apenas uma breve apresentação da ferramenta.

<sup>40</sup> Disponível em: <http://cev.org.br/>. Acesso em 22/12/2011.

educação física e ciências do esporte<sup>41</sup>; e o Sistema Online de Apoio a Congressos (SOAC), utilizado para gestão e disponibilização dos respectivos anais, nos eventos regionais e nacionais do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)<sup>42</sup>.

Apesar de se configurar como uma iniciativa independente do IBICT, também é importante fazer uma referência ao NUTESES - Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física e Esportes, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Por último, não podemos deixar de citar a Seção Técnica de Biblioteca e Documentação Esportiva da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (Seme), da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), uma iniciativa regional muito bem organizada e administrada.

Estes exemplos servem para demonstrar certa diversidade nos objetivos de cada sistema, assim como relevantes contribuições no campo da gestão da informação e conhecimento em educação física e ciências do esporte. Não por coincidência, a internet une esses exemplos ao RIRC, criado para somar esforços a esses empreendimentos a partir de uma demanda específica. Em relação ao planejamento da gestão da informação e conhecimento da área, citamos a linha 5 – Ciência e Tecnologia da III Conferência Nacional de Esporte (BRASIL, 2010b):

---

<sup>41</sup> Disponível em:

[http://seer.ibict.br/index.php?option=com\\_mtree&task=listcats&cat\\_id=2226&Itemid=109](http://seer.ibict.br/index.php?option=com_mtree&task=listcats&cat_id=2226&Itemid=109). Acesso em 22/12/2011. Importante ressaltar temos conhecimento de que exista no mínimo 14 revistas da área que utilizam a plataforma SEER no Brasil.

<sup>42</sup> Disponível em: <http://cbce.tempsite.ws/congressos/>. Acesso em 22/12/2011.

	<b>Proposta</b>
<b>Ação 1</b>	<b>Promoção da gestão do conhecimento e da informação de esporte e lazer.</b>
Meta 1	Implantar os Centros de Documentação e Informação nas 05 regiões brasileiras proporcionalmente ao número de habitantes nas respectivas cidades/regiões e considerando as características regionais e dos diversos segmentos sociais; prever a realização de fóruns de discussão associados a estes Centros; efetivar o Sistema Nacional de Informação e Documentação Esportiva e reativar o SIBRADID.
Meta 2	Criar, implementar e potencializar uma Rede de Pesquisa, articulada com instituições públicas e privadas de ensino superior, institutos e centros de pesquisas, tendo como objetivos a produção e gestão do conhecimento, a qualificação e avaliação continuada das políticas públicas de Esporte e Lazer.
Meta 3	Promover e incentivar o desenvolvimento de bibliotecas digitais de livre acesso por meio do site do Ministério do Esporte e outras iniciativas que contribuam com a difusão do conhecimento do esporte e do lazer.
Meta 4	Garantir a 100% dos órgãos estaduais e municipais programa direcionado a estruturação tecnológica para desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações.

Tabela 01 - Metas da ação um da linha Ciência e Tecnologia da 3<sup>o</sup> Conferência Nacional do Esporte (BRASIL, 2010b).

Na primeira meta é citado o Sistema Nacional de Informação e Documentação Esportiva, cuja principal ação deveria ser o Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME). No entanto, em função de dificuldades político-administrativas e técnicas, o CEDIME é um programa ministerial com dotação orçamentária que

ainda não foi organizado como um centro de documentação, ou seja, o programa não existe de fato apesar de pertencer ao organograma ministerial. Nesse sentido a SNDEL/DCTEC propusera ao LaboMídia/UFSC o desenvolvimento do RIRC como um projeto piloto vinculado ao CEDIME, objetivando a gestão da informação e conhecimento da Rede CEDES.

No que se refere à produção do conhecimento, especialmente na pesquisa e na pós-graduação, a educação física no Brasil sustenta-se sobre uma base tríplice, porém assimétrica, o que causa um incômodo e frágil equilíbrio. Duas destas “pernas” são robustecidas pelo maior volume de financiamento, pela maior visibilidade acadêmica e social, pela ocupação de maiores espaços e privilégios nas agências de fomento e nas instituições de pesquisa e de formação acadêmica. Referimo-nos aos estudos relativos às dimensões da atividade física voltada para a promoção da saúde e do esporte de alto rendimento ou espetáculo. Na terceira e mais frágil parte dessa base, encontram-se os estudos sobre o esporte educacional, de participação e Lazer, orientados nas ciências humanas, notadamente em abordagens socioculturais, históricas, filosóficas e pedagógicas.

Apesar de não conseguirem alterar substancialmente essa assimetria, as ações da Rede CEDES vêm proporcionando uma nova realidade para os estudos em esporte e lazer que se dedicam em abordagens a partir das ciências humanas, configurando-se como um diferencial imprescindível, um porto seguro e legítimo para pesquisadores e grupos de pesquisa desse campo.

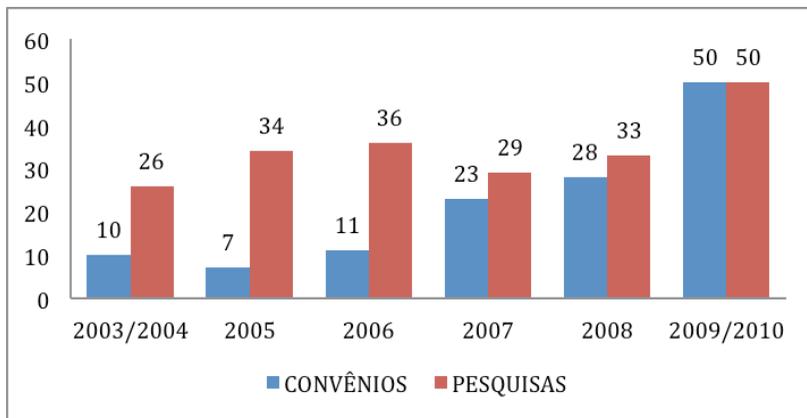
A Rede CEDES é operacionalizada através de convênios e parcerias estabelecidas pelo ME com Instituições de Ensino Superior públicas e privadas sem fins lucrativos (comunitárias e confessionais), que são incentivadas a **produzir e difundir conhecimentos** voltados para o aperfeiçoamento e a qualificação de projetos, programas e políticas públicas de esporte recreativo e de lazer. Além de pesquisas financiadas, definidas por demanda ou indução, a Rede CEDES apoia e distribui publicações científicas, auxilia na promoção de eventos, na instalação de centros de memória e outras ações.

A ideia de rede se funda no estabelecimento de ações de cooperação e intercâmbio, que viabilizam e incentivam a comunicação dos grupos de pesquisa e centros de informação e documentação, num processo de capilarização que a operação em rede proporciona.

Entre as diretrizes da Rede CEDES, podemos citar:

1. O fomento a estudos sobre políticas públicas do esporte e do lazer, visando a produção de conhecimento que resulte no aperfeiçoamento da gestão de programas e na formação de agentes neste campo;
2. A difusão do conhecimento produzido, por diferentes meios, suportes e instâncias, visando a democratização do acesso à informação em esporte recreativo e lazer
3. A promoção de intercâmbios, encontros e ações cooperativas entre grupos e pesquisadores, gestores e agentes de esporte e lazer na comunidade.

Com base nessas diretrizes, no período de 2003 à 2008 a Rede CEDES financiou um total de 208 pesquisas e 129 convênios (KAWAGUTI, 2010).



**Figura 1** - Quantidade de convênios firmados e pesquisas (Total de 2008) desenvolvidas e distribuídos por ano (KAWAGUTI, p. 50, 2010)

A autora também apresenta dados referentes à distribuição das pesquisas no Brasil, que apesar de atingirem as cinco regiões do país, as regiões Sul e Sudeste concentram a maior parte das mesmas. Essa realidade representa as diferenças econômicas e sociais brasileiras, assim como o desafio de equilibrar essa situação com as políticas públicas em esporte e lazer.

Na sequência, a pesquisadora ilustra os eixos temáticos da Rede CEDES, assim como a porcentagem de pesquisas em cada tema.

<b>EIXO TEMÁTICO</b>	<b>%</b>
Memória do esporte e lazer	19,58
Perfil do esporte e lazer	8,47
Programas integrados de esporte e lazer	15,34
Desenvolvimento de programas sociais de esporte e lazer	8,99
Observatório do esporte	10,58
Gestão de esporte e lazer	13,23
Avaliação de políticas e programas de esporte e lazer	6,35
Infraestrutura de esporte e lazer	16,40
Sistema nacional de esporte e lazer	1,06
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

**Tabela 2** - Distribuição das pesquisas nos nove eixos temáticos, representados em porcentagem (KAWAGUTI, p. 55, 2010).

Com os números citados e a diversidade das abordagens incentivadas por essas linhas temáticas acima referidas, podemos ter uma ideia da amplitude e riqueza da produção das pesquisas da Rede CEDES. Chama à atenção a maior porcentagem de pesquisas históricas que procuram resgatar e documentar o passado esportivo e o lazer brasileiro. Esses dados fortalecem diretamente a ideia do RIRC, no sentido de organizar e preservar a memória para compreender o presente e planejar o futuro das políticas públicas no país.

O segundo eixo de maior porcentagem é o de infraestrutura de esporte e lazer, que se concentra no levantamento e reflexão sobre os espaços e equipamento públicos para a prática de esporte e lazer.

É interessante salientar que, pela análise dessas pesquisas, pode-se constatar que muitas delas se preocupavam, não apenas em proporcionar o contato das pessoas com algumas atividades, mas, principalmente, em propiciar o profundo envolvimento com as mesmas. Isto se dava para que, por meio de seu desenvolvimento, se pudesse compreender melhor esse fenômeno, promovendo uma mudança de valores e o desenvolvimento do senso crítico da população, para então, passar a exercer a cidadania. Afinal, como já exposto por Dumazedier (1980), o lazer deve ser visto, não somente pela ótica do descanso e divertimento, mas também, como possibilidade de desenvolvimento nos níveis pessoal e social (KAWAGUTI, p. 64, 2010).

Por outro lado, a autora destaca que o eixo avaliação de políticas e programas de esporte e lazer é determinante para a qualidade das políticas públicas nessa área, mas constatou-se carência de pesquisas nesse tema. Em congruência com esse trabalho, Tavares (2010) descreve e quantifica os produtos das pesquisas financiadas pela Rede CEDES.

<b>Produtos Rede CEDES – 2003/2008</b>	<b>Nº</b>
Artigos (anais e periódicos)	226
Resumos	317
Capítulos de livros	80
Home Page	26
Organização de eventos	53
Palestras	49
Outros livros	8
Apresentação de trabalhos	163
Vídeos/Entrevistas	41
Monografias, dissertações e teses	32
<b>TOTAL</b>	<b>995</b>

**Tabela 3** - Quantidade total de produtos da Rede CEDES no período de 2003/2008.

Esse número expressivo, de 995 documentos, de informações e conhecimentos sistematizados na área do esporte e lazer, contribui potencialmente com o desenvolvimento da política pública nacional. Porém, para isso é preciso que eles estejam organizados e disponíveis, principalmente para o acesso dos gestores dessa área, que estão

envolvidos com o PELC. Rede CEDES e PELC são iniciativas interdependentes, em que os conhecimentos produzidos pela primeira devem contribuir com as demandas da segunda. Todas as produções listadas na tabela 2. são digitalizáveis e estão distribuídas pelas 5 regiões brasileiras, isto, além de justificar e atribuir sentido ao desenvolvimento do RIRC, legitima o status do sistema como uma eficiente ferramenta para aproximar a pesquisa científica e a sociedade no âmbito do esporte e lazer.

Subsidiado por esses dados, tanto quantitativos quanto qualitativos, Santiago (2010) dedicou-se a análise do impacto dos projetos da Rede CEDES, sob o olhar dos próprios pesquisadores. Segundo o autor as pesquisas contribuíram com avanço do esporte e lazer como promotores de saúde e qualidade de vida, principalmente entre grupos especiais; recuperou e restaurou a história da educação física; diagnosticou e mapeou os equipamentos e espaços de esporte e lazer em diversos municípios; aproximou pesquisadores e gestores em ações intersetoriais, por exemplo, parcerias entre universidades e prefeituras; capacitou pesquisadores em diferentes níveis de formação para trabalhar com políticas públicas em esporte e lazer; criou um sistema de avaliação do Programa Segundo Tempo (PST) e PELC; analisou o discurso midiático-esportivo em eventos como os Jogos Pan-Americano Rio-2007; impulsionou a produção do conhecimento da área.

Finalizamos esta apresentação reflexiva da Rede CEDES, ressaltando a importância dessa ação em âmbito coletivo da comunidade de esporte e lazer brasileira, e acrescentamos que para melhores

possibilidades de uso dos 995 produtos dessa rede, eles devem estar organizados e disponíveis em acesso aberto no RIRC.



## 4. EIXOS DE DISCUSSÃO DOS DADOS

Organizamos esse capítulo para apresentar e discutir os eixos temáticos que definimos nessa pesquisa, a partir dos documentos coletados e das entrevistas realizadas, tendo como pano de fundo o quadro conceitual de referência.

Deste modo, inicialmente descrevemos e refletimos sobre alguns aspectos sócio-históricos e o processo de desenvolvimento associados com a construção do RIRC. Em seguida, estabelecemos um diálogo reflexivo com os pesquisadores da Rede CEDES com foco no RIRC como política pública, e no âmbito dos limites e possibilidades da ferramenta em diálogo com a ideia de cultura participativa, fundamentada por Jenkins (2009) e Lévy (2010).

### 4.1. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA REDE CEDES E DO RIRC

A posse, em 2003, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o marco que define o início de mudanças significativas no âmbito do esporte brasileiro. A criação do ME pelo presidente em janeiro de 2003 e a nomeação do ex-deputado federal Agnelo Queiroz como ministro se configuram como atos fundadores dessas transformações.

O ME foi organizado em quatro secretarias: executiva; alto rendimento; esporte educacional; e a de esporte e lazer (SNDEL), secretaria responsável pelo PELC e Rede CEDES. O primeiro secretário nacional de desenvolvimento do Esporte e Lazer foi Lino Castellani Filho, doutor e livre docente da UNICAMP. A segunda gestão foi

administrada pela Profa. Rejane Penna Rodrigues, mestre em educação física e especializada em gestão pública e lazer.

Em ambas gestões, o objetivo da Rede CEDES era compensar os investimentos em pesquisas realizadas com vistas ao esporte de alto rendimento.

*a Rede CEDES surge para suprir uma necessidade de produção do conhecimento no âmbito do desenvolvimento do esporte e lazer de cunho social, contrapondo-se a Rede CENESP<sup>43</sup>, que é voltada para o esporte de alto rendimento (Dra. Ana Márcia, entrevista realizada 20/06/2011).*

A participação da sociedade na construção da Rede CEDES também é um dado que se destaca, com ênfase nas três edições da Conferência Nacional do Esporte. Tanto no ambiente desses eventos, quanto fora deles, a criação da Rede CEDES desencadeou alguns debates sobre a produção científica em esporte e lazer no Brasil. O financiamento dos primeiros núcleos da Rede CEDES é um dos assuntos mais polêmicos da construção histórica da rede. A contradição reside na interpretação de que os primeiros núcleos da Rede CEDES foram demandados pela primeira gestão da SNDEL e que, portanto, são anteriores à constituição da Rede, não tendo havido processos de

---

<sup>43</sup> “A Rede Cenesp é composta por centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas. Formada pelas estruturas físicas e administrativas, recursos humanos e materiais existentes nas Instituições de Ensino Superior, os Centros de Excelência Esportiva têm como objetivo detectar, selecionar e desenvolver talentos esportivos, especialmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas” (Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/snear/cenesp/default.jsp>. Acessado em 08/09/2011).

concorrência via edital público. Os pesquisadores Dr. Nelson Carvalho Marcellino e Dr. Cesar Leiro confirmam essa realidade.

*(...) os primeiros projetos financiados pela rede não tinham editais e era basicamente uma indicação de amigos (Dr. Nelson Carvalho Marcellino, entrevista realizada 20/06/2011).*

*A Rede Cedes surge inicialmente a partir de um apoio a grupos consolidados, estabelecido não apenas no âmbito da infraestrutura, mas em reflexões, e encontros (Dr. Cesar Leiro, entrevista realizada 26/05/2011).*

Esse processo ficou conhecido entre os integrantes da Rede CEDES sob a expressão de “demanda induzida”<sup>44</sup> caracterizado por pesquisas financiadas sem processo de concorrência via edital público<sup>45</sup>. Essa prática permeia toda a existência dessa ação ministerial<sup>46</sup> e seu fundamento é coerente com as diretrizes da Rede CEDES, no sentido da produção de conhecimento para subsidiar políticas públicas em esporte e lazer. A necessidade dessa iniciativa pode ser explicada a partir da existência de demandas específicas no âmbito da pesquisa e produção do conhecimento da área e o estabelecimento de parcerias da SNDEL com pesquisadores capazes de trabalharem com essas demandas. O seguinte caso representa essa necessidade.

---

<sup>44</sup> É importante sublinhar que essa pesquisa não visa realizar juízos de valor no que se refere ao financiamento das pesquisas da Rede CEDES via demanda induzida ou edital público e pressupõe que cada modalidade é legítima e passível de ser avaliada a partir de aspectos positivos e negativos de forma contextualizada.

<sup>45</sup> Os editais de chamada pública passaram a existir apenas a partir de 2007, já na gestão da profa. Rejane Penna Rodrigues.

<sup>46</sup> A pesquisa e o trabalho de desenvolvimento do RIRC são demandas induzidas financiadas pela Rede CEDES, que conta com recursos previstos desde 2009 até 2011.

*Em aproximadamente outubro de 2008 fomos contatados pela diretora da DCTEC, Leila Mirtes, que soube do grupo de pesquisa que estávamos estruturando aqui na UFG e aí sim nos fez um convite para coordenar um projeto especificamente relacionado à cultura Quilombola. Não houve edital, esse foi demanda induzida, nos indicaram os objetivos que consistiam, basicamente, em gerar conhecimento para subsidiar políticas públicas de esporte e lazer (Dr. Ana Márcia Silva, entrevista realizada 20/06/2011).*

Em 2007, já na gestão da nova Secretária Nacional da SNDEL, Profa. Rejane Penna Rodrigues, implementou-se paralelamente processos de seleção de pesquisas via edital público, que passou a coexistir com a política de financiamento por meio de demandas induzidas. Como possível avaliação para essa tensão que surgiu em torno dos primeiros financiamentos das pesquisas da Rede CEDES, destaca-se o posicionamento do professor Dr. Fernando Marinho Mezzadri como caminho para compreender esse contexto:

*Acho que foi um processo de amadurecimento, num primeiro momento o que era possível fazer eram as pesquisas induzidas e isso foi muito importante, mas com o passar do tempo a consolidação da rede exigiu os editais, que também foi um salto qualitativo nesse processo. O edital é um elemento fundamental na construção de políticas públicas e nós vemos isso em várias áreas nos governos federais e estaduais (Dr. Fernando Marinho Mezzadri, entrevista realizada em 06/07/2011).*

As pesquisas financiadas pela Rede CEDES por meio de demanda induzida marcaram a história dessa ação. De acordo com informações disponibilizadas no site do ME<sup>47</sup>, a construção histórica da Rede CEDES é dividida em quatro momentos. Os dois primeiros caracterizam-se pelo estabelecimento de parcerias (demanda induzida), e consequente ampliação das mesmas, com grupos de pesquisas e universidades com méritos reconhecidos pelos dirigentes da SNDEL. O terceiro momento é definido pela criação do primeiro edital público. Por fim,

(...) o quarto momento da Rede é marcado pela ampliação do fomento à pesquisa social sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer e pelo investimento na gestão do conhecimento produzido pela Rede CEDES, sua sistematização e socialização ampla, buscando contribuir com a qualificação das demais ações do PELC e a capacitação de gestores, agentes e estudiosos de esporte e lazer brasileiros e de outros países (MINISTERIO DO ESPORTE, 2011).

É no quarto momento que surge a ideia de desenvolvimento do RIRC, principalmente como estratégia para sistematizar e socializar a produção da rede. Também é possível observar uma fase de transição para o quinto momento da Rede CEDES, em meio a uma atmosfera de incertezas e especulações marcadas pela extinção oficial da SNDEL.

A nova estrutura organizacional do ME foi divulgada no dia 21

---

<sup>47</sup>

de julho de 2011 via Diário Oficial da União – decreto número 7529<sup>48</sup>. Além da secretaria executiva, a partir dessa data o ME é estruturado da seguinte forma: Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Após essa reformulação, no dia 21 de outubro de 2011 foi publicado o edital mais recente da Rede CEDES, que agora está subordinada à Secretaria Executiva do ME, na Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica / Coordenação-Geral de Ciência, Tecnologia e Inovação Rede Cedes<sup>49</sup>.

Nesse sentido, uma das expectativas e demandas expressas pelos gestores e coordenadores entrevistados nessa pesquisa é não apenas a continuidade, mas o aumento de investimentos no âmbito das políticas públicas associadas com processos de gestão da informação e do conhecimento. Porém, de acordo com as profundas mudanças que ocorreram, sobretudo, a saída da secretária da SNDEL, a diretora do DCTEC/SNDEL e a coordenadora do DCTEC/SNDEL, as projeções não são coerentes com essas expectativas.

Além do ME, o MCT/IBCT e o CBCE são instituições estratégicas na organização e suporte de ações no domínio da gestão da informação e do conhecimento no Brasil, especificamente por meio de ações pontuais alinhadas com o movimento mundial de acesso aberto à informação e conhecimento científico. De acordo com Kuramoto (2009), o fortalecimento do acesso aberto depende das ações e vontade política do poder público, mas a mobilização ainda é muito discreta. No

---

<sup>48</sup> Disponíveis em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7529.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7529.htm). Acessado em 18/09/2011

<sup>49</sup> Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporteLazer/cedes/editalPelcRedeCedes2011.pdf>. Acesso em 04/11/2011

campo do esporte e lazer brasileiro, destacamos a participação do ME na realização das duas primeiras edições do Congresso Brasileiro de Informação e Documentação Esportiva (CONBIDE) que se configurou como um espaço de encontros multidisciplinares para articular informação, conhecimento, documentação e esporte.

Segundo relato do Dr. Fernando Mascarenhas, o primeiro CONBIDE (Brasília, abril/2006) foi o evento que desencadeou o crescimento do uso do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) na educação física e ciências do esporte brasileiro. *“No CONBIDE, tivemos uma oficina voltada para os periódicos na própria sede do IBICT e que depois se desdobrou no que vemos hoje, quase todos os periódicos da educação física no SEER”* (Dr. Fernando Mascarenhas, entrevista realizada em 25/05/2011). Outra iniciativa é o uso do Sistema On-Line de Apoio a Congressos (SOAC), utilizado pelo CBCE desde 2008. De acordo com Harnad (2004a), os investimentos na utilização das plataformas SEER e SOAC representam avanços na construção da via dourada do acesso aberto.

Foi na segunda edição do CONBIDE (Belo Horizonte, dezembro/2008) que a ideia de desenvolvimento do RIRC nasceu, em decorrência da participação do Dr. Hélio Kuramoto<sup>50</sup>, então diretor do IBICT/MCT, como palestrante do evento. A seguir, numa conversa informal entre integrantes do DCTEC, do LaboMídia/UFSC<sup>51</sup> e do

---

<sup>50</sup> Palestra de Kuramoto no II CONBIDE. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=xXL2Y7Qat\\_c](http://www.youtube.com/watch?v=xXL2Y7Qat_c). Acessado em 18/09/2011.

<sup>51</sup> Por ter em seu escopo o estudo da mídia esportiva e das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no âmbito da Educação Física, esporte e lazer, o LaboMídia/UFSC, que já integrava a Rede CEDES, havia sido “desafiado” pela diretora do DCTEC/SNDEL a propor uma ferramenta que permitisse a reunião e a disponibilização da produção científica da Rede

IBICT, a coerência da proposta de desenvolvimento do RIRC foi atestada no momento em que houve interesse de que a ferramenta fosse um dos projetos piloto de repositórios digitais no Brasil, apoiados pelo IBICT e pela Rede CEDES. Todavia, devido a problemas institucionais e políticos o apoio do IBICT não foi concretizado e a SNDEL/ME arcou com o financiamento integral do projeto.

Apesar desses avanços, com base no tratado sobre o acesso aberto de Budapeste (HUNGRIA, 2002) ainda há muito a ser feito e aperfeiçoado. Algumas possibilidades seriam a continuidade e ampliação do CONBIDE, maiores investimentos e vontade política para desenvolvimento do SEER, SOAC e repositórios digitais, pois os benefícios e o potencial dessas iniciativas podem contribuir com o amadurecimento do campo por meio do acesso aberto. Entretanto, apesar das críticas e projeções que estamos apresentando, reconhecemos que essas transformações são fenômenos recentes no âmbito da educação física e ciências do esporte brasileira e que essas mudanças dificilmente ocorrem num espaço curto de tempo.

*(...) saímos de uma educação física brasileira que a cinco anos atrás tinha acesso a produção via papel, hoje temos fontes de pesquisa e a difusão científica potencializada por essas TIC's. Isso é o que chamamos de inovação, a educação física brasileira viveu uma inovação muito grande e isso se deu a partir da política de acesso aberto ao conhecimento (Dr. Fernando Mascarenhas, entrevista realizada em 25/05/2011).*

A Rede CEDES é protagonista nesse processo, com destaque

para participação direta da rede no aumento quantitativo e qualitativo das pesquisas em esporte e lazer, políticas de financiamento de periódicos e financiamento do desenvolvimento do RIRC, o primeiro repositório digital da área. Entretanto, a criação e manutenção da Rede CEDES não é imune a críticas. Talvez a mais contundente, foi a preocupação expressa pelo pesquisador Dr. Nelson Carvalho Marcellino, representante do estado de São Paulo nas Conferências Nacionais de Esporte. São Paulo avaliou como problemática a proposta de financiamento de pesquisas via ME sob o argumento de que essa tarefa deve ser restrita aos órgãos de fomento, como CNPQ, FINEP, FAPESP, entre outros. Para a representação do estado, a SNDEL não tinha infraestrutura e critérios de seleção de projetos adequados para atuar como órgão de fomento à pesquisa, isso despertou *“a preocupação de que os órgãos responsáveis pelo financiamento de pesquisas da SNDEL viessem a se transformar num núcleo de pesquisadores de segunda categoria”* (Dr. Nelson Carvalho Marcellino, entrevista realizada em 20/06/2011).

A expressão “pesquisadores de segunda categoria” se refere a possibilidade de financiamento de pesquisas/pesquisadores que não alcançassem os critérios de financiamento de projetos pelos órgãos de fomento nacionais e fossem contemplados pela Rede CEDES, cujos critérios seriam menos rigorosos. Dois fatos que exemplificam as consequências das preocupações expressas pelo pesquisador são: primeiro a qualificação do corpo de pareceristas dos projetos, segundo Dr. Nelson Carvalho Marcellino nem todos possuíam título de doutores; o segundo é a ausência de retorno acadêmico sobre os relatórios das pesquisas que ele coordenou e enviou ao ME.

De acordo com o Dr. Nelson Carvalho Marcellino, essas críticas devem ser compreendidas como diagnósticos para qualificar a Rede CEDES, no sentido de melhorar, ao contrário de se pensar em extinção. De forma geral é difícil avaliar o impacto dessa ação, mas apesar dos limites apresentados, os seguintes relatos indicam que a rede vêm contribuindo significativamente com o campo de desenvolvimento do esporte e lazer brasileiro.

*(...) apesar da UnB ser uma universidade grande, não tínhamos recursos e infraestrutura na faculdade de educação física para fazer pesquisa, por isso essa ação (Rede CEDES) da SNDEL foi fundamental. Com esses recursos nós compramos computadores e demos bolsas de iniciação científica e a UnB nos deu uma sala para ser a sede do núcleo (Dr. Dulce Suassuna, entrevista realizada em 06/07/2011).*

*Após quatro anos [o autor referia-se ao primeiro mandato do presidente Lula] de governo Lula eu considero que muitas iniciativas foram importantíssimas para refletirmos sobre a política de esporte lazer, algumas contradições, outras superações não foram possíveis e continuam extremamente contraditório e precisam de revisão, mas o fato é que se nós pudéssemos destacar uma iniciativa política que se constitui como algo muito importante é a edificação da Rede CEDES (Dr. Cesar Leiro, entrevista realizada em 26/05/2011).*

A relevância da Rede CEDES e conseqüentemente do RIRC formam um consenso entre os entrevistados, porém, as gestoras da SNDEL reconhecem que o RIRC deveria ser mais divulgado e utilizado, sobretudo, pelos integrantes da Rede CEDES e PELC. Em função dessa análise as gestoras identificaram alguns limites e possibilidades no

âmbito das estratégias operacionais alinhadas com a consolidação do RIRC.

A secretária da SNDEL observa que um dos principais limites operacionais do RIRC é o reduzido número de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura da própria SNDEL. Num primeiro momento, o DCTEC procurou estabelecer parcerias com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Ambos se mostraram inclinados a contribuir com o processo, entretanto, a dificuldade surgiu dentro do próprio ME que alegou falta de prioridade na execução do projeto, que desde o início foi permeado por pretensões maiores que apenas o desenvolvimento do RIRC.

*Tudo isso está ligado a um projeto que não é só o repositório que vai dar conta, está vinculado com o CEDIME. Não adianta ter um belo repositório da Rede CEDES. Para resolver a política pública nacional de esportes tínhamos que ter vários repositórios, do rendimento, educacional, ou um repositório com várias comunidades, essa seria a estrutura do CEDIME (Diretora/DCTEC - Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, entrevista realizada 19/11/2010).*

A consequência dessa situação é apresentada a partir do seguinte depoimento. “Ao fazer o primeiro levantamento de relatórios eu tive que buscar em processos que estavam perdidos pelo ME, encontrei processos de até 6 anos que estavam no arquivo morto (Coordenadora/DCTEC - Patrícia Z. M. de Moraes, entrevista realizada 19/11/2010). Nesse sentido, desde junho de 2010, o RIRC se configura como uma ferramenta para solucionar essa problemática, contudo essa é apenas uma ação isolada frente as demandas de todo ME. Dialogando

com o trabalho de Costa (2006), observamos que esse isolamento do RIRC representa, de forma geral, a realidade de toda América do Sul<sup>52</sup> que ainda caminha a passos lentos na criação de uma cultura e soluções operacionais alinhadas com o acesso aberto.

Parte dessa problemática gira em torno do auto-arquivamento. O RIRC foi desenvolvido para funcionar de acordo com a lógica do auto-arquivamento, ou seja, observamos que grande parte da responsabilidade do baixo número de objetos digitais é dos coordenadores de núcleos e projetos da Rede CEDES<sup>53</sup>. Para incentivar essa prática, além do lançamento oficial do RIRC, gestores da SNDEL e do LaboMídia lideraram diversas ações<sup>54</sup> convidando os pesquisadores da Rede CEDES a se cadastrarem no sistema para depositarem os relatórios e as produções decorrentes das pesquisas que coordenaram. Todavia, esse esforço teve um impacto muito discreto. É desse limite que surgem as ideias de mandado e formação dos pesquisadores para auto-arquivamento que serão melhores discutidos no eixo temático *O RIRC como política pública* e o *O RIRC no contexto da cultura participativa*. Nesse sentido, as iniciativas das gestoras da SNDEL e dos administradores do RIRC procuraram construir a noção entre os integrantes da Rede CEDES que fundamentam os benefícios dos repositórios digitais e do acesso aberto de acordo com Harnad (2010b).

---

<sup>52</sup> Essa comparação se fundamenta ao contexto do continente europeu.

<sup>53</sup> É relevante lembrar que em reunião da Rede CEDES, ocorrida em Brasília, em fevereiro/2009, a proposta de criação do RIRC foi avalizada pelo conjunto dos coordenadores de pesquisa da Rede presentes, ocasião em que se divulgaram os princípios gerais e a política de uso da ferramenta, destacando-se o compromisso de todos com o auto-arquivamento dos produtos das suas pesquisas.

<sup>54</sup> Palestras, participação de eventos e emails.

A construção do RIRC também contou com a colaboração do grupo de pesquisa liderado pela Dra. Gisele M. Schwartz. O DCTEC encomendou um estudo para o Laboratório de Estudos do Lazer (LEL/UNESP) coordenado por essa pesquisadora, que geraram dados relevantes para compreender o uso, limites e potencialidades do RIRC. A pesquisadora relata que a proposta dessa iniciativa era:

*(...) organizar um pouco mais a chegada dessas informações, observar como os projetos e pesquisas estavam distribuídos, quais temáticas envolvidas, que impacto o próprio pesquisador reconhece que seu projeto têm em sua comunidade. Enfim, nós aventamos a possibilidade de organizar esses dados já que eles não tinham essa sistematização (Dra. Gisele M. Schwartz, entrevista realizada 20/06/2011).*

Um dos resultados desse trabalho foi a proposta de padronizar o modelo de relatório de cumprimento de objeto das pesquisas financiadas pela Rede CEDES (SCHWARTZ, 2010). Essa sugestão é de suma relevância para a organização e qualidade da rede e conseqüentemente do RIRC, haja vista que cada sub-comunidade desse repositório possui uma coleção específica intitulada Projetos<sup>55</sup>.

As orientandas de doutorado da Dra. Gisele M. Schwartz, Giselle Tavares e Cristiane Kawaguti, tiveram acesso direto aos relatórios de pesquisas da Rede CEDES enviados ao ME e afirmam que “(...) não existia uma padronização desses dados, alguns muito longos e elaborados, outros muito breves e superficiais” (Doutoranda Giselle Tavares, entrevista realizada 20/06/2011). Com a implementação do

---

<sup>55</sup> A finalidade dessa coleção é organizar, preservar e disponibilizar os extratos de relatórios (parciais ou definitivos) dos projetos financiados pela rede.

instrumento sugerido por Schwartz (2010) nos próximos editais, como obrigação de preenchimento e depósito no RIRC desses relatórios pelos coordenadores de pesquisas, a gestão da informação da rede será mais eficiente e democrática. Todavia, apesar dos esforços já realizados, o desafio de resgatar, padronizar e disponibilizar as informações das pesquisas que foram financiadas pela rede CEDES, desde 2003 até 2010, permanecem. A princípio essa é uma demanda coletiva da rede e depende de um esforço colaborativo que ainda não se efetivou a contento.

Harnad (2010b) é taxativo ao afirmar que o auto-arquivamento não funciona na ausência de um mandado que deixe claro os deveres e as sanções referentes a esse comportamento. Segundo o autor, repositórios digitais que não possuem mandados funcionam com uma porcentagem de 15% do total de objetos digitais que poderiam ser auto-arquivados nos sistemas. Os mandados também exercem o papel para padronização dos documentos que são submetidos nos repositórios digitais, principalmente para garantir a qualidade da informação e facilitar seu acesso. Observamos que a ausência de um mandado eficiente é um dos maiores problemas da recente história do RIRC.

Antes da publicação dos resultados da pesquisa de Schwartz (2010) sobre a necessidade de padronização dos produtos da Rede CEDES, a equipe de desenvolvimento do RIRC se deparou com o mesmo problema e também criou um modelo de padronização desses relatórios. No dia sete de maio de 2010 foi encaminhado para todos os pesquisadores da Rede CEDES um email com os seguintes documentos anexados: ofício explicativo da parceria LaboMidia/UFSC e DCTEC/SNDEL/ME; modelo de formulário para recolher os extratos

dos relatório de pesquisa; o extrato de relatório de uma pesquisa do LaboMidia/UFSC como exemplo<sup>56</sup>. Apesar dessa iniciativa, muitos coordenadores de pesquisas sequer acusaram o recebimento dos documentos enviados, situação que ainda se configura como um desafio a ser superado para consolidar o RIRC. Ou seja, a disponibilização no RIRC das informações relativas aos extratos dos relatórios de pesquisas realizadas entre 2003 e 2010 ainda é muito baixa.

A pesquisa de Schwartz (2010) mapeou 126 pesquisas concluídas ou em andamento, sendo que apenas 28<sup>57</sup> extratos de relatórios estão disponíveis no RIRC, o equivalente a 22% do total. Com relação aos produtos<sup>58</sup> decorrentes de cada pesquisa foram mapeados 995 itens que poderiam estar disponibilizados nas coleções **Produções** de cada sub-comunidade do RIRC. Desse total, apenas 149<sup>59</sup> estão disponíveis no RIRC, o equivalente a 15% do que foi mapeado na mesma pesquisa. Esses dados representam um ponto central para enfrentar o problema dessa pesquisa e fundamenta no plano quantitativo a observação de que o RIRC não foi apropriado pela comunidade da Rede CEDES de forma satisfatória na primeira fase de povoamento<sup>60</sup> do sistema. Esse momento se caracterizou pela tentativa de abastecer o RIRC com as informações e conhecimentos decorrentes do que já havia sido feito.

---

<sup>56</sup> Esses documentos estão em anexo no final do trabalho.

<sup>57</sup> Dados coletados em 19/09/2011.

<sup>58</sup> São considerados produtos de pesquisas todo material que os coordenadores de projetos julgarem pertinentes para ser disponibilizado no RIRC. Livros, capítulos de livros, artigos publicados em periódicos e congressos, fotos.

<sup>59</sup> Dados coletados em 19/09/2011.

<sup>60</sup> Utiliza-se a palavra povoamento para denominar o processo de construção dos Repositórios Digitais no que se refere a quantidade de itens disponíveis no sistema, pessoas cadastradas e aptas a realizar o autoarquivamento e usuários finais.

Para somar mais elementos a essa fotografia do contexto sócio-histórico que ilustra um possível recorte do processo de constituição da Rede CEDES e do RIRC, os seguintes questionamentos se impõe como temas a serem aprofundados: porque 78% dos extratos de relatórios e 85% das produções da Rede CEDES ainda não foram disponibilizadas no RIRC<sup>61</sup>? O que fazer para transformar essa realidade a curto, médio e longo prazo?

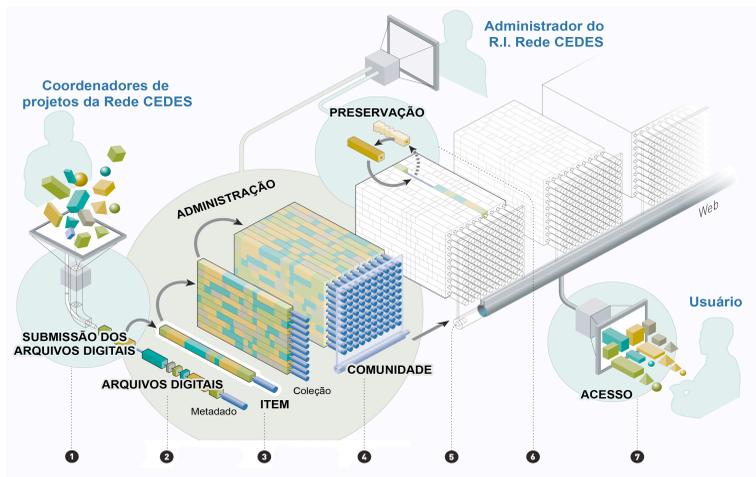
#### 4.2. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO RIRC

A política de gestão do conhecimento proposta pelo DCTEC procura garantir, entre outras coisas: 1) a preservação e a organização da produção da Rede CEDES; 2) a sua distribuição mais equilibrada e menos dispendiosa; 3) o seu uso como “matéria-prima” para as ações de gestores, formadores e agentes de esporte e lazer do PELC; 4) utilização do RIRC como fonte de consulta para a formação profissional em esporte e lazer no Brasil. São estas as diretrizes que orientaram o processo de desenvolvimento do RIRC.

O servidor que hospeda o RIRC foi instalado no dia 28 de agosto 2009, com isso iniciamos as pesquisas e testes operacionais. Foi um longo processo de apropriação, estudos técnicos, conceituais, definição de normas e políticas de uso. O produto desse trabalho inicial foi definição a da lógica de funcionamento do RIRC:

---

<sup>61</sup> Dados coletados em 19/09/2011.



**Figura 2** - Estrutura de funcionalidade do RIRC, adaptado de <http://www.dspace.org/images/stories/dspace-diagram.pdf>

- 1) Processo de submissão dos arquivos digitais, em que os coordenadores de projetos da Rede CEDES submetem seus respectivos relatórios ou resumos de pesquisas, assim como outras produções vinculadas ao projeto, como livros, artigos em periódicos, etc.
- 2) Arquivos digitais em processo de submissão, que são organizados em locais específicos, junto com os metadados no padrão *Dublin Core*.
- 3) Um item é um arquivo digital e os metadados que os descrevem. Isso possibilita a indexação e recuperação nos sistemas de busca na internet. Esses itens são organizados de forma lógica em coleções. Que nesse caso são: a)

Produções (sigla da universidade); e b) Projetos (sigla da universidade).

- 4) Uma comunidade é o nível de organização hierárquico mais alto da estrutura do sistema. Nesse caso é a Rede CEDES. Elas foram divididas em sub-comunidades, que são as universidades onde existem projetos financiados pela rede. Por exemplo: sub-comunidade da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.
- 5) A arquitetura modular do *DSpace*, que permite a criação dos repositórios temáticos e institucionais.
- 6) Funcionalidades de preservação dos arquivos digitais em diferentes formatos.
- 7) Interface na internet do usuário final que possibilita o auto-arquivamento, a recuperação, visualização e *download* dos arquivos digitais.

O RIRC pode ser acessado no endereço <http://www.labomidia.ufsc.br/redecedes/><sup>62</sup>. A versão que está sendo utilizada é a 1.6.2 (DURASPACE, 2010), num servidor com sistema operacional *UNIX-like*, ferramentas como o *Apache Maven* e banco de dados *PostgreSQL*, configurados de acordo com as instruções contidas no manual da fundação *DuraSpace*. Todos os *softwares* que estão instalados no servidor são livres. Entre os aspectos positivos do uso de

---

<sup>62</sup> Há um link para o Repositório no espaço da Rede Cedec no portal do Ministério do Esporte:  
<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp>

*softwares* livres citados por Branco (2009), observamos que essa escolha além de representar uma economia significativa, deslocou o investimento do processo de criação do RIRC da compra para o desenvolvimento de *softwares*. Segundo o autor, isso contribuiu com a autonomia e independência tecnológica do país e aumenta a nossa participação nas comunidades colaborativas de desenvolvedores de *softwares* livres espalhadas pelo mundo.

O *DSpace* é um sistema robusto e eficiente, porém ele ainda depende de conhecimentos técnicos avançados para ser instalado e customizado de forma satisfatória. A customização da interface gráfica de acesso para o usuário foi um dos processos que demandou mais trabalho. Optamos pela ferramenta *Manakin 1.1* (XMLUI), um modelo de interface constituída por códigos pré-configurados e nativos do pacote de instalação do *DSpace 1.6.2*. Com os limites e as possibilidades dessa ferramenta, definimos a interface gráfica a partir de critérios estéticos e funcionais, com o objetivo de facilitar a navegabilidade e tornar a permanência do usuário no sistema, a mais agradável possível.

Outro aspecto a ser destacado foi o respeito à identidade visual da Rede CEDES, por meio da utilização das cores e elementos gráficos da logomarca dessa ação do DCTEC/SNDEL/ME para criar o desenho do RIRC.

A Rede CEDES é uma ação programática do Ministério do Esporte, sob a responsabilidade do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, integrante da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer. CEDES é a sigla que representa os Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer. Foi criada no ano de 2003, no início do primeiro governo Lula, passando depois a integrar o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

O Repositório Institucional da Rede CEDES vem cumprir um papel de múltiplas possibilidades para a Educação Física, Esporte e Lazer. Ao reunir, preservar e disponibilizar, organizadamente a produção científica decorrente das pesquisas apoiadas pela Rede CEDES, o repositório dá visibilidade a estes conhecimentos reunidos num mesmo espaço digital, cujo acesso por meio de um endereço comum facilita as consultas dos usuários.

Esse projeto de informação/documentação esportiva, que é o Repositório Institucional da Rede CEDES é fruto de uma parceria entre a DCTEC/SNDEL/Ministério do Esporte e o LabeMidia/UFSC, responsável pela implantação e administração do projeto, com apoio técnico do NPD/UFSC. Tem por objetivo reunir, preservar, organizar e disponibilizar produção científica resultante das pesquisas apoiadas pela Rede CEDES.

**Equipe Gestora**  
 Coordenador: Giovanni De Lorenzis Pires (LabeMidia/UFSC)  
 Suporte Técnico: Rodrigo Ferrari (LabeMidia/UFSC)  
 Suporte Editorial: Ari Lazzarotti Filho (UFSC)  
 Desenvolvedor de sistemas: Sílvia Juca (UFSC/UFSC)

CONTATO: repositório.redceces@gmail.com

Tutorial para coordenadores da Rede CEDES - Submissão de arquivos digitais para o R.I. Rede CEDES

Figura 3. Página de Apresentação do RIRC.

Logar

REDE CEDES  
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Repositório Institucional Rede Cedes

Bem-vind@ ao R.I. Rede CEDES. Nosso objetivo é reunir, organizar, preservar e disponibilizar os arquivos digitais referentes à produção científica decorrente das pesquisas realizadas e em realização pela Rede CEDES, garantindo assim a construção coletiva desse espaço, além do arquivamento e do acesso público a essas informações.

Buscar no repositório

Entre com o argumento de busca no repositório.

Comunidades no repositório

Selecione uma comunidade para visualizar suas Coleções.

- Rede CEDES [70]

UFSC Ministério do Esporte GOVERNO FEDERAL

Rede CEDES | UFSC | UFSC | UFSC

Contate-nos | Fale conosco

Figura 4 - Página principal do RIRC.

Após a fase de organização e testes, o RIRC foi apresentado e aprovado pela SNDEL para entrar em funcionamento. A ferramenta foi lançada oficialmente no dia 19 de junho de 2010, no *I Seminário Latino Americano de políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e*

*Educação: Consolidando uma Rede de Produção de Conhecimento, Formação e Informação*. Pouco mais de um ano após o lançamento do RIRC, no dia 3 de novembro de 2011, as estatísticas<sup>63</sup> do RIRC informavam que havia 149 itens disponíveis no sistema, sendo que alguns foram submetidos pelos administradores do sistema e outros via auto-arquivamento pelos coordenadores de pesquisas da rede. Durante o primeiro ano de administração do RIRC, nos preocupamos com a coerência operacional e proposta dos repositórios digitais realizada por Harnad (2004a), isso significa que utilizamos todos os recursos disponíveis para facilitar e incentivar o auto-arquivamento, porém, alguns pesquisadores da Rede CEDES enviavam os documentos digitais para os administradores da ferramenta via email para que os mesmos fizessem a submissão. Quando isso ocorria, nós fazíamos a submissão e entrávamos em contato novamente com os pesquisadores para que eles se cadastrassem no sistema e auto-arquivassem os próximos produtos<sup>64</sup>.

Segundo Leite (2009), toda organização dos repositórios digitais deve ser orientada para facilitar e aumentar o acesso dos usuários aos itens disponibilizados na ferramenta. No caso do RIRC, a recuperação dos documentos digitais armazenados podem ser realizadas por diferentes entradas e opções de busca: por instituição (sub-comunidade), por projeto ou produto, por título, autor, assunto ou expressões livres. Com essa variedade de alternativas, os usuários são capazes de encontrar o que procuram com mais facilidade. Entretanto, Leite (2009) chama a atenção para o fato de que apenas disponibilizar os

---

<sup>63</sup> Disponível em: <http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui/statistics>. Acesso em 03/11/2011.

<sup>64</sup> Esse fato é melhor discutido no eixo de discussão dos dados 4.4. *O RIRC no contexto da cultura participativa*.

repositórios digitais para o uso não é uma ação suficiente para povoar satisfatoriamente a ferramenta, isso significa que o uso desses sistemas, obviamente, depende da sua própria divulgação.

Para proporcionar visibilidade ao RIRC, ele foi apresentado em diversos eventos científicos da área, inclusive no Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Comunicação e Mídia do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) em setembro de 2011 (FERRARI; LAZAROTTI; JUCÁ; PIRES, 2011). Na internet também existem informações que o apresentam de forma sintética, um breve resumo sobre o contexto mais geral do acesso aberto e a política de uso do sistema.

A Rede CEDES é uma ação programática do Ministério do Esporte, sob a responsabilidade do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, integrante da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, CEDES e é a ação que representa o Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer. Foi criada no ano de 2003, no âmbito do

**Política do Repositório Institucional Rede CEDES** FECHAR X

Menu [ voltar a apresentação ]

CONTÉUDOS DO REPOSITÓRIO / PARTICIPANTES DO REPOSITÓRIO / ORGANIZAÇÃO DO REPOSITÓRIO / CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS SUBMETIDOS

**Apresentação**

O Repositório Institucional da Rede Cedes é uma ação programática do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte – DCTEC/SNDEL/ME, desenvolvida em parceria com o LaboMídia - Laboratório e Grupo de Estudos em Mídia Esportiva / UFSC, com o apoio técnico do Núcleo de Processamento de Dados (NPD) dessa universidade.

**Objetivos**

Os objetivos do RI da Rede CEDES são:

- Resumir, preservar, organizar e disponibilizar produtos resultantes das pesquisas acadêmicas apoiadas pela Rede CEDES.
- Contribuir para dar visibilidade à produção da Rede CEDES.
- Permitir o acesso através da Internet à produção da Rede CEDES.
- Preservar a memória do trabalho acadêmico científico da Rede CEDES.
- Participar ativamente, enquanto parceiro, no esforço conjunto da comunidade científica nacional e internacional, no movimento mundial de acesso livre a informação acadêmica.

**Características técnicas**

O RI da Rede Cedes usa o DSpace, software livre desenvolvido pelo MIT e IIT e atualmente sob responsabilidade da Fundação Duranço, compatível com o Protocolo de Arquivos Abertos (OAI), permitindo a interoperabilidade com demais sistemas que utilizam o mesmo protocolo. Os metadados utilizados para descrição dos documentos digitais seguem o padrão Dublin Core. A versão do DSpace utilizada é a 1.8, com interface gráfica customizada do módulo Monaki(KMLUI).

Equipe Técnica: Rodrigo Ferrari (LaboMídia/UFSC)  
 Suporte Editorial: Ari Lazarotti Filho (UFSC)  
 Desenvolvedor de sistema: Kalina Juca (DCTEC/UFSC)

CONTACTO: repositorio.redcecdes@gmail.com

Tutorial para coordenadores da Rede CEDES - Submissão de arquivos digitais para o R.I. Rede CEDES

**Figura 5** - Página da Política do RIRC.

Além da política de uso, disponibilizamos um tutorial<sup>65</sup> para submissão dos arquivos digitais no sistema e um e-mail para auxiliar em contatos com os administradores do repositório: [repositorio.redecedes@gmail.com](mailto:repositorio.redecedes@gmail.com). Contamos também com a colaboração do DCTEC/SNDEL, que estimula os pesquisadores e promove o auto-arquivamento de forma recorrente via email.

Segundo as estatísticas de uso e acesso ao sistema, no dia 3 de novembro de 2011 foram identificadas 19.511 visualizações de documentos e 98.740 acessos desde maio de 2010<sup>66</sup> até novembro de 2011. O potencial de crescimento desses números é muito grande, primeiramente devido a quantidade de pesquisadores, acadêmicos e gestores de esporte e lazer envolvidos na Rede CEDES, em segundo por uma série de iniciativas de aperfeiçoamento do sistema e da otimização de ferramentas de busca, como o registro no OpenDOAR<sup>67</sup> efetuado no dia 04 de novembro de 2010.

Com base no manual de desenvolvimento do *DSpace* (DURASPACE, 2010), avaliamos que o desenvolvimento do RIRC alcançou seus objetivos técnicos de implementação, gerou conhecimentos e qualificação profissional para a ampliação do uso dos repositórios digitais no campo acadêmico que envolve a educação física e ciências do esporte. Como toda tecnologia, o aperfeiçoamento do RIRC é uma tarefa permanente, haja vista que a comunidade de desenvolvimento do *DSpace* lança periodicamente novas atualizações e versões do sistema. Quase cem mil pessoas acessaram o RIRC em pouco

---

<sup>65</sup> Anexado ao final do texto.

<sup>66</sup> Disponível em: <http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui/statistics>

<sup>67</sup> Disponível em: <http://www.opendoar.org/>

mais de um ano, esse número é baixo em relação ao potencial da ferramenta, mas também é significativo na perspectiva da ampliação do acesso, transparência e visibilidade da Rede CEDES. Portanto, concluímos que o próximo passo é a elaboração de uma política permanente de investimentos do ME que garanta, tanto a manutenção técnica do RIRC, quanto a possibilidade de desenvolvimento de outros repositórios digitais.

### 4.3. O RIRC COMO POLÍTICA PÚBLICA

*Eu acho que o RIRC foi um grande avanço da política pública do ME nesses últimos anos, era um desejo dos integrantes da Rede CEDES. Primeiro, pela facilidade de disponibilizar e acessar as produções da rede, você acaba de produzir uma pesquisa e no outro dia ela já está disponível, ou seja, isso seria impossível se ainda estivéssemos trabalhando apenas com as produções no formato impresso (Dra. Eustáquia Salvadora de Sousa, entrevista realizada 14/09/2011).*

As palavras da Dra. Eustáquia Salvadora de Souza expressam as potencialidades do RIRC como exemplo da transição do paradigma analógico para o digital e as mudanças sociológicas anunciadas por Castells (2010). Do ponto de vista mais específico da gestão pública, isso representa um salto qualitativo sem precedentes na organização e disponibilização de informações e documentos. Para as gestoras da SNDEL, o uso das TICs no âmbito do esporte e lazer significa um caminho promissor para qualificar a política pública e democratizar o acesso a informação e o conhecimento da área. Essa compreensão estratégica é um dos fundamentos que suportam as ações do quarto

momento da Rede CEDES. Apesar desse entendimento da SNDEL, o ME carece de uma proposta integrada de uso das TICs capaz de dar conta de todo ministério. Isso é exemplificado a partir do dado que a Secretária da SNDEL apresenta sobre a ausência de informações e conhecimentos relativos ao Pan-Americano realizado no Rio de Janeiro em 2007. Segundo a gestora “(...) *têm muita informação, conteúdo, mas como o ME contratou empresas privadas por licitações (para executar essa tarefa), esse conteúdo se tornou de domínio privado e não público*” (Secretária/SNDEL - Rejane Penna Rodrigues, entrevista realizada 19/11/2010).

Segundo o Tribunal de Contas da União<sup>68</sup> (TCU) o Pan 2007 custou R\$ 1,8 bilhões aos cofres públicos e não encontramos um link sequer sobre o evento no site do ME. Com relação a essa ausência de uma política ministerial de gestão da informações e conhecimentos de interesse público, a coordenadora do DCTEC/SNDEL expõe a sua opinião a respeito desse contexto: “*acho um absurdo não termos um banco de dados simples para organizar e sistematizar as informações*” (Coordenadora/DCTEC - Patrícia Z. M. de Moraes, entrevista realizada 19/11/2010). Além da importância de organização interna dessas informações e conhecimentos para dar suporte à gestão do ministério, Jenkins (2009) demonstra com exemplos estadunidenses que o uso das TICs também se configura como um meio de fortalecimento da democracia, sobretudo, na dimensão da transparência e prestação de contas dos órgãos públicos perante a sociedade.

---

<sup>68</sup> Disponível em:

[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias\\_arquivos/Pan.doc](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/Pan.doc). Acessado em 26/07/2011

A referência ao PAN 2007 é muito atual e pertinente, haja vista que o país irá sediar os dois maiores eventos esportivos do mundo, a Copa da FIFA de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Essa realidade está mobilizando reflexões e questionamentos de toda sociedade, com destaque para a comunidade científica do esporte e lazer (PIRES, org., 2011). O Brasil é um país em desenvolvimento com problemas sociais, políticos e econômicos no campo da educação, saúde e segurança pública que carecem de investimentos públicos, enquanto bilhões desses recursos serão destinados para viabilizar esses megaeventos.

Outra problemática inerente ao Brasil como sede desses megaeventos é o aumento da valorização das políticas públicas voltadas para o esporte de alto rendimento, que de acordo com Bracht (2003) historicamente sempre ocuparam um local de destaque no país. Também observamos um consenso entre os pesquisadores entrevistados nessa pesquisa que as políticas públicas voltadas para o esporte de alto rendimento atingem uma pequena porcentagem da população e que não se enquadram como caminho adequado para garantir o direito de todos em ter acesso ao esporte.

*(...) o que me faz pensar e refletir com um pouco mais de cuidado nessa ação deliberada voltada para o alto rendimento é talvez o esquecimento dos programas sociais. É com isso que estou preocupada. Nesse não olhar para os programas sociais, como o PELC, ou mesmo o Segundo Tempo, entre outros. Dessa forma acabamos perdendo o foco de muita coisa e deixando de lado demandas que a sociedade civil construiu e foram aprovadas nas conferências e debates públicos e que agora começam a se perder (Dr. Dulce Suassuna, entrevista realizada 06/07/2011).*

Com relação a gestão da informação e do conhecimento relacionados com os megaeventos que serão realizados no Brasil, o ME lançou recentemente o portal institucional da Copa de 2014<sup>69</sup>, e também disponibiliza informações no portal de transparência<sup>70</sup> do estado brasileiro. Essas iniciativas são positivas, porém demandam comprometimento político para que esses meios digitais de comunicação não se caracterizem apenas como publicidade do ME, patrocinadores e parceiros desses megaeventos. Nosso entendimento é que essas ferramentas podem ser utilizadas para fortalecer a cidadania no país e garantir a memória desses megaeventos de forma perene e segura. Com a ajuda de Harnad (2004a), compreendemos que uma adaptação voltada para as políticas públicas da via verde do acesso aberto seria uma das propostas capazes de organizar a gestão da informação e do conhecimento público de forma mais democrática.

Ainda com relação ao tema dos megaeventos, não podemos deixar de citar que existe um abismo que separa as políticas de esporte de alto rendimento em comparação com o esporte educacional e de lazer. Para aumentar ainda mais essa diferença, o esporte de alto rendimento muitas vezes serve como modelo para o educacional e lazer, sobretudo, na docência (KUNZ, 1991).

Outra questão que nos chama a atenção é a diferença de investimentos entre os programas do ME voltados para a educação e lazer. De acordo com as gestoras da SNDEL o orçamento total da Rede CEDES previsto para o edital de 2011 é de R\$ 1 milhão, um montante muito baixo em comparação com o Programa Segundo Tempo que

---

<sup>69</sup> Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/>. Acesso em 21/09/2011.

<sup>70</sup> Disponível <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/> e <http://www.portaltransparencia.gov.br/rio2016/>. Acesso em 21/09/2011.

dispõe de mais de R\$ 255 milhões<sup>71</sup>. Essa realidade é conhecida pelos pesquisadores da rede e fundamenta os movimentos de reivindicação em direção da ampliação e garantia da continuidade desses investimentos na Rede CEDES.

*Vivemos uma total insegurança com relação as fontes de financiamento. As cifras, 1 milhão a cada ano, que se repetiu durante quase todo segundo mandato, é um recurso muito baixo em relação a outras políticas e programas (Dr. Fernando Mascarenhas, entrevista realizada 25/05/2011).*

A despeito dos méritos de cada ação ministerial, segundo a secretária da SNDEL essa diferença orçamentária se reflete objetivamente nas probabilidades de continuidade da Rede CEDES. Isso ocorre, principalmente, porque as políticas públicas são avaliadas por técnicos em economia e o primeiro critério de análise para medir o impacto e importância dessas políticas é a verba alocada em cada programa ou ação. Segundo Aragão (1992), esse cenário exemplifica o que Habermas identifica como a invasão da dimensão sistêmica da sociedade no mundo da vida. As políticas públicas e a administração do estado obedecem à uma razão monológica, instrumental, que supervaloriza um tipo de cálculo matemático e procedimentos burocráticos para ler o presente e planejar o futuro. Tudo que não pode ser medido objetivamente em recursos investidos e número de pessoas atendidas são considerados como critérios de avaliações secundários.

---

<sup>71</sup> Disponível em:

<http://www8.senado.gov.br/businessobjects/enterprise115/desktoplaunch/siga/abreSiga.do?docId=6008105&kind=Webi>. Acessado em 26/07/2011. O pedido de afastamento do então ministro do esporte Orlando Silva sob acusações de desvio de recursos do PST para os cofres do seu partido (PCdoB) tornam essa situação ainda mais preocupante.

A secretária reforça a ideia de que esses critérios são reducionistas e não expressam o impacto e relevância das políticas públicas, enfatizando que a avaliação da sociedade e a consequente reivindicação são essenciais nesse processo.

*Você está dentro de uma estrutura disputando espaços com outros, então se fala que existe pouca verba e prioridades. Isso acaba que, você se vê quase que legislando em causa própria e buscando recursos para tua secretaria. Agora se a sociedade coloca isso, aí passa a ser uma demanda para o conjunto do ministério, reforça aquilo que apontamos como necessidade política. Hoje estamos precisando unir esforços de conscientização da sociedade para que ela também abra diálogo com o conjunto da gestão (Secretária/SNDEL - Rejane Penna Rodrigues, entrevista realizada 19/11/2010).*

Os próprios pesquisadores da Rede CEDES apresentam argumentos que não podem ser verificados matematicamente e que são relevantes nos processos decisórios da política e administração do esporte e lazer brasileiro. De acordo com a pesquisadora Dra. Dulce Suassuna a construção das políticas públicas em esporte e lazer (PELC e Rede CEDES) no Brasil são pioneiras e um exemplo a ser seguido por todo governo federal. O fundamento desse diagnóstico reside na estratégia de articular o PELC com a Rede CEDES, no sentido de trabalhar com a produção de conhecimento científico para subsidiar as políticas públicas da área, materializando um exercício contínuo de construção e auto-avaliação.

*Eu acredito que a Rede CEDES é uma ação extremamente inteligente, porque ao criar o programa (PELC) cria-se a possibilidade de discutir esse programa, avaliar, de inclusive*

*construir uma crítica, pois muitas das pesquisas que foram feitas com recursos do próprio ME fazem críticas ao programa. Com a finalidade de qualificar, esse que é o grande objetivo. Eu já estudei outras políticas, como a do meio ambiente, enfim, eu vejo essa ação do ME como algo impar, singular, por conta dessa possibilidade de retroalimentação* (Dra. Dulce Suassuna, entrevista realizada 06/07/2011).

Não apenas concordamos com as colocações da Dra. Dulce Suassuna, como compreendemos que essa dimensão crítica-reflexiva da Rede CEDES contribui, em certa medida, com a reversão do processo de hipertrofia da dimensão sistêmica da gestão pública em esporte e lazer no Brasil (ARAGÃO, 1992). A Rede CEDES forma um canal de diálogo crítico entre o poder público e a sociedade, aumentando o valor da dimensão simbólica inerente às políticas públicas, que na nossa compreensão, devem ser pensadas e colocadas em prática a partir das complexas necessidades que partem da sociedade para o governo, e não o inverso.

Isso inclui pensar em estruturas que permitam a maior participação da sociedade nas decisões relativas à administração dos recursos e financiamentos de programas e ações ministeriais. Para exemplificar a necessidades desses canais de comunicação entre a sociedade e o poder público, é importante registrar que apesar da relativa autonomia dos pesquisadores da Rede CEDES, a mesma depende do financiamento do ME para existir, pois “*sem financiamento não há rede, sem dinheiro não há pesquisa*” (Dr. Fernando Mascarenhas, entrevista realizada 25/05/2011). Entretanto, não há garantia que o financiamento da Rede CEDES continue nos próximos anos e se configure como uma política de estado e não de governo. A

esse respeito, a informação oficial mais recente e disponível foi a publicação no Diário Oficial da União da portaria que aprovou no dia 21 de outubro o edital de 2011 da Rede CEDES<sup>72</sup>. Em princípio, o financiamento garante, por mais um ano, a continuidade organizacional da rede e mantém a cadeia de trabalho da rede, cuja meta é a difusão dos conhecimentos já produzidos para subsidiar as políticas públicas do PELC.

(Com a nova organização do ME, que rompe o vínculo orgânico PELC-Rede CEDES ao coloca-lo em secretarias diferentes, cabe refletir se a produção das pesquisas da rede continuará tendo com destino preferencial as ações do PELC. Por outro lado, ao disporem-se PELC e PST numa mesma secretaria, poderá a Rede CEDES assumir a responsabilidade de subsidiar com os conhecimentos produzidos nas suas pesquisas os dois programas sociais de esporte e lazer do ME.)

A diretora do DCTEC nos explica de forma pontual o que a Rede CEDES representa como proposta inovadora de política pública em esporte e lazer no Brasil:

*a produção de conhecimento, principalmente, como diagnóstico de que as pesquisas vão ajudar a pensar e conhecer a realidade dos programas que estamos trabalhando no âmbito do esporte e lazer; a produção de materiais resultantes dessas pesquisas, no mínimo o relatório final e se possível livros, vídeos etc.; a sistematização e organização desses materiais; a publicização desses materiais; e finalmente, essa publicização alcançar a ação educativa que os nossos núcleos (PELC) estão trabalhando (Diretora/DCTEC -*

---

<sup>72</sup> Disponível em:

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/edital2011.jsp>. Acesso em 20/09/2011.

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto,  
entrevista realizada 19/11/2010).

Parte desse processo está diretamente relacionado com o RIRC, pois uma das formas de atingir os objetivos da Rede CEDES é por meio da publicidade, circulação e uso dos resultados das pesquisas financiadas pela ação. “*Não teria sentido trabalharmos na produção do conhecimento nessa intensidade e com esses objetivos da Rede CEDES, se não pensássemos na socialização desse conhecimento*” (Ana Márcia, entrevista realizada 14/07/2011). Segundo Tavares (2010), os pesquisadores da Rede CEDES publicaram mais de 995 produções entre os anos de 2003 e 2008, esses produtos poderiam<sup>73</sup> estar disponíveis no RIRC e atendendo os interesses da comunidade acadêmica e científica, assim como de escolas, professores e gestores públicos brasileiros. Isso demonstra uma das potencialidades transformadoras relativas ao RIRC no escopo das possibilidades de apropriação do ciberespaço pensadas por Lévy (2010), nesse caso, a construção da Rede CEDES poderia ser uma iniciativa pioneira de organização do serviço público com base nos princípios da inteligência coletiva.

O RIRC cria condições no ciberespaço para que os resultados das pesquisas financiadas pela Rede CEDES sejam acessadas em qualquer local do Brasil com pontos de conexão da internet, ou seja, é uma estrutura física para que a inteligência coletiva se manifeste. Vale ressaltar que apesar de muitas vezes o filósofo francês Pierre Lévy ser considerado um otimista com relação às promessas do ciberespaço (LÉVY, 2010), no Brasil o RIRC e outras estratégias com essas

---

<sup>73</sup> No momento em que essa pesquisa foi realizada, menos de 20% desse total estavam disponíveis para acesso no RIRC. Iremos retomar essa discussão com mais profundidade no próximo eixo de discussão dos dados.

características tendem a ser cada vez mais eficientes por conta do Programa Nacional de Banda Larga que objetiva a massificação do acesso a internet de banda larga no Brasil até 2014 (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2010). De forma pontual, uma das críticas ao otimismo de Lévy se objetiva no fato de que é preciso tecer profundas transformações culturais para que o ciberespaço desencadeia mudanças significativas em nossa sociedade (cibercultura).

No campo mais específico do RIRC como objeto de pesquisa dessa dissertação, esse contexto é traduzido com o entendimento de que o acesso à internet não é a única forma de se garantir a universalização do conhecimento em esporte e lazer. Esta crítica nos abre o horizonte para refletir sobre o investimento na formação direta (cursos, oficinas, palestras, etc.) dos profissionais que atuam junto aos cidadãos nesse âmbito. Sendo que o repositório não substitui a formação profissional e acadêmica, a ferramenta apenas complementa e contribui com esse processo organizando, preservando e disponibilizando os produtos da Rede CEDES em acesso aberto.

Porém, segundo a Secretária da SNDEL, pensar na formação cultural para o uso das TICs não é a prioridade do ME para construir, administrar e avaliar as políticas públicas brasileiras em esporte e lazer. A situação do CEDIME confirma esse posicionamento.

*Estou a 4,5 anos tentando entender o CEDIME. Para mim uma das partes do CEDIME, seria ter um repositório. Porém vejo o CEDIME como uma sigla que não diz nada para dentro e fora do ME, a não ser para os especialistas (Secretária/SNDEL - Rejane Penna Rodrigues, entrevista realizada 19/11/2010).*

O caso do CEDIME ilustra que não há de fato uma proposta objetiva de gestão da informação e do conhecimento como parte da Política Nacional do Esporte<sup>74</sup>, apesar de contraditoriamente serem contempladas na primeira ação e meta da III Conferência Nacional do Esporte<sup>75</sup>. As TICs, sobretudo, a internet é um importante meio para o exercício da democracia e não pode ser reduzida a interesses de publicidade no sentido da propaganda e do *marketing*. Por um lado, o poder público têm o dever de se apropriar das TICs para melhorar a gestão da política nacional, por outro lado, o cidadão têm o direito de ter acesso a todas as informações e conhecimentos vinculados com o dinheiro público, desde um relatório de pesquisa até a planilha detalhada com os gastos, por exemplo, das Olimpíadas de 2016. Se o problema é falta de prioridade, definitivamente elas devem ser revistas por um ministério que gastou mais de R\$ 31 milhões apenas na candidatura da cidade do Rio do Janeiro para vencer o direito de sediar as Olimpíadas de 2016, sendo que R\$ 6 milhões foram gastos em propaganda e *marketing*.

Pelo que foi acordado entre o ME e o LaboMídia, desde a aprovação do projeto RIRC havia a pretensão do mesmo ser ampliado, inclusive, no sentido de apontar possíveis soluções para um futuro desenho do CEDIME. Uma das gestoras afirma: “*estamos usando esse projeto como estudo piloto e se der certo será ampliado para todo ME. Olha ai nascendo o CEDIME*” (Diretora/DCTEC - Leila Mirtes Santos

---

<sup>74</sup> Disponível em:

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/polNacEsp.pdf>. Acessado em 28/07/2011.

<sup>75</sup> Disponível em:

<http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/plenariaLinha5.pdf>. Acessado em 28/07/2011.

de Magalhães Pinto, entrevista realizada 19/11/2010). Após as experiências de desenvolvimento e administração do RIRC avaliamos que essa iniciativa cumpriu com seus objetivos e cria condições objetivas para a ampliação da proposta. Entretanto, não há nenhuma indicação por parte do ME que o RIRC seja ao menos mantido, quanto mais ser ampliado para fazer parte da estrutura do CEDIME.

Outro dado que contribui para essa reflexão sobre a criação, manutenção e expansão do RIRC foi a escolha do LaboMídia/UFSC como sede física do servidor que hospeda o sistema. Segundo as gestoras da SNDEL os critérios adotados foram as limitações orçamentárias da Rede CEDES para criar e manter essa infraestrutura, a falta de recursos humanos por parte da SNDEL para administrar o RIRC e a fragilidade da proposta frente as prioridades do ME. Nesse cenário, o RIRC foi desenvolvido como um projeto financiado pela Rede CEDES, ou seja, os recursos humanos que trabalharam nessa primeira etapa do RIRC também não fizeram parte do quadro de recursos humanos da SNDEL.

Por outro lado, essa situação também foi percebida como algo positivo desde as primeiras negociações referentes ao desenvolvimento do RIRC, sendo que a localização externa do servidor também possibilita uma certa autonomia de continuidade e desenvolvimento do projeto. Isso se justifica porque diminui os riscos de interrupção do projeto por meio de uma simples decisão política “(...) *porque se estivesse dentro do ME, bastava uma decisão interna para desativar o sistema*” (Patrícia Z. M. de Moraes, entrevista realizada 19/11/2010).

Esse fato se torna ainda mais delicado nas transições de governo, como a que ocorreu em 2011, com a eleição da presidente

Dilma Rousseff e na posse do novo ministro do esporte, Aldo Rebelo no dia 31 de outubro de 2011<sup>76</sup>. Entretanto, na avaliação das gestoras da SNDEL, o RIRC ou qualquer outra proposta de gestão da informação e do conhecimento do ME deveria ter a sede física e os recursos humanos localizados no quadro do ME, porém elas reafirmam que essa possibilidade ainda não é viável.

Sobre esse tema, compreendemos que o critério para refletir sobre a sede física mais adequada do RIRC é coerente, pois a garantia de funcionamento e manutenção operacional do sistema de forma perene é o que importa. Se o servidor estará localizado no ME, na UFSC ou na Suécia, pouco importa, desde que haja recursos financeiros e humanos para sua continuidade e manutenção. Essa perspectiva também é consenso entre os gestores e pesquisadores entrevistados.

*Com o repositório temos o registro da informação, a memória das pesquisas na mão da comunidade acadêmica, nesse momento com vocês na UFSC, eu considero isso fundamental, porque temos muito mais permanência no âmbito da comunidade acadêmica e instituições de pesquisa do que nas políticas de gestão que nem sempre se transformam em políticas de estado (Dra. Ana Márcia Silva, entrevista realizada 14/07/2011).*

A partir desses dados e discussões sobre o RIRC no âmbito das políticas públicas em esporte e lazer é possível concluir que a definição de uma política de estado no campo da gestão da informação e do conhecimento é uma demanda política que está sendo negligenciada. No outro extremo desse diagnóstico, Harnad (2010b) compreende que o

---

<sup>76</sup> Disponível em:

<http://esporte.gov.br/ascom/noticiaDetalhe.jsp?idnoticia=7722>. Acesso em 04/11/2011.

acesso aberto é uma questão jurídica e precisa ser legalmente normatizado para que não dependa apenas da vontade política de alguns gestores públicos que se alinham com a proposta.

A experiência do RIRC somada a outras iniciativas demonstram o potencial desse empreendimento, mas ainda carece de tempo e maiores investimentos para se consolidar. Espera-se que essa pesquisa contribua com a abertura de novas possibilidades de ampliação do uso das TICs no ME como prioridade e política de estado, a partir desse conjunto analítico das experiências de desenvolvimento e uso do RIRC.

#### 4.4. O RIRC NO CONTEXTO DA CULTURA PARTICIPATIVA

Todos os entrevistados reconhecem o RIRC como uma importante ação da Rede CEDES, mas na prática esse discurso se torna contraditório, pois menos de 20% do potencial do RIRC está sendo aproveitado pelos pesquisadores da Rede CEDES. Em certa medida esses dados não representam uma novidade ou anomalia no âmbito do desenvolvimento de outros repositórios digitais. De acordo com Harnad (2010b), os repositórios digitais que não funcionam de acordo com um mandado que normatize esse comportamento rigorosamente, possuem em média, uma porcentagem de auto-arquivamento de 15%. Com base nesses dados, identificamos alguns tópicos que nos permitem refletir sobre essa realidade, por exemplo, a percepção entre os entrevistados de que o RIRC representa uma inovação no campo do esporte e lazer brasileiro.

*É preciso compreender que estamos aprendendo muito e em pouco tempo, é importante termos paciência com a comunidade acadêmica para*

*poder incorporar gradativamente cada uma dessas etapas do processo de produção do conhecimento* (Dra. Ana Márcia Silva, entrevista realizada 14/07/2011).

*O repositório é algo que inova o campo no que se refere às formas de difusão e de troca, por isso acho que o campo ainda não acolheu o repositório tão bem assim* (Dr. Fernando Mascarenhas, entrevista realizada 25/05/2011).

O RIRC é uma ferramenta que surge a partir das recentes possibilidades de transformações culturais vinculadas à expansão do ciberespaço, especialmente, a partir do conceito de inteligência coletiva (LÉVY, 2010), no sentido do surgimento de novas possibilidades de práticas colaborativas e trabalho em rede. Jenkins (2009) denomina esse contexto de potenciais mudanças de *cultura participativa*, sendo que os repositórios digitais e o auto-arquivamento são exemplos que funcionam de acordo com essa lógica. Por isso, concordamos com os entrevistados que o RIRC representa uma novidade que sofre ainda certo estranhamento junto à comunidade da área.

Entretanto, compreendemos que as principais inovações do RIRC são conceituais, pois o uso técnico da ferramenta obedece à mesma lógica de sistemas já consolidados no campo acadêmico do esporte e lazer. Estamos nos referindo aos periódicos no SEER e aos trabalhos submetidos a congressos via SOAC, que possuem o processo comum de cadastro do usuário, preenchimento dos metadados e submissão dos arquivos digitais. Os principais periódicos da área utilizam a plataforma SEER e o principal congresso, CONBRACE, utiliza o SOAC desde 2008. Por outro lado, observamos que a proposta conceitual de auto-arquivamento não mobilizou significativamente os

pesquisadores da Rede CEDES a utilizarem o RIRC, ao contrário do que vêm ocorrendo com a utilização do SEER e SOAC.

*O retorno para o pesquisador no que se refere à avaliação, principalmente dos periódicos, onde existe interesse (avaliação) dos pesquisadores em publicar nesses espaços, enquanto no repositório ganha menos o pesquisador e mais o campo (Fernando Mascarenhas, entrevista realizada 25/05/2011).*

No campo acadêmico brasileiro publicar os resultados de pesquisas, sobretudo, em periódicos é uma questão de sobrevivência, especialmente dos profissionais que atuam em programas de pós-graduação. Portanto, se cadastrar em periódicos eletrônicos e utilizar essas ferramentas para submeter trabalhos envolve um alto grau de interesse pessoal por parte dos pesquisadores, pois a permanência e o prestígio desses profissionais na pós-graduação dependem desse comportamento. No caso dos repositórios digitais, esse interesse é mais fraco.

*(...) somente os professores que estão vinculados aos programas de pós-graduação já se colocaram em pauta a questão da divulgação do conhecimento e precisam fazer isso pela própria sobrevivência do sistema de pós graduação, mas fazemos isso mais enfaticamente naquilo que nos dá um resultado imediato, no Lattes (Ana Márcia, entrevista realizada 14/07/2011).*

Segundo Leite (2009), os benefícios para os pesquisadores que auto-arquivam suas produções em repositório são: organização da informação e do conhecimento da rede de trabalho que eles participam; aumento da visibilidade e impacto de suas pesquisas; prestação de

contas com a sociedade; ampliação das possibilidades de diálogo entre os pesquisadores da própria rede e com a sociedade em geral. De acordo com a Diretora do DCTEC esses aspectos não têm sido suficientes para mobilizar os pesquisadores a assumirem a responsabilidade de construir o RIRC.

*Acho que dizer da importância da circulação da informação é muito pouco. Em primeira instância esse processo poderia ser via palestras, debates, sempre ter esse tema como pauta nas reuniões de coordenadores seria uma estratégia suficiente para isso. Mas eu acho que isso não resolve. Devem ser criadas estratégias para que o produto indexado gere valor agregado para quem o deposita. Por exemplo, não adianta eu colocar toda minha produção lá se não acontece nada para mim depois (Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, entrevista realizada 19/11/2010).*

Com base nos princípios do acesso aberto (HUNGRIA, 2002), compreendemos que o auto-arquivamento se justifica como um dever moral (seguindo Habermas), sendo que os interesses pessoais dos pesquisadores são secundários nesse processo. O RIRC é um projeto de interesse público e defendemos que o auto-arquivamento é um compromisso social e político dos pesquisadores que são financiados com recursos públicos. Se os pesquisadores concordarem que suas profissões pertencem a um projeto coletivo orientado pela construção democrática do nosso país, eles não precisam de mais nenhum motivo, além deste, para auto-arquivar suas produções no RIRC. Ao contrário dos pesquisadores, as gestoras da SNDEL percebem essa proposta com clareza.

*O entendimento de que não sou eu (indivíduo) que quero guardar e divulgar uma coisa em algum lugar, pois isso seria uma ferramenta a favor de interesses individuais. O problema que está ocorrendo é a visão de muitos parceiros que entendem o repositório dessa maneira, inclusive desejam utilizar o sistema como bem quiser. Essa construção da identidade do repositório como bem coletivo deve ser construída, mas necessita da responsabilidade de cada indivíduo (...)* (Secretária/SNDEL - Rejane Penna Rodrigues, entrevista realizada 19/11/2010).

Entretanto, essa tensão entre interesses públicos e privados extrapola as fronteiras do RIRC e se configura como um desafio que permeia a estrutura da Rede CEDES como um todo. De acordo com os pesquisadores e gestores da Rede CEDES, a própria organização do trabalho em rede ainda é um processo que está em construção, pois “*não há muita tradição na produção em rede ainda*” (Dr. Giuliano Pimentel, entrevista realizada 30/06/2011) no campo do esporte e lazer brasileiro. Para Castells (2010) a organização em rede é o novo paradigma da organização econômica que começa a se estruturar na década de 1980 com a transição dos modelos industriais *fordistas* para o *toyotismo*. Essa estrutura prevê o aumento da eficiência no campo do trabalho por meio do investimento em ações colaborativas, flexibilidade e descentralização de cargos e funções, maior autonomia nos processos de tomada de decisões e do investimento para facilitar o fluxo das informações, comunicações e conhecimentos. Porém, ao mesmo tempo que essa proposta aumenta a eficiência da organização e resultados do trabalho, ela é mais difícil de ser estruturada. Segundo a Secretária da SNDEL,

*essa vivência democrática é difícil de ser aceita, porque dependendo do histórico de algumas*

*instituições ou pessoas, é melhor ter alguém para obedecer ou repudiar. Portanto, na forma como a rede é estruturada, cada um deve assumir sua parte de responsabilidade* (Secretária/SNDEL - Rejane Penna Rodrigues, entrevista realizada 19/11/2010).

A gestora traz para o diálogo um aspecto central para o funcionamento da organização do trabalho em rede, o aumento da responsabilidade de cada integrante da rede e uma proposta mais horizontal, coletiva e colaborativa de trabalho. No caso específico do RIRC, isso é representado na distribuição coletiva da responsabilidade em relação a construção da ferramenta, pois seguindo a proposta original vinculada com os repositórios digitais (HARNAD, 2010b), sem o auto-arquivamento dos pesquisadores o RIRC não funciona.

*O repositório da rede funcionaria melhor se a rede de fato funcionasse como uma rede, no que se refere ao trabalho colaborativo. Quando os pesquisadores da Rede CEDES eram chamados a se reunir, o debate sempre passava pela construção da rede, os desafios que encontrávamos enquanto rede. Nunca nos pautamos nessa dificuldade em desenvolver um trabalho colaborativo no cotidiano, talvez fosse interessante que a rede já tivesse um espaço ao longo de sua construção de difusão presencial de seus trabalhos. Congressos ou encontros da rede em que pudéssemos conhecer os trabalhos uns dos outros, para criar unidade, e ao conhecer o que os outros grupos estão produzindo buscar acessar* (Dr. Fernando Mascarenhas, entrevista realizada 25/05/2011).

Concordamos que a aproximação dos integrantes da Rede CEDES é um fator decisivo para construir a unidade dessa iniciativa, tanto fora como dentro do ciberespaço. Entre as dificuldades inerentes a

esse processo, destacamos que muitos pesquisadores da Rede CEDES relataram que exercem diversas outras funções. Geralmente, esses profissionais são docentes de cursos de graduação e pós-graduação, ocupam cargos administrativos em suas respectivas instituições, coordenam outras pesquisas e prestam serviços de consultoria para iniciativas públicas e privadas, ou seja, estão sujeitos a uma alta carga de trabalho e responsabilidades que se somam as da Rede CEDES. Respeitamos a complexidade desse contexto, mas em hipótese alguma consideramos que essa realidade justifique a sub-utilização do RIRC e o prejuízo da Rede CEDES (e de toda a comunidade da área), pois não podemos relativizar o entendimento de que os pesquisadores devem “(...) *ter a obrigatoriedade de veicular suas pesquisas, pois o dinheiro que eles estão recebendo é público*” (Dra. Gisele Schwartz, entrevista realizada 20/06/2011). Também destacamos que participar da Rede CEDES não é uma obrigação, ou seja, cada pesquisador deve avaliar se é capaz, ou não, de se integrar à rede e cumprir com suas responsabilidades.

Resgatando nossas reflexões teóricas, argumentamos que nas condições colocadas pela Dra. Gisele Schwartz e com os fundamentos da *consciência moral e do agir comunicativo* (HABERMAS, 1989), o auto-arquivamento como relação de deveres e direitos é legítima, tanto do ponto de vista moral quanto na possibilidade de criação de leis no âmbito do direito positivo. Com isso, as normas moralmente aceitas e válidas pela comunidade da Rede CEDES devem ser sistematizadas na forma de um contrato objetivo e claro que defina as obrigações de cada integrante da rede, assim como as consequências caso esse acordo não seja cumprido. Isso representa a necessidade de elaboração de um

mandado que garanta o auto-arquivamento no RIRC de acordo com o inciso 37º do 5º artigo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Nos editais da Rede CEDES de 2009 e 2011, respectivamente, as referências às obrigações dos pesquisadores com o RIRC são as seguintes:

13.5. Os convênios firmados deverão apresentar como **produtos**:

a) relatório impresso da pesquisa, digitalizado e indexado no Repositório da Rede CEDES, pelo coordenador de pesquisa, após parecer da avaliação da prestação de contas (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2009, sem grifo no original).

14.5. Os convênios firmados deverão apresentar como **produto final**:

a) relatório impresso da pesquisa, digitalizado e indexado no Repositório da Rede CEDES, pelo coordenador de pesquisa, após parecer da avaliação da prestação de contas (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2011, sem grifo no original).

De acordo com o item 13.5. do edital de 2009 entendemos que o auto-arquivamento dos relatórios de cada pesquisa financiada pela Rede CEDES configurava-se como um mandado, isto é, era um dever de cada coordenador de pesquisa. Nesse caso, a principal falha desse documento é não objetivar o que acontece ao responsável pelas pesquisas se o auto-arquivamento não fosse realizado. A proposta defendida pelo LaboMídia, no que se refere à entrada do auto-arquivamento/RIRC no edital da Rede CEDES de 2009, era que esse comportamento fosse um dos critérios de cumprimento do objeto e condição para participar nos

próximos processos de concorrência da Rede CEDES. Todavia, isso não ocorreu em 2009 e certamente não irá ocorrer em 2011, pois novamente esse conteúdo não está presente no documento que estabelece as regras para concorrer ao financiamento da Rede CEDES desse ano. Por exemplo, coordenadores de pesquisa contemplados com financiamento pelo edital de 2009 e que não procederam ao auto-arquivamento de suas produções puderam submeter novamente propostas ao edital de 2011 (e serem outra vez contemplados), já que este não pressupõe o atendimento ao previsto no edital de 2009 como critério de submissão nem de avaliação de novas propostas. Isso enfraquece a Rede CEDES e principalmente o RIRC, que dificilmente será respeitado como um dever legítimo dos coordenadores de pesquisas financiadas pelo ME, se ele é apenas citado de forma marginal no edital de chamada pública dessa ação ministerial, sem maiores consequências.

Diante desse quadro, concluímos que ainda não existe uma proposta de mandado capaz de garantir o auto-arquivamento e o funcionamento adequado do RIRC pelo caminho do direito positivo. Isso nos impõe o desafio, por enquanto, de pensar a construção do RIRC apenas no âmbito da consciência moral dos pesquisadores e se eles não desejarem utilizar a ferramenta, nada pode ser feito. Inclusive, a ausência de um mandado abre brechas para questionamentos que descaracterizam o próprio RIRC como repositório digital, uma ferramenta constitutivamente colaborativa que foi desenvolvida para funcionar por meio do auto-arquivamento (HARNAD, 2004).

Por exemplo, um dos pesquisadores entrevistados sustenta que *“todos os pesquisadores que recebam recursos públicos devem ter os seus textos e produções colocadas no repositório, não pelo pesquisador,*

*mas sim pelo próprio ME”* (Dr. Augusto Cesar Leiro, entrevista realizada 26/05/2011). Respeitamos esse posicionamento, mas de acordo com as características da organização do trabalho em rede, a lógica do auto-arquivamento pelo pesquisador é mais eficiente e moralmente defensável. Ao invés de concentrar no ME a responsabilidade da gestão da informação e do conhecimento da Rede CEDES, com o RIRC basta que cada pesquisador assuma uma pequena parcela dessa responsabilidade. A Dra. Dulce Suassuna acrescenta que:

*Se nós não temos como fazer isso, como vocês (ME e LaboMidia – administradores do RIRC) vão fazer isso para tantos pesquisadores e universidades? São 44 universidades, ou seja, é muita coisa. Pelo menos nós da UnB temos diversas publicações que ainda não conseguimos depositar no RIRC. Mas, o que foi possível nós encaminhamos* (Dra. Dulce Suassuna, entrevista realizada 07/07/2011).

As palavras da Dra. Dulce Suassuna exemplificam os fundamentos da proposta de auto-arquivamento do RIRC, uma ferramenta que foi concebida de acordo com as recentes transformações das TICs que Tim O’Reilly<sup>77</sup> chama de *Web 2.0*. Nesse cenário, a autonomia, o compartilhamento e a colaboração são características centrais nos processos de comunicação e socialização das informações e conhecimentos. Dessa forma, ressaltamos novamente que estamos nos referindo ao RIRC como uma experiência concreta de distribuição cognitiva e inteligência coletiva (LÉVY, 2010) que ocorrem em torno das relações que se estabelecem na formação de uma cultura

---

<sup>77</sup> Disponível em: <http://oreilly.com/web2/archive/what-is-web-20.html>. Acesso em 06/11/2011.

participativa (JENKINS, 2009). Portanto, compreendemos que centralizar a responsabilidade da gestão da informação e do conhecimento no ME ou no LaboMídia seria um retrocesso frente a atual proposta de auto-arquivamento do RIRC e um passo na contra mão das tendências e facilidades de interações e trabalhos que surgem no âmbito da *Web 2.0*.

Segundo uma das pesquisadoras entrevistadas, a Web 2.0 e outras transformações tecnológicas são percebidas da seguinte forma: “*o processo de informatização que vivemos na sociedade da informação é mais complicado para minha geração de pesquisadores mais velhos, do que para os que são mais jovens*” (Dra. Dulce Suassuna, entrevista realizada 07/07/2011). A influência da idade nas relações entre as TICs e as pessoas é uma temática complexa, especialmente quando envolve propostas de mudanças culturais. Contudo, o uso de computadores e da internet nas relações de trabalho deixou de ser uma opção e se tornou uma necessidade, isso se aplica às pesquisas da Rede CEDES. No nosso entendimento, a idade dos pesquisadores não é uma variável que impeça ou dificulte a apropriação técnica e conceitual do RIRC, haja vista que o uso técnico do RIRC é menos complexo do que o cadastro e manutenção do currículo Lattes, sistema de informação obrigatório no âmbito da pesquisa e da pós-graduação brasileira.

O artigo de Prenky (2001) indica que há diferenças entre os usos e significados das TICs entre jovens alunos que nasceram a partir da década de 1990, nativos digitais, e professores mais antigos, imigrantes digitais. Concordamos com o autor, mas esse argumento deve ser relativizado de acordo com os diferentes contextos culturais. Também compreendemos que após dez anos dessa reflexão proposta por

Prensky (2001) alguns imigrantes digitais já tiveram oportunidades e tempo suficiente para se adaptar aos hábitos dos nativos da geração digital. Os pesquisadores da Rede CEDES são exemplos que se enquadram nessa leitura da realidade. Dessa forma, não entendemos que a referência à idade de alguns dos pesquisadores da Rede seja um argumento que justifique o baixo uso do RIRC, porém, devemos considerar a hipótese de que nossa interpretação da realidade esteja equivocada ou demasiadamente rígida.

A solução pragmática para essa questão, e também para o excesso de trabalho e responsabilidades que integram a rotina dos pesquisadores da Rede CEDES, partiu de uma das pesquisadoras entrevistadas nessa pesquisa. A Dra. Gisele Schwartz propõe que uma prática que poderia minimizar os efeitos dessas dificuldades, seria delegar para os bolsistas mais jovens dos projetos da Rede CEDES a responsabilidade do auto-arquivamento no RIRC.

*Se em cada projeto nós conseguíssemos um monitor responsável tanto pela sistematização dos dados da própria pesquisa quanto para a divulgação no repositório e para preenchimento dos relatórios adequadamente, acho que acabaria com o problema da gestão da informação (Dra. Gisele Schwartz, entrevista realizada 20/06/2011).*

Se os problemas que impedem ou dificultam o auto-arquivamento no RIRC fossem todos resolvidos por essa ação, ainda restaria refletir com mais profundidade sobre um dos principais produtos da Rede CEDES, os resultados de pesquisas no formato de livro impresso e protegidos automaticamente pela Lei 9.610, que normatiza os direitos autorais. Para agravar essa problemática, segundo a Dra. Dulce Suassuna, “(...) alguns pesquisadores fizeram um acordo de que o

*ME pagaria 50% dos exemplares e as editoras os outros 50% para serem comercializado”* (Dulce, entrevista realizada 06/07/2011). Com isso, instituiu-se a dúvida se a disponibilização digital dos livros em acesso aberto no RIRC violariam os direitos autorais e impediriam a comercialização da obra em formato impresso. Primeiramente, compreendemos que os direitos autorais dos livros que foram produzidos como consequência das pesquisas financiadas pela Rede CEDES não devem ser transferidos para editoras privadas, pois isso significa privatizar o que é de domínio público.

Todavia, o ME financia apenas uma quantidade limitada de exemplares de livros impressos e devido a qualidade desses trabalhos, cria-se uma demanda de reedições impressas dessas obras. Nesse caso, nos fundamentamos em Lemos (2005) para afirmar que os pesquisadores podem comercializar a versão impressa do livro em parceria com editoras e isso pode ser realizado sem impedir a disponibilização digital da obra em acesso aberto no RIRC. Para isso, os pesquisadores podem utilizar uma das variações de licenças criativas<sup>78</sup> para licenciarem seus respectivos livros.

#### **4.4.1. Desdobramentos do RIRC**

*Eu não conhecia os repositórios, conheci a ferramenta através do RIRC. Um dos grandes desejos que eu sempre tive em relação ao Centro de Memória do Esporte da UFRGS - CEME era de colocar esse acervo que temos de forma digitalizada e disponível para quem quiser acessar* (Dra. Silvana Goellner, entrevista realizada 13/09/2011).

---

<sup>78</sup> Disponível em: <http://www.creativecommons.org.br/>. Acesso em 06/11/2011.

Em apenas um ano de funcionamento, o RIRC foi tomado como modelo para o desenvolvimento de outro repositório digital no campo da educação física e esportes, que é coordenado pela professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Dra. Silvana Goellner<sup>79</sup>, que também faz parte da Rede CEDES. Desde 2003, a pesquisadora foi contemplada com recursos da Rede CEDES para financiamento de projetos associados com o CEME da Escola de Educação Física (ESEF) da UFRGS, sob sua coordenação.

O CEME foi implantado em dezembro de 1996 tendo como objetivo reconstruir, preservar e divulgar a memória do esporte, da educação física, do lazer e da dança no Brasil. Para tanto, são desenvolvidas pesquisas históricas, exposições, mostras de fotografias, oficinas temáticas, palestras, entre outras atividades. Além de atingir especialistas, está voltado para o público em geral, disponibilizando a documentação histórica de diversas formas: via computador, catálogos bibliográficos, exposições, mostras fotográficas, palestras, oficinas, cursos e resultados de pesquisa<sup>80</sup>.

Além do vínculo com a Rede CEDES, a pesquisadora também é responsável pela organização, preservação e disponibilização da memória do PST que é outro programa do ME. Dessa forma, a Dra. Silvana Goellner elaborou um projeto de desenvolvimento do

---

<sup>79</sup> A Dra. Silvana Goellner foi selecionada para fazer parte dos entrevistados dessa pesquisa de acordo com os mesmos critérios de seleção dos outros entrevistados; entretanto, durante o encontro com a entrevistada ficamos sabendo que ela estava desenvolvendo um repositório digital, e no momento da própria entrevista esse passou a ser o foco do diálogo.

<sup>80</sup> Disponível em <http://www.esef.ufrgs.br/ceme/>. Acesso 12/11/2011.

repositório digital CEME<sup>81</sup> e conseguiu um financiamento do ME para execução do mesmo. Os recursos foram destinados à compra de equipamentos que garantissem a infraestrutura operacional do repositório, sob a responsabilidade do Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFRGS. Em troca desses investimentos, o CPD se prontificou em desenvolver e garantir o funcionamento do repositório.

A UFRGS é uma das instituições mais avançadas no uso de repositórios digitais para gestão da informação e do conhecimento científico no Brasil. A universidade foi uma das contempladas pelo edital/2009<sup>82</sup> do IBICT que distribuiu servidores para implantação de repositórios digitais em instituições públicas de ensino superior. O Lume, nome atribuído ao repositório digital da UFRGS, disponibiliza em acesso aberto mais de quatro mil artigos publicados em periódicos pelos pesquisadores da instituição. Assim como o RIRC, o Lume e o repositório do CEME foram desenvolvidos a partir do *DSpace*, sendo que foram as funcionalidades da ferramenta que despertaram o interesse da Dra. Silvana Goellner em se apropriar do *DSpace* no âmbito das pesquisas e trabalhos que ela coordena em relação à memória do esporte brasileiro.

*Eu conheci o DSpace pelo RIRC. Em conversa com o pessoal do CPD da UFRGS eles disseram que era possível criar um repositório, mas eles não tinham espaço para todo material que nós tínhamos. (...) Nesse processo que tem uns 3 ou 4 meses nós temos aprendido muito com os repositórios, desde a escolha das comunidades até as coleções (Dra. Silvana Goellner, entrevista realizada 13/09/2011).*

---

<sup>81</sup> Disponível em: <http://www.repositorioceme.ufrgs.br/>. Acesso 12/11/2011.

<sup>82</sup> Disponível em: <http://www.ibict.br/noticia.php?id=599>. Acesso 12/11/2011.

A pesquisadora destaca que os diferenciais mais significativos da ferramenta são a interoperabilidade, a facilidade de administração e os metadados. Essas descrições que fizemos até aqui demonstram que a Dra. Silvana Goellner se apropriou conceitualmente de forma significativa em relação as propostas inerentes dos repositórios digitais, isso revela um contraste sobre as dificuldades que relatamos nessa pesquisa a respeito das potencialidades e relevância dos repositórios digitais que ainda são mal compreendidas na área.

Segundo Taylor (2009), os metadados são estruturas indispensáveis para a otimização da recuperação de informação na *Web*, principalmente porque contribuem com a qualidade dos dados disponíveis na rede mundial de computadores. Porém, diferentemente da Dra. Silvana Goellner, alguns usuários do RIRC não entendem que o preenchimento dos metadados corretamente é de suma importância para recuperação e organização da informação na *Web*, inclusive, muitos alegam que esse processo é muito trabalhoso e consome muito tempo. Isso representa objetivamente a falta de compreensão sobre a relevância desse procedimento, em contraste com ampliação da relevância dos metadados reconhecidos pela Dra. Silvana Goellner.

*Eu acho que a ferramenta é riquíssima, ela nos dá múltiplas possibilidades, principalmente para nosso acervo histórico, pois eu posso contar a história da peça, que é uma história viva. Digamos que uma medalha sai para uma exposição, no outro dia eu posso inserir essa informação no sistema. Para mim, os repositórios são uma grande “sacada” em termos de acessibilidade do conhecimento (Dra. Silvana Goellner, entrevista realizada 13/09/2011).*

Outro aspecto que nos chama a atenção nas experiências de construção do repositório do CEME, se refere à lógica do auto-arquivamento. De acordo com as especificidades do trabalho de garantir a preservação e o acesso da memória do CEME e do PST, o uso do *DSpace* foi adaptado para não funcionar de acordo com a lógica do auto-arquivamento. Isso significa que o depósito dos itens no sistema é realizado pela própria Dra. Silvana Goellner e sua equipe de trabalho.

*Grande parte do que esta no sistema eu acabei “repositando”<sup>83</sup>, para conhecer a ferramenta. Autorizar ou não, aprovar ou não um item e editar-lo depois que eles estão no ar, enfim, to aprendendo a lidar com isso (Dra. Silvana Goellner, entrevista realizada 13/09/2011).*

Avaliamos que essa adaptação é legítima e coerente, entretanto marca uma diferença determinante entre as propostas de repositórios do RIRC e do CEME. No caso do repositório desenvolvido pela Dra. Silvana Goellner, a responsabilidades de construção do sistema é centralizado nela e seu grupo de trabalho. Dessa forma, o depósito de itens no repositório do CEME depende de poucos usuários que tem acesso à todo material que deva ser disponibilizado na ferramenta, enquanto no RIRC essa tarefa depende de todos os pesquisadores da Rede CEDES e os objetos digitais estão espalhados pelas cinco regiões do país.

*Só de documentos, nós temos mais de mil digitalizados que já estão começando a ser inseridos no repositório do CEME. Estamos fotografando os artefatos, as medalhas e*

---

<sup>83</sup> A Dra. Silvana Goellner nos relatou na entrevista que está utilizando um novo verbo para se referir ao processo de submissão de itens nos repositórios digitais. O neologismo criado pela pesquisadora é “repositar”.

*buscando identificar esses objetos. Apenas de fotografia, temos mais três mil* (Dra. Silvana Goellner, entrevista realizada 13/09/2011).

Segundo a pesquisadora, a experiência de desenvolvimento do repositório do CEME está contribuindo significativamente com a equipe do CPD responsável pelo Lume. Eles estão cogitando a elaboração de uma proposta em que cada centro da universidade tenha seu próprio repositório e que as políticas de uso desses sistemas incorporem outras produções digitais além das produções científicas. Essa proposta também poderia ser considerada pelo ME, sendo que já existem dois repositórios associados com programas e ações desse ministério. Percebemos que o RIRC e o repositório do CEME são projetos que indicam um caminho necessário para a construção de uma política de gestão da informação e conhecimento no ME.

*Eu acho que falta para o ME essa visão da importância de investir, não só nos ministérios como nas outras instituições, a importância de garantir a preservação desses acervos e a acessibilidade deles hoje e utilizar essas ferramentas para isso, especialmente porque o CEDIME não andou.* (Dra. Silvana Goellner, entrevista realizada 13/09/2011).

O RIRC e o repositório do CEME são iniciativas relativamente independentes do ME, ou seja, são apoiadas e financiadas pelo ministério a despeito de uma organização interna que considere a gestão da informação e do conhecimento como política pública útil e necessária. Se esses repositórios deixassem de ser propostas marginais no contexto da administração ministerial, eles deveriam ser uma das estruturas de uma organização que envolva todo o ME. Os repositórios

são ferramentas muito eficientes e indispensáveis em projetos democráticos de governança, com isso, o ME pode se tornar um exemplo a ser seguido por outros ministérios brasileiros caso seja pioneiro na organização de uma proposta de gestão da informação e conhecimento que envolva todo ME.

*Com relação ao PST, o que eu percebi é o quanto o repositório facilita a gestão pública ao organizar esses documentos. No repositório estão disponíveis informações que podem ajudar a contar a própria história do governo, divulgar o programa, enfim varias possibilidades (Dra. Silvana Goellner, entrevista realizada 13/09/2011).*

Com base nos exemplos do RIRC e do repositório do CEME, ressaltamos que de acordo com Harnad (2004a), os repositórios digitais foram concebidos para funcionar sob a lógica do auto-arquivamento. Compreendemos que esse comportamento é a possibilidade mais inovadora e positiva inerente a essas ferramentas. O fundamento desse entendimento reside, sobretudo, nas reflexões de Lévy (2010) e Jenkins (2009), por meio dos conceitos de cibercultura, inteligência coletiva e cultura participativa. As contribuições de Habermas (ARAGÃO, 1992), também são centrais para fundamentar o auto-arquivamento como uma proposta democrática e potencialmente transformadora, pois ele representa um caminho para a autonomia. Por conta disso, compreendemos que o RIRC se configura como uma proposta única de gestão da informação e do conhecimento no campo do esporte e lazer brasileiro, no que se refere ao preceito do auto-arquivamento. Apesar de não termos dados sobre o funcionamento de outros repositórios digitais no país, sabemos que a maioria das ferramentas desenvolvidas no Brasil,

inclusive nas universidades contempladas com servidores do edital da IBICT, funcionam sem auto-arquivamento (como o LUME/UFRGS), o que se caracteriza, no mínimo, como uma contradição ao conceito original da ferramenta.

Isso significaria reduzir os repositórios digitais a partir do fim utilitário da própria ferramenta e desconsiderar as potencialidades de transformações culturais que esses sistemas possibilitam. De acordo com os princípios da via verde do acesso aberto (HARNAD, 2004a), esse é um equívoco que não podemos cometer na gestão da informação e do conhecimento no Brasil.

#### **4. CONCLUSÕES**

Observamos que o RIRC é percebido pelos integrantes da Rede CEDES, gestores e pesquisadores entrevistados, como uma iniciativa estratégica no caminho para a qualificação da política pública brasileira em esporte e lazer. Entendemos que apesar de algumas limitações, os entrevistados compreendem os propósitos básicos do sistema, tanto os conceituais quanto os práticos. Porém, esse contexto apresenta profundas contradições entre a reprodução de discursos que enaltecem o RIRC e sua relevância acadêmica, política e social, enquanto que os

dados do próprio sistema, do total das produções da Rede CEDES (SCHWARTZ, 2010) e os poucos esforços coletivos dos integrantes da rede em relação ao RIRC indicam que ele é sub-utilizado pelos pesquisadores, que usam menos de 20% da capacidade da ferramenta, e pelos gestores do ME, que não percebem o RIRC como uma prioridade da Rede CEDES e do ME.

Esse cenário se torna ainda mais problemático ao recordarmos que o projeto de desenvolvimento do RIRC foi demandado e aprovado por representantes de toda comunidade da Rede CEDES, que assumiram publicamente a responsabilidade coletiva referente à construção do RIRC. Ou seja, compreendemos que há uma contradição entre uma representação ideal do RIRC presente no discurso dos integrantes da Rede CEDES que não se materializou a contento na prática. Essas primeiras considerações que apresentamos fornecem sólidos subsídios para interpretarmos que a compreensão do RIRC não é suficiente para mobilizar e garantir satisfatoriamente o uso, assim como as pretensões acadêmicas, sociais e políticas da ferramenta.

Identificar e refletir sobre esses dados não é tarefa simples e nos exige um cuidado redobrado para não reduzir essa realidade de forma maniqueísta. Essa complexidade passa pelas dificuldades descritas por Habermas (1989) e de início envolve um debate filosófico denso no âmbito da moral, especificamente, o posicionamento dicotômico entre os céticos e cognitivistas.

Para refletir sobre esse achado da pesquisa, mesmo que de forma exploratória, direcionamos nossas forças para buscar estratégias capazes de criar condições para construir um entendimento coletivo mais profundo sobre o RIRC e o acesso aberto, um entendimento que

legítima uma normatização objetiva, sobretudo, para garantir a universalidade (U)<sup>84</sup> do acesso aberto e do auto-arquivamento com base em Habermas (1989). Dessa forma, compreendemos que o acesso aberto deve se tornar um eixo de discussão sistematizada entre os integrantes da Rede CEDES e uma das metas inerentes ao cumprimento do objeto dos contratos firmados entre os pesquisadores e o ME. Dessa forma, não descartamos as dificuldades e contra-argumentos sobre essa proposta de universalização do acesso aberto vinculada ao RIRC, mas compreendemos que os benefícios da iniciativa justificam a busca pelo fortalecimento de um consenso em torno do acesso aberto como política pública, não apenas da Rede CEDES como de todo o ME.

Nesse contexto, é relevante destacar que a concepção do RIRC está associada com um projeto transparente e ambicioso de uso das TIC's para ampliar a socialização democrática da informação e do conhecimento científico em esporte e lazer no Brasil. Nesse sentido, tratamos o RIRC como um exemplo específico de desenvolvimento tecnológico comprometido com a construção da cidadania em nosso país. De acordo com Aragão (1992), isso representa um passo em direção ao resgate da nossa capacidade reflexiva e de decisão sobre o significado do conhecimento científico e tecnológico, que nesse caso não é apenas orientado pela racionalidade instrumental do controle e domínio da natureza e dos homens. Compreendemos que o RIRC, salvo suas limitações, é um exemplo de solução tecnológica que

---

<sup>84</sup> O conceito de universal (U) utilizado nesse trabalho foi apresentado no subcapítulo 2.1 desse trabalho. "(U) Toda norma válida tem que preencher a condição de que as conseqüências e efeitos colaterais que previsivelmente resultem de sua observância *universal*, para a satisfação dos interesses de *todo* indivíduo possam ser aceitas sem coação por *todos* os concernidos" (HABERMAS, 1989, p. 147).

potencialmente resgata a dimensão crítica da razão moderna como um caminho para a autonomia. Com base na autora, compreendemos que o RIRC surge primeiro como uma possibilidade vinculada ao mundo vivido, a busca pela emancipação, e não como uma reprodução irrefletida da dimensão política e econômica sistêmica da sociedade vinculada com o poder e o dinheiro.

Os integrantes da Rede CEDES expressaram com diferentes palavras e muitas vezes de forma fragmentada essa compreensão nas entrevistas realizadas nessa pesquisa. Todavia, os mesmos sempre ressaltam que o RIRC é uma inovação no campo do esporte e lazer brasileiro e que isso explicaria parte da sub-utilização da ferramenta. Consideramos coerente essa hipótese, haja vista que as discussões teóricas e as práticas de gestão da informação e do conhecimento científico ainda estão restritas a um pequeno número de interessados da área. Porém, compreendemos que esse diagnóstico não justifica, ou explica, a sub-utilização operacional do RIRC, pois o uso da internet faz parte do cotidiano obrigatório de trabalho dos pesquisadores da Rede CEDES. O cerne dessa realidade são dificuldades conceituais que envolvem transformações na cultura da produção, organização e disponibilização das publicações desses profissionais. Um dos desdobramentos desse contexto se refletiu na condução e nos resultados das entrevistas, pois não foi possível tratar de pontos mais específicos e já presentes na literatura relativa ao acesso aberto e aos repositórios digitais. Por exemplo, não foi possível dialogar satisfatoriamente com os entrevistados sobre o papel do software livre no processo de construção do RIRC, porque esse tema representa uma novidade conceitual para o campo.

No âmbito mais específico da gestão pública, compreendemos que o ME poderia deixar de considerar o RIRC como um projeto piloto e garantir a manutenção e ampliação da ferramenta de forma duradoura, pois o isolamento do RIRC na estrutura política e administrativa do ME o reduz a uma condição marginal de investimentos financeiros e de recursos humanos. Em um ano de funcionamento, o RIRC foi acessado por mais de 114 mil internautas<sup>85</sup>, um número relativamente pequeno em comparação ao potencial do sistema, entretanto, essa quantidade de acessos é significativa se considerarmos os limites estruturais e humanos desse projeto e o investimento apenas na disponibilização dessas pesquisas em formato impresso.

Compreendemos que esta condição desprivilegiada do RIRC na estrutura do ME se refletiu no uso da ferramenta pelos pesquisadores da Rede CEDES. Essa situação explica mais uma parcela dos dados que atestam a sub-utilização do RIRC, que conta com apenas 22% do total de extratos de relatórios e 15% do total das produções da Rede CEDES disponíveis no sistema. O complemento para fundamentar essa interpretação nos indica que conhecer e perceber a relevância do RIRC no âmbito da política pública em esporte e lazer brasileiro, não é suficiente para mobilizar os pesquisadores da rede a auto-arquivarem suas produções no RIRC. Segundo Harnad (2010b), a elaboração e cumprimento de um mandado seria necessário para modificar esse cenário.

Junto com o mandado, observamos que o entendimento da organização do trabalho em rede e da centralidade da informação e do

---

<sup>85</sup> Disponível em: <http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui/statistics>. Acesso em 07/12/2011.

conhecimento em nossa sociedade (CASTELLS, 2010); do papel da ciberespaço (LÉVY, 2010); e as possibilidades da construção de uma cultura participativa (JENKINS, 2009) são conceitos que poderiam contribuir com o fortalecimento do RIRC e do acesso aberto como política pública do ME. Entretanto, isso depende da reestruturação do complexo jogo de interesses que envolvem as decisões do poder público.

O segundo passo seria pensar na ampliação e materialização dessa proposta. A partir das experiências do RIRC e do repositório do CEME, o ME poderia considerar a organização e desenvolvimento de um Repositório Institucional do Ministério do Esporte (RIME). Com isso, os gestores públicos e a sociedade brasileira teriam a oportunidade de aumentar a participação coletiva e democrática da população na gestão pública, facilitando o acesso às informações de interesse público e aumentando a transparência da gestão. O RIME poderia ser organizado de acordo com a própria estrutura das secretárias, programas e ações do ME:

## **REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE (RIME)<sup>86</sup>**

### **- Comunidades do RIME**

- Secretaria Executiva
- Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;

---

<sup>86</sup> Proposta desenvolvida a partir da atual estrutura organizativa do ME, disponível no site em 11/01/2012.

- Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor;

- Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento.

- **Subcomunidades da Secretaria Executiva**

- Editais, licitações e prestação de contas

- Conferência Nacional do Esporte

- Lei de Incentivo ao Esporte

- Pintando a Liberdade

- Praça da Juventude

- Praças do PAC

- **Subcomunidades da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social**

- Programa Segundo Tempo

- Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social

- Esporte e Lazer na Cidade (PELC)

- Jogos Indígenas

- Rede CEDES<sup>87</sup>

- Pintando a Cidadania

- **Subcomunidades da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor**

---

<sup>87</sup> De acordo com edital da Rede CEDES/2011 essa ação passaria a integrar a Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, Coordenação-Geral de Ciência, Tecnologia e Inovação Rede CEDES, da Secretaria Executiva do ME.

Disponível em:

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/editalPelcRedeCedes2011.pdf>. Acesso em 11/01/2012.

- Reforma do Código Brasileiro de Justiça Esportiva
  - Copa do Mundo de 2014
  - Timemania
  - Torcida Legal
- 
- **Subcomunidades da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento**
    - Descoberta do Talento Esportivo
    - Bolsa Atleta
    - Calendário Esportivo Nacional
    - Rede CENESP
    - Megaeventos
    - Brasil no Esporte de Alto Rendimento

Esse desenho é apenas uma ilustração superficial de uma proposta de gestão da informação e do conhecimento que envolva todo ME. Certamente, esse projeto gera a necessidade de mudanças profundas na organização e administração da coisa pública, pois o RIME faz parte de um projeto de democratização, trabalho colaborativo e transparência. Num país em que a corrupção e a má utilização do dinheiro público é uma tradição, os repositórios digitais poderiam se tornar uma ferramenta na transformação dessa cultura política corrompida. Quem sabe, o ME poderia ser a primeira instituição pública nacional a assumir esse compromisso com a sociedade brasileira, de organizar e preservar a memória do país. Os pesquisadores da Rede

CEDES poderiam ser os líderes desses processo, porém, isso depende da vontade política da atual gestão do ME.

Reportando-nos aos achado da pesquisa de Kawaguti (2010), dispostos na tabela 2, página 40, os estudos do eixo memória do esporte e lazer da Rede CEDES representam quase um quinto das pesquisas (19,58%), grande parte delas relacionadas a levantamento de fontes para construção de centros de memória. Diante desses dados, compreendemos que a melhor utilização do RIRC e a ampliação dos repositórios digitais facilitaria a realização de pesquisas nessa perspectiva no futuro. Aproveitamos essa reflexão para finalizar este texto, realçando a relevância atual do auto-arquivamento no âmbito da gestão da informação e do conhecimento relacionada com o nosso presente, porque no futuro, serão essas produções que possibilitarão as pesquisas sobre a memória do esporte e lazer no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1985.

AGUIAR, Vicente Macedo. **Software livre, cultura hacker e o ecossistema da colaboração**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

ALLEN, James. **Interdisciplinary differences in attitudes towards deposit in institutional repositories**, 2005. (Unpublished) [Thesis]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/handle/10760/6957>. Acesso em 12/12/2011.

ANTELMAN, Kristin. *Do open access articles have a greater research impact?* **College & Research Libraries**, v. 65, n. 5, p. 372-382, May 2004. Disponível em:

<http://eprints.rclis.org/handle/10760/5463#.TuYTJnOofio>. Acesso em 12/12/2011.

ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo, edição revisada e atualizada**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOGDAN, Robert; BINKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e métodos*. Porto/Pt: Porto Editora, 1991.

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da Ação Comunicativa: uma leitura de Habermas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

BRANCO, Marcelo D'Ellia. **Software Livre na Administração Pública Brasileira**. 2004. Disponível em:  
[http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/sl000002.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/sl000002.pdf). Acesso em 12/12/2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em 12/12/2011.

BRASIL. Projeto de Lei 41, 2010. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=76801&tp=1>. Acesso em 14/10/2011.

BRASIL. LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Esta Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9610.htm>. Acesso em 12/12/2011.

BRASIL. **III Conferência Nacional de Esportes: Linha 5 – Ciência e Tecnologia**, Brasília, 2010b. Disponível em:

<http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/plenariaLinha5.pdf>. Acesso 12/01/2012

**Busapest Open Access Initiative**. 2002. Disponível em:

<http://www.soros.org/openaccess/read>. Acesso em 12/12/2011

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli.

**Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Imprensa Oficial e AARQ-SP, 1996.

COSTA, Sely M. S. *Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica*. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006.

DIBONA, Chris *et al.* **Open sources: voices from the open source revolution.** 1999. Disponível em:  
<http://oreilly.com/catalog/opensources/book/toc.html>.

DURASPACE, The Fundation. **Dspace Manual: Release 1.6.2. 2010.** Disponível em: [http://www.dspace.org/1\\_6\\_2Documentation/Dspace-Manual.pdf](http://www.dspace.org/1_6_2Documentation/Dspace-Manual.pdf)

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **A Educação Física na crise da modernidade.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

FERRARI, Duarte Rodrigo; LAZZAROTTI FILHO, Ari; JUCÁ, Kathia Regina L.; PIRES, Giovani De Lorenzi. **Conhecimento em esporte e lazer: o Repositório Institucional da Rede CEDES como base documental para a gestão pública e a formação acadêmica.** CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 17, CONICE, 4, 2011, Anais... Porto Alegre: CBCE, 2011. Disponível em:  
<[http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/XVII\\_CONBRACE/2011](http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/XVII_CONBRACE/2011)>. Acesso em: 27 set. 2011.

GOELLNER, Silvana *et al.* **Pesquisa Qualitativa na Educação Física Brasileira: Marco Teórico e Modos de Usar.** - doi: 10.4025/reveducfis.v21i3.8682. **Journal of Physical Education/UEM, North America**, 21 jul. 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como "ideologia".** Lisboa: Edicoes 70, 2006.

HARNAD, Steven *et al.* **The green and the gold roads to Open Access.** Nature Web Focus, 2004a.

HARNAD, Steven; BRODY, Tim. *Comparing the Impact of Open Access (OA) vs. Non-OA Articles in the Same Journals.* **D-Lib Magazine**, 10 (6). ISSN 1082-9873, 2004b. Disponível em:  
<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/10207/1/06harnad.html>

HARNAD, Steven. *The Open Challenge: A Brief History*. **Public Service Review: European Science & Technology**, 9 . pp. 13-15. 2010a. Disponível em: <http://eprints.ecs.soton.ac.uk/21816/1/pubservrefFIN.pdf>

HARNAD, Steven. *Open Access to Research: Changing Researcher Behavior Through University and Funder Mandates*. In: **EDEM, 2010b: Proceedings of the 4th International Conference on E-Democracy**, pp. 13-22, Austrian Computer Society, 2010b.

HARNAD, Steven. *Gold Open Access Publishing Must Not Be Allowed to Retard the Progress of Green Open Access Self-Archiving*. **Logos: The Journal of the World Book Community**, 21 (3-4). pp. 86-93. ISSN 1878-4712, 2010c. Disponível em: <http://eprints.ecs.soton.ac.uk/21818/1/logospaper.pdf>

HARNAD, Steven. **Open Access Is a Research Community Matter, Not a Publishing Community Matter**. Lifelong Learning in Europe. 2011. Disponível em: <http://eprints.ecs.soton.ac.uk/22403/1/harnad-LLinE-1.pdf>

HUNGRIA. **Busapest Open Access Initiative**. 2002. Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess/read>. Acesso em 12/12/2011

KAWUAGUTI, Cristiane Naomi. *Análise dos projetos financiados pela Rede CEDES*. In: SCHWARTZ, Gisele Maria *et al.* **Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer: Balanço da Rede CEDES**. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

KURAMOTO, Hélio. *Repositórios Institucionais: políticas e mandatos*. In: SAYÃO, Luis *et al.* **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador : EDUFBA, 2009.

KUNZ, Elenor. **Educação física: ensino & mudanças**. Ijuí: Ed UNIJUI, 1991.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2º ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry. **Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century**. The MacArthur Foundation, 2011. Disponível em:  
[http://digitalllearning.macfound.org/atf/cf/%7B7E45C7E0-A3E0-4B89-AC9C-E807E1B0AE4E%7D/JENKINS\\_WHITE\\_PAPER.PDF](http://digitalllearning.macfound.org/atf/cf/%7B7E45C7E0-A3E0-4B89-AC9C-E807E1B0AE4E%7D/JENKINS_WHITE_PAPER.PDF). Acesso em 12/12/2011.

LEMOS, Ronaldo. **Creative Commons, mídias e as transformações recentes do direito da propriedade intelectual**. Revista de Direito da GV, v. 1, n. 1 – p. 181-187, maio, 2005.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: IBICT/MCT, 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3º ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MASSON, Sílvia Mendes. **Os Repositórios digitais no âmbito da Sociedade Informacional**. PRISMA.COM n° 7, 2008. (ISSN: 1646 – 3153).

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Apresentação Rede CEDES**. Disponível em:  
<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em 12/12/2011.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Editais Rede CEDES**. 2009. Arquivo pessoal, disponível em pdf.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Editais Rede CEDES**. 20011. Disponível em:  
<http://esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/editaisRedeCedes2011.pdf>.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Programa Nacional de Banda Larga**. 2010. Disponível em:  
<http://www4.planalto.gov.br/brasilconectado/pnbl>. Acesso em 12/12/2011.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, 1948.

O'RILLEY, Tim. **Free Downloads vs. Sales: A Publishing Case Study**. 2007. Disponível em: <http://radar.oreilly.com/archives/2007/06/free-downloads.html>. Acesso em 12/12/2011.

PIRES, Giovani De Lorenzi (org.). **O Brasil na Copa, a Copa no Brasil: registros de agendamento para 2014 na cobertura da midiática da Copa da África do Sul**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011.

PEREIRA, Laércio Elias. **Centro Esportivo Virtual: Um recurso de informação em educação física e esportes na internet**. Tese (Doutorado em Educação Física). Campinas, FEF/Unicamp, 1998.

REESE-SCHÄFER, Walter. **Compreender Habermas**. Petropolis – RJ: Editora Vozes, 2009.

SALE, Arthur. *et al. Open Access Mandates and the "Fair Dealing" Button*. In: **Dynamic Fair Dealing: Creating Canadian Culture Online** (Rosemary J. Coombe & Darren Wershler, Eds.), 2012. Disponível em: <http://eprints.ecs.soton.ac.uk/18511/1/saledraftv5.pdf>

SANTIAGO, Danilo Roberto Pereira. *Impacto dos projetos, sob o olhar dos pesquisadores*. In: SCHWARTZ, Gisele Maria *et al. Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer: Balanço da Rede CEDES*. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

SWAN, Alma. *The culture of Open Access: researchers' views and responses*. In: Jacobs, N., Eds. **Open Access: Key Strategic, Technical and Economic Aspects**. Oxford: Chandos/ 52-59, 2006. Disponível em: <http://eprints.ecs.soton.ac.uk/12428>. Acesso em 12/12/2011.

SOMPEL, Herbert Van. *The Santa Fe Convention of the Open Archives Initiative*. **D-Lib Magazine**, Volume 6 Number 2, ISSN 1082-9873.

2000. Disponível em: <http://igitur-archive.library.uu.nl/DARLIN/2005-0526-201605/VandeSompelDLib2000SantaFe.htm>

SCHWARTZ, Gisele Maria (Org.). **Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer: Balanço da Rede CEDES**. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

TANSLEY, Robert. SMITH, Mackenzi. WALKER, Julie Harford. *The DSpace Open Source Digital Asset Management System: Challenges and Opportunities*. **Springer Lecture Notes in Computer Science**, Volume 3652, Sep 2005. Disponível em: <http://dspace.mit.edu/handle/1721.1/29462>

TAYLOR, Arlene G.; JOUDREY, Daniel N. **The organization of information**. 3 ed. Westport: Libraries Unlimited, 2009.

WEENINK, Kasja. *et al.* **A Driver's Guide to European Repositories**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008.

## APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas

### **1. Histórico e contexto dos entrevistados relativos ao RIRC e Rede CEDES;**

- Como foi a sua participação no processo de construção da Rede CEDES?
- Quais foram os núcleos e projetos que você coordenou ou participou?
- Qual a importância histórica da Rede CEDES no âmbito do esporte e lazer brasileiro, assim como os limites e possibilidades de melhora dessa ação ministerial?
- Como você avalia a Rede CEDES em comparação com outros programas no ME, como o Segundo Tempo?
- Como você avalia as possibilidades de continuidade da Rede CEDES em função da transição de governo e gestores do ME? (Extinção da SNDEL)

### **2. Ações e compreensões sobre o acesso aberto no âmbito das políticas públicas em esporte e lazer no Brasil;**

- Qual a importância do acesso aberto à informação e conhecimento científico para área do esporte e lazer brasileiro?
- Você publicou algum livro a partir das pesquisas da Rede CEDES? Quais? Como os livros foram licenciados (direitos autorais)?

### **3. Usos, limites e possibilidades do RIRC;**

- Qual a importância do RIRC no âmbito do esporte e lazer brasileiro?
- Como você avalia o uso do RIRC em relação ao auto-arquivamento e a proposta de organizar, preservar e disponibilizar as produções da Rede CEDES?
- Você acha que a proposta do RIRC deveria ser ampliada para contemplar outros programas e ações do ME? Por quê?

### **4. Importância e auto-reflexão sobre o comportamento de disponibilizar suas próprias produções científicas de forma irrestrita;**

- Qual a importância que você atribui a disponibilização das suas próprias produções no repositório?
- Quais são as dificuldades que você identifica para a massificação desse processo?

### **5. Relações entre conhecimento e tecnologia a partir das experiências dos entrevistados;**

- De forma mais ampla, como você percebe o caso do RIRC e outras TICs no âmbito da gestão da informação e do conhecimento?

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é **Rodrigo Duarte Ferrari**, sou aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina e pretendo desenvolver a pesquisa **“GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM ESPORTE E LAZER: o caso do Repositório Institucional Rede CEDES (RIRC)”**, que objetiva pensar teoricamente os Repositórios Digitais (RD´s) no campo das ciências da informação e no movimento mundial que promove o acesso aberto à informação e conhecimento científico; compreender as possíveis contribuições de ferramentas como os RD´s para o Esporte e Lazer; descrever e refletir sobre o processo de desenvolvimento do Repositório Institucional Rede CEDES (RIRC); identificar e refletir sobre os limites e as possibilidades do RIRC enquanto promotor de autonomia e ações colaborativas no campo do Esporte e lazer brasileiro. O trabalho se justifica principalmente pela demanda de soluções no âmbito da gestão da informação e conhecimento no campo do esporte e lazer capazes de organizar, preservar e disponibilizar livremente a informação e o conhecimento científico da área no que tange a criação e desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam o Esporte e Lazer brasileiros. Os sujeitos da pesquisa são os gestores e coordenadores de pesquisas previamente selecionados que constituem a Rede CEDES, uma ação programática do Ministério do Esporte, vinculada o Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semi- estruturadas que serão analisadas num segundo momento de acordo com os objetivos da presente pesquisa.

**Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo que pretendemos realizar ou não quiser mais fazer parte deste, sinta-se a vontade para entrar em contato pelo e-mail [rd.ferrari@gmail.com](mailto:rd.ferrari@gmail.com) ou pelo telefone (48) 9959-4409.**

Pesquisador principal: \_\_\_\_\_  
Rodrigo Duarte Ferrari (rd.ferrari@gmail.com)

Pesquisador responsável: \_\_\_\_\_  
Giovani De Lorenzi Pires (giovanipires@cds.ufsc.br)

Eu, \_\_\_\_\_  
fui devidamente esclarecido (a) sobre a pesquisa **“GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM ESPORTE E LAZER: o caso do Repositório Institucional Rede CEDES (RIRC)”** e concordo que os meus dados sejam utilizados exclusivamente na realização da pesquisa.

(local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

Assinatura: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

## ANEXO A – Certificado CEPESH/UFSC

02/05/2011

Certificado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão  
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

**CERTIFICADO** Nº 1907

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, instituído pela PORTARIA N.º 0584/GR.99 de 04 de novembro de 1999, com base nas normas para a constituição e funcionamento do CEPSH, considerando o contido no Regimento Interno do CEPSH, **CERTIFICA** que os procedimentos que envolvem seres humanos no projeto de pesquisa abaixo especificado estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.

**APROVADO**

PROCESSO: 1907

FR: 411204

TÍTULO: GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM ESPORTE E LAZER: o caso do Repositório Institucional Rede CIDES (RIRC)

AUTOR: Giovanni De Lorenzi Pires, Rodrigo Duarte Ferrari

FLORIANÓPOLIS, 25 de Abril de 2011.

Coordenador do CEPESH/UFSC

**ANEXO B - Ofício explicativo da parceria LaboMídia/UFSC e  
DCTEC/SNDEL/ME**

**Universidade Federal de Santa Catarina LaboMídia – Laboratório e  
Observatório da Mídia Esportiva**

**Repositório Institucional da Rede CEDES – DCTEC/SNDEL/ME**

Florianópolis, 6/maio/2010.

**Caro(a) Coordenador(a) de Pesquisa da Rede CEDES,**

Por meio de parceria firmada entre o Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, do Ministério do Esporte (DCTEC/SNDEL/ME), e o LaboMídia/UFSC, integrante do Núcleo CEDES/UFSC, com o apoio do Núcleo de Processamento de Dados dessa universidade, estamos organizando o Repositório Institucional da Rede CEDES.

O Repositório Institucional tem como meta reunir, preservar e disponibilizar, de forma organizada e acessível, a produção científica resultante das pesquisas que foram e que estão sendo apoiadas pela Rede CEDES. Para tanto, contamos com um servidor de internet com o software DSpace, customizado pelo IBICT/CNPq, e com um responsável pela gestão do conteúdo do repositório (Rodrigo Ferrari, mestrando de Educação Física/UFSC). No momento, estamos começando a abastecer o repositório e o primeiro documento a ser depositado será o relatório de cada pesquisa desenvolvida (ou relatório parcial, a ser posteriormente substituído pelo final, no caso das pesquisas em andamento).

Ocorre que o DCTEC/SNDEL constatou uma disparidade muito grande no formato e no conteúdo dos relatórios de pesquisa que se encontram arquivados naquele departamento. Assim, visando a uma padronização destes dados, foi desenvolvido formulário para um extrato do relatório, que se encontra em anexo, em arquivo doc. Solicitamos a(o) colega que coordenou ou está coordenando pesquisa apoiada pela Rede CEDES a gentileza de preencher o formulário e enviar para este mesmo e-mail (repositorio.redecetes@gmail.com) em formato PDF (ou mesmo em DOC, que nós faremos a transposição para o PDF).

O modelo de submissão no repositório será por pesquisa, por isso é preciso

que seja feito um extrato de relatório para cada pesquisa concluída ou em andamento. O lançamento oficial do repositório será no dia 19/junho, por isso gostaríamos muito que o(s) relatório(s) nos fosse(m) enviado(s) até o próximo dia 24 de maio, o que garantirá que este esteja disponível naquela data.

Na sequência, estaremos retomando o contato para o envio da senha e das instruções sobre como cada coordenador terá acesso ao sistema para submeter pessoalmente as demais produções relativas à pesquisa, como livros, capítulos, artigos e textos em anais. Conforme acordamos na última reunião nacional dos pesquisadores da rede (Brasília, fevereiro de 2009), quando apresentamos o projeto do repositório, o sucesso desta iniciativa de documentação e informação referente à produção acadêmica da rede CEDES vai depender decisivamente da participação de cada coordenador.

Contando com sua colaboração no prazo indicado, antecipamos agradecimentos e nos colocamos a disposição para outros esclarecimentos neste endereço eletrônico.

**Giovani De Lorenzi Pires**

**LaboMidia/UFSC**

**Coord. do projeto Repositório da Rede CEDES**

## ANEXO C - Modelo de relatório pesquisa LaboMídia



## Extrato do Relatório de Pesquisa - Repositório da Rede CEDES

TÍTULO DA PESQUISA	Observatório da mídia esportiva: acompanhamento e análise da cobertura jornalística do esporte e do lazer na mídia catarinense
PESQUISADOR COORDENADOR	Giovani De Lorenzi Pires
INSTITUIÇÃO (ÕES)	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
VIGÊNCIA DA PESQUISA	2007-2008
SITUAÇÃO ATUAL	( X ) CONCLUÍDA ( ) EM ANDAMENTO
RECURSOS PROVENIENTES DO MINISTÉRIO DO ESPORTE	R\$ 29.250,00 (vinte e nove mil, duzentos e cinquenta reais)

**1. Dados Preliminares** (até 1500 caracteres, aproximadamente), contendo a situação-problema, objetivos e justificativa da pesquisa;

Esporte e mídia constituem-se mutuamente na contemporaneidade, sendo praticamente impossível pensá-los isoladamente como fenômenos culturais. Os grandes eventos esportivos dependem cada vez mais da cobertura jornalística que, por sua vez, tem nestes um grande espetáculo midiático para ser veiculado. Os Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), guardadas as devidas proporções, se apresentam como um bom exemplo para se observar como acontece a interação mídia-esporte.

Situação-problema: de que modo a mídia regional catarinense divulga e repercute este evento esportivo, promovido pelo setor público estadual? Em que condições objetivas são produzidas as informações veiculadas pelo jornalismo esportivo?

Objetivos:

1. analisar quantitativa e qualitativamente a cobertura efetuada pela mídia catarinense referente ao JASC/2007, evento do esporte amador de maior visibilidade no Estado, visando identificar tendências e lacunas a respeito do material veiculado;
2. acompanhar jornalistas que efetuaram essa cobertura em seu exercício profissional, para conhecer as condições e razões dos modos da produção da cobertura do evento.



Ministério  
do Esporte



**ANEXO D – Modelo de relatório de pesquisa - RIRC**

**Extrato do Relatório de Pesquisa - Repositório da Rede CEDES**

<b>TÍTULO DA PESQUISA</b>	
<b>PESQUISADOR COORDENADOR</b>	
<b>INSTITUIÇÃO (ÕES)</b>	
<b>VIGÊNCIA DA PESQUISA</b>	
<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>	<b>( ) CONCLUÍDA ( ) EM ANDAMENTO</b>
<b>RECURSOS PROVENIENTES DO MINISTÉRIO DO ESPORTE</b>	

**1. Dados Preliminares** *(até 15 linhas ou 1500 caracteres aproximadamente), contendo a situação-problema, objetivos e justificativa da pesquisa;*

**2. Metodologia** *(até 15 linhas ou 1500 caracteres aproximadamente), com a caracterização da pesquisa, tipo de abordagem e descrição do campo/sujeitos (quando for o caso):*

**3. Principais resultados e conclusões** *(até 15 linhas ou 1500 caracteres aproximadamente), para as pesquisas já concluídas*



REDE CEDES  
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Buscar

Buscar no repositório

Comunidades no repositório

CLIQUE EM CADASTRAR

Cadastro de novo usuário

PREENCHA SEU ENDEREÇO DE EMAIL,  
E CLIQUE EM CADASTRAR.

REDE CEDES  
REDE INSTITUCIONAL

Verificação de envio de mensagens eletrônicas

Esta mensagem eletrônica foi enviada para [plataoc@redecetes.com.br](mailto:plataoc@redecetes.com.br) contendo uma foto e maiores informações.

Verificar E-mail | Voltar Perfil | Voltar Cadastro

UFSC | Ministério do Esporte | [www.redecetes.com.br](http://www.redecetes.com.br) | Telefone: (51) 3091-1000

Registo de conta RE. Rede CEDES

Para completar o registro de sua conta, clique no link a seguir:

[www.redecetes.com.br/2010/08/10/registro-completo-de-sua-conta-rede-cedes/](http://www.redecetes.com.br/2010/08/10/registro-completo-de-sua-conta-rede-cedes/)

Se precisar de ajuda, mande um e-mail para [plataoc@gmail.com](mailto:plataoc@gmail.com)

Esperamos que você esteja bem!

Equipe RE. Rede CEDES

**CLIQUE NO LINK DO EMAIL RECEBIDO**

Criar perfil

Identificação

Endereço de E-mail:

Nome:

Nome sobrenome:

CPF:

Estado:

Cidade:

CEP:

País:

Idioma: português (Brasil) [x]

Segurança

Senha:

Repetir para confirmar:

**PREENCHA OS DADOS E CLIQUE EM CADASTRO COMPLETO**

The image displays three sequential screenshots of the REDE CEDES website, illustrating the user registration process and navigation.

**Top Screenshot: Cadastro terminado**  
 The page shows a confirmation message: "Cadastro terminado" (Registration completed). Below the message, there are buttons for "Voltar para a página inicial" (Return to home page) and "Verificar e-mail" (Check email). A red oval highlights the "Voltar para a página inicial" button with the text "CLIQUE EM VOLTAR A PÁGINA INICIAL".

**Middle Screenshot: Repositório Institucional Rede Cedes**  
 The page displays the main repository interface. A red oval highlights the "Submissões" (Submissions) link in the left sidebar menu with the text "CLIQUE EM SUBMISSÕES".

**Bottom Screenshot: Submissões & Fluxo de tarefas**  
 The page shows the "Submissões & Fluxo de tarefas" (Submissions & Task Flow) section. A red oval highlights the "Submissões" (Submissions) link with the text "CLIQUE EM INICIAR UMA NOVA SUBMISSÃO" (Click to start a new submission).

The image displays three sequential screenshots of the REDE CEDES submission interface, each with a white circular callout highlighting a specific step. The interface is titled 'Submissão de Item' and includes a sidebar with navigation options like 'Início', 'Busca Avançada', 'Visualizar', 'Nova Coleção', and 'Minha conta'.

**First Screenshot:** The 'Selecionar uma Coleção' dropdown menu is open, showing a list of collections such as 'Produções (P) (1 - 40)', 'Produções (P) (2)', 'Produções (P) (3)', etc. A white circle highlights this menu, with the text: **ESCOLHA A COLEÇÃO PRODUÇÕES (SUA UNIVERSIDADE) E CLIQUE EM PRÓXIMO**.

**Second Screenshot:** The 'Quantidade Inicial' and 'Publicado' fields are visible. A white circle highlights these fields, with the text: **PREENCHA OS DADOS COM AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO DOCUMENTO QUE ESTÁ SENDO SUBMETIDO E CLIQUE EM PRÓXIMO**.

**Third Screenshot:** The 'Descrever o Item' section is active, showing fields for 'Autor', 'Título', 'Idioma', 'Identificador', and 'Tipo'. A white circle highlights these fields, with the text: **PREENCHA OS DADOS COM AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO DOCUMENTO QUE ESTÁ SENDO SUBMETIDO E CLIQUE EM PRÓXIMO**.

The image displays three sequential screenshots of a web portal for document submission, with a white circular callout highlighting the key action in each stage.

**Top Screenshot: "Submissão de Item"**  
 The page shows a form titled "Submissão de Item" with tabs for "Submissão de Item", "Documentos", "Documentos", "Documentos", and "Documentos". The "Submissão de Item" tab is active, showing fields for "Palavra-chave", "Resumo", "Financiamento", and "Descrição". A white circle highlights the form, with the text: **PREENCHA OS DADOS COM AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO DOCUMENTO QUE ESTÁ SENDO SUBMETIDO E CLIQUE EM PRÓXIMO**.

**Middle Screenshot: "Submissão de Item"**  
 The page shows the same form, but now with a "Carregar arquivo(s)" section. A white circle highlights the "Carregar arquivo(s)" section, with the text: **ESCOLHA O ARQUIVO EM SEU COMPUTADOR E CARREGUE-O. DEPOIS CLIQUE EM PRÓXIMO**.

**Bottom Screenshot: "Submissão de Item"**  
 The page shows the "Resumo" section of the form. A white circle highlights the "Resumo" section, with the text: **CONFIRA OS DADOS DO ARQUIVO**.